

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Tratamento da Informação Espacial – Dinter

Marina de Fátima Brandão Carneiro

**CRIMINALIDADE VIOLENTA NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS,
MG –2010 A 2014**

Belo Horizonte, MG

2016

Marina de Fátima Brandão Carneiro

**CRIMINALIDADE VIOLENTA NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS, MG
– 2010 A 2014**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz

Área de Concentração: Análise Espacial

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C289c Carneiro, Marina de Fátima Brandão
Criminalidade violenta na microrregião de Montes Claros, MG– 2010 A 2014
/ Marina de Fátima Brandão Carneiro. Belo Horizonte, 2016.
172 f. : il.

Orientador: Alexandre Magno Alves Diniz
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial.

1. Crime - Montes Claros (MG). 2. Violência - Montes Claros (MG). 3. Criminalidade urbana. 4. Segurança pública. 5. Espaço e tempo - Aspectos sociais. 6. Análise espacial (Estatística). I. Diniz, Alexandre Magno Alves. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 343.97(815.12)

Marina de Fátima Brandão Carneiro

**CRIMINALIDADE VIOLENTA NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS, MG
– 2010 A 2014**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia – Tratamento da Informação Espacial
da Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais, como requisito parcial para obtenção do
título de Doutora em Geografia.

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz (Orientador) – PUC Minas

Dr. Eduardo Cerqueira Batitucci – FJP

Dra. Valéria Cristina Oliveira – UFMG

Dra. Ana Márcia Moreira Alvim – PUC Minas

Dra. Luciana Teixeira Andrade – PUC Minas

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2016

*À minha família,
meu esteio e meu Norte.*

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo e de todos, agradeço a Deus por ser Luz a iluminar a minha vida e guiar os meus passos.

Agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desta Tese.

Aos meus pais, José de Paula e Maria do Rosário (*In memoriam*), pela minha vida, a meus irmãos, sobrinhos, cunhados e demais parentes, pelo afeto, apoio, confiança e aconchego nos momentos difíceis.

Ao Professor Alexandre Magno Alves Diniz, agradeço pela oportunidade que me deu ao aceitar-me como orientanda. Pelo seu carinho, atenção, paciência, amizade e apoio em todos os momentos, respeitando o meu tempo e o meu ritmo, agradeço de forma muito especial.

Aos professores do Dinter, PUC Minas: Altino Barbosa Caldeira, Ana Márcia Moreira Alvim, Aurélio Muzzarelli, Duval Magalhães Fernandes, Guilherme Taitson Bueno, Leônidas Conceição Barroso, João Francisco de Abreu, José Flávio Moraes Castro, Oswaldo Bueno Amorim Filho, pelas contribuições à pesquisa durante a realização de seus cursos.

Aos colegas do Dinter, pela convivência prazerosa no decorrer do doutorado.

Aos colegas Gildette Soares Fonseca, pela solidariedade, companheirismo, apoio e colaboração quando precisei de ajuda, incentivo e coragem para concluir o doutorado.

A Pedro Ivo Jorge e ao Coronel PM César Ricardo de Oliveira Guimarães do Centro de Informações Integradas de Defesa Social – 11ª RISP Montes Claros, MG, pelos dados sobre a criminalidade na Microrregião de Montes Claros, sem os quais seria impossível produzir este trabalho.

À UNIMONTES, especialmente aos Professores Manoel Reinaldo, Marcos Esdras, Anete, Ivete e Romana, pelo indispensável apoio e incentivo, sem os quais o meu trabalho não teria sido possível.

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. (ROSA, 2006, p. 8).

RESUMO

Esta tese contempla análises acerca da criminalidade violenta nos municípios da microrregião de Montes Claros, no estado de Minas Gerais. O estudo se justifica pela necessidade de se compreender o comportamento da violência a partir de uma abordagem espacial e temporal, além de versar sobre um tema ainda pouco pesquisado pela Geografia local/regional, apesar de afetar a sociedade de forma bastante acentuada neste início de século. O principal objetivo da tese é analisar a evolução espaço-temporal das ocorrências dos crimes violentos na microrregião de Montes Claros entre 2010 e 2014, explorando os seus fatores correlatos. O referencial teórico enfoca conceitos de violência, crime, criminalidade violenta, região, regionalização e redes geográficas. A abordagem metodológica privilegiou um estudo de caráter analítico-sintético a partir de dois tipos de pesquisas, sendo uma teórica, através de um referencial bibliográfico, de documentos e artigos sobre o tema, e outra de campo, para coleta de informações e de dados em órgãos e/ou instituições públicas específicas, que trabalham com os problemas relacionados à segurança pública no Estado de Minas Gerais e, especialmente, na região Norte de Minas. A compilação, tratamento e sistematização das informações culminaram com a elaboração de gráficos, tabelas e mapas temáticos, os quais possibilitaram uma análise reflexiva do objeto de estudo para a redação final da tese. De acordo com os resultados, verifica-se que na microrregião a violência, especialmente a criminalidade violenta, não acontece num lugar específico. As análises mostraram que, dentre as modalidades de crimes em questão, os crimes contra o patrimônio são os que apresentavam maior heterogeneidade na distribuição espacial, enquanto os crimes contra a pessoa e contra a dignidade sexual são as modalidades que se encontravam espacialmente mais homogeneamente concentradas. Em muitos casos essa diferenciação na distribuição espacial está relacionada aos fatores correlatos à criminalidade, tais como o tamanho populacional, urbanização, indicadores socioeconômicos e de infraestrutura urbana e regional, como a rede de rodovias. Nossos resultados apontam, também, que os municípios da microrregião em níveis mais avançados de desenvolvimento econômico apresentavam maior intensidade de criminalidade violenta; e as maiores ocorrências criminais relacionadas às drogas se concentravam nos municípios onde se encontravam maior incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

Palavras-chave: Violência. Crime. Criminalidade violenta. Microrregião de Montes Claros.

ABSTRACT

This thesis includes analyses about the violent criminality in the municipalities of microregion of Montes Claros, in the State of Minas Gerais. The study is justified by the need to understand the behavior of violence from a spatial and temporal approach, in addition to relate a theme still searched for place/regional Geography, although affecting the society quite sharp at the beginning of this century. The main objective of the thesis is to analyze the spatio-temporal evolution of the occurrences of violent crimes in the microregion of Montes Claros between 2010 and 2014, exploring their related factors. The theoretical reference focuses on concepts of violence, crime, violent criminality, region, regionalization and geographical networks. The methodological approach has opted for a study of analytical-synthetic character from two types of searches, being a theoretical, through a bibliographical reference, documents and articles on the topic, and another, for collecting information and data in organs and/or public institutions, working with the specific problems related to public security in the State of Minas Gerais and, especially, in the northern region of Minas Gerais. The compilation, processing and systematization of the information led to the preparation of graphics, tables and thematic maps, which enabled a reflective analysis of the object of study for the final writing of the thesis. According to the results, we see that in microregion the violence, particularly violent criminality, doesn't happen in a specific place. The analysis shows that, among the procedures in question, crimes against property are those with greater heterogeneity in spatial distribution, while crimes against the person and against the sexual dignity are the modalities that are spatially more evenly concentrated. In many cases this differentiation in spatial distribution is related to factors related to crime, such as population size, urbanization, economic indicators and of urban and regional infrastructure, such as the network of highways. Our results show that the municipalities of microregion in more advanced levels of economic development have a higher intensity of violent crime; and the biggest drug-related criminal cases are concentrated in the cities where you can find a higher incidence of crimes against the person and against property.

Keywords: Violence. Crime. Violent criminality. Microregion of Montes Claros.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Evolução do índice de criminalidade violenta em Minas Gerais 2010 a 2014.....	104
GRÁFICO 2	Evolução da taxa anual do crime contra a pessoa em Minas Gerais – 2010 a 2014.....	105
GRÁFICO 3	Evolução das taxas de crimes relacionados às drogas por 100 mil Habitantes.....	106
GRÁFICO 4	Evolução da taxa anual dos crimes violentos por 100 mil habitantes na microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014.....	135

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Mapa das mesorregiões e microrregiões de Minas Gerais destacando a microrregião de Montes Claros.....	56
MAPA 2	Mapa de localização dos municípios da microrregião de Montes Claros.....	63
MAPA 3	Mapa físico, relevo da microrregião de Montes Claros.....	66
MAPA 4	Mapa da rede hidrográfica da microrregião de Montes Claros	71
MAPA 5	Mapa da população total dos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010.....	83
MAPA 6	Mapas da população urbana e rural dos municípios da microrregião de Montes Claros – 2000 e 2010	85
MAPA 7	Mapas das taxas de urbanização dos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010.....	87
MAPA 8	Mapa do Produto Interno Bruto dos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010.....	90
MAPA 9	Mapas da renda per capita nos municípios da microrregião de Montes Claros, 2010 – 2014	91
MAPA 10	Mapa dos Índices de Gini dos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010	93
MAPA 11	Mapa dos IDHM dos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010	95
MAPA 12	Mapas da porcentagem de pobres dos municípios da Microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010	97
MAPA 13	Mapa da rede rodoviária da microrregião de Montes Claros, MG	99
MAPA 14	Mapa dos crimes violentos nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014	110
MAPA 15	Mapa da evolução das taxas de risco de crimes violentos nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014	114
MAPA 16	Mapa dos crimes contra o patrimônio nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014	117
MAPA 17	Mapa da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra o patrimônio nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014.....	120
MAPA 18	Mapa dos crimes contra a pessoa nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014	122

MAPA 19	Mapa da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra a pessoa nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014.....	124
MAPA 20	Mapa dos crimes contra a dignidade sexual nos municípios da Microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014.....	127
MAPA 21	Mapa da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra a dignidade sexual nos municípios da Microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014	129
MAPA 22	Mapa dos crimes relacionados às drogas nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014	131
MAPA 23	Mapas da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes relacionados às drogas nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014.....	134

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Taxas de urbanização dos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010.....	8
TABELA 2	Crimes violentos, por natureza, nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014.....	107
TABELA 3	Crimes violentos nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014	109
TABELA 4	Taxas de risco de crimes violentos nos municípios e microrregião de Montes Claros, 2010 – 2014.....	111
TABELA 5	Ocorrências de crimes contra o patrimônio nos municípios e microrregião de Montes Claros, por 100 mil habitantes, 2010 – 2014.....	116
TABELA 6	Taxas de risco de crimes contra o patrimônio nos municípios e microrregião de Montes Claros, 2010 – 2014.....	118
TABELA 7	Crimes contra a pessoa nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014.....	121
TABELA 8	Taxas de risco de ocorrência de crimes contra a pessoa nos municípios e microrregião de Montes Claros, 2010 – 2014.....	123
TABELA 9	Crimes contra a dignidade sexual nos municípios e microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014	126
TABELA 10	Taxas de risco de crimes contra a dignidade sexual nos municípios e microrregião de Montes Claros, 2010 – 2014.....	128
TABELA 11	Crimes relacionados às drogas na microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014.....	130
TABELA 12	Taxas de risco de crimes relacionados às drogas nos municípios e Microrregião de Montes Claros, 2010 – 2014.....	132
TABELA 13	Coefficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes violentos/100.000 habitantes, 2010 a 2014.....	138
TABELA 14	Coefficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes contra o patrimônio/100.000 habitantes, 2010 a 2014.....	140
TABELA 15	Coefficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes contra a pessoa/100.000 habitantes, 2010 a 2014.....	141
TABELA 16	Coefficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes contra a dignidade sexual/100.000 habitantes, 2010 a 2014.....	142
TABELA 17	Coefficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes relacionados às drogas /100.000 habitantes, 2010 a 2014.....	143

TABELA 18	Coeficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes relacionados às drogas /100.000 habitantes X demais modalidades de crimes, 2010 - 2014.....	145
-----------	---	-----

LISTA DE SIGLAS

ArcGIS – Sistema de Informação Geográfica (GIS)
CINDS – Centro Integrado de Informações de Defesa Social
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FJP – Fundação João Pinheiro
FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LVA – Latossolos Vermelho-Amarelos
OLS – Ordinary Least Square
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG's – Organizações Não Governamentais
PIB – Produto Interno Bruto
PMMC – Polícia Civil de Minas Gerais
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REDS – Registro de Evento de Defesa Social
RISP – Região Integrada de Segurança Pública
RMNe – Região Mineira do Nordeste
SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social
SIDS – Sistema Integrado de Defesa Social
SRTM – Shuttle Radar Topography Mission
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCA – Teoria da Criminologia Ambiental
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZCIT – Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
a) Problema	18
b) Hipóteses.....	19
c) Objetivos	18
d) Justificativa	20
e) Organização da tese	21
 CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
1.1 Fontes de dados	24
<i>1.2 Fonte de informações criminais</i>	<i>25</i>
<i>1.3 Fonte de informações socioespaciais</i>	<i>26</i>
1.4 Construção de Taxas	27
1.5 Técnicas de Análise.....	27
 CAPÍTULO 2 - CRIMINALIDADE VIOLENTA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL.....	30
2.1 Conceitos de violência, crime e criminalidade violenta	32
<i>2.1.1 Violência: alguns apontamentos teóricos</i>	<i>32</i>
<i>2.1.2 Crime e criminalidade violenta</i>	<i>36</i>
2.2 Abordagens teóricas sobre as causas da violência, crimes e criminalidade.....	41
2.3 Crime e espaço – Geografia do Crime	48
 CAPÍTULO 3 – RELENDO OUTROS CONCEITOS	51
3.1 Região e regionalização	51
3.2 Redes geográficas	57
 CAPÍTULO 4– MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS	62
4.1 Posição geográfica	62
4.2 Aspectos físicos	64
<i>4.2.1 Características geológicas e geomorfológicas.....</i>	<i>64</i>
<i>4.2.2 Características climáticas</i>	<i>67</i>
4.2.3 Solos	68
<i>4.2.4 Vegetação natural.....</i>	<i>69</i>

4.2.5 Rede hidrográfica	70
4.3 Aspectos históricos	73
4.4 Aspectos socioeconômicos e espaciais	82
 CAPÍTULO 5 – GEOGRAFIA DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NAMICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS	 101
5.1 Criminalidade violenta em Minas Gerais	102
5.2 Evolução temporal e a organização espacial da criminalidade violenta	106
5.2.1 Os crimes violentos na microrregião de Montes Claros - CV.....	107
5.2.2 Os crimes contra o patrimônio – CCP –R	115
5.2.3 Os crimes contra a pessoa – CCP - H	121
5.2.4 Os crimes contra a dignidade sexual –CCDS	122
5.2.5 Os crimes relacionados às drogas - CRD	125
5.3 Fatores correlatos à criminalidade violenta	135
a) Crimes violentos	135
b) Crimes contra o patrimônio – roubos	139
c) Crimes contra a pessoa – homicídios	140
d) Crimes contra a dignidade sexual – estupro	141
e) Crimes relacionados as drogas	142
f) Correlação entre taxas referentes às drogas/100.000 habitantes x demais modalidades de crimes	143
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	152
APÊNDICES	166

INTRODUÇÃO

Neste início do século XXI a violência é um dos principais problemas, cada vez mais presente no cotidiano da população, não somente das grandes cidades, mas, também, enfrentados pelos habitantes das médias e pequenas cidades interioranas. O crescimento e maior visibilidade da violência, especialmente nas áreas urbanas, têm contribuído para despertar o sentimento de medo e insegurança na população, além de, na maioria das vezes, provocar a sensação de impotência por não saber como agir diante deste fenômeno.

Por tratar-se de um fenômeno multifacetado e de grande complexidade, tem levado diversos segmentos da sociedade, como exemplo órgãos e/ou instituições responsáveis pela segurança pública, administradores/gestores públicos, Organizações Não Governamentais – ONG's, instituições religiosas, pesquisadores e população em geral a unir esforços na busca de maior conhecimento sobre o mesmo, bem como para encontrar soluções e/ou algumas medidas mitigadoras. (LIMA, 2002; DINIZ, 2003; DINIZ; NAHAS; MOSCOVITCH, 2003).

Do ponto de vista dos geógrafos, os estudos que visam entender e explicar os temas relacionados à violência e seus principais condicionantes se configuram como um conhecimento, na maioria das vezes, empírico e, pode-se dizer que pouco se avançou até este momento. A insuficiência de estudos reflete o reduzido número de contribuições que tratam dos aspectos correlatos e da complexidade desse fenômeno. Além disto, a violência e seus condicionantes não se manifestam da mesma forma ou com a mesma intensidade em contextos espaciais distintos e adquirem importância diferenciada conforme o local onde são analisados, isto é, uma cidade, uma região, um país etc. (LIMA, 2002; YOUNG, 2002; DINIZ; NAHAS; MOSCOVITCH, 2003; DINIZ; BATELLA, 2004; DINIZ, 2005b; DINIZ, RIBEIRO, 2005; BATELLA; DINIZ, 2006b; BEATO FILHO, 2012).

Entretanto, estudos geográficos sobre as relações entre a violência, criminalidade violenta e seus condicionantes, sobretudo àqueles ligados aos aspectos socioeconômicos, demográficos e ambientais vêm, cada vez mais, ganhando espaço e contribuindo para este debate, já que a violência tem um forte componente espacial, apresentando padrões específicos em sua distribuição.

Devido ao fato da criminalidade violenta ser um fenômeno dinâmico e de múltiplas faces, muitas vezes se torna de difícil mensuração, razão pela qual escolhemos a microrregião de Montes Claros como recorte espacial para desenvolver esse estudo sobre o tema, por ser mais abrangente que a área de um grande centro urbano ou região metropolitana e ser menos

amplo que a área do Estado de Minas, e desse modo facilitar o entendimento da dinâmica deste fenômeno. Além disso, a microrregião se localiza mais distante da influência que os grandes centros e regiões metropolitanas brasileiras poderiam exercer nas análises dos dados.

Mais do que isso, o conhecimento empírico sobre a violência traduzida em crimes violentos e a insuficiência de estudos sobre a criminalidade violenta e os fatores correlatos enfocando a microrregião de Montes Claros, constituem os principais motivadores da realização dessa tese, além de observarmos que a microrregião apresentava tendência de redução da criminalidade desde meados dos anos 2000, que foi revertida a partir de 2010, assim como no Estado de Minas Gerais em geral, passando a apresentar números crescentes de crimes violentos, conforme dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG, 2014).

Outro aspecto relevante para a escolha da microrregião se deve à dinâmica do seu rápido e desordenado processo de urbanização, proporcionados pelo processo desenvolvimentista a partir dos anos de 1970, que favoreceu as desigualdades socioeconômicas e as transformações das bases culturais até então típicas de populações de pequenas cidades interioranas, passando para comportamentos típicos de uma cidade grande, com destaque para o aumento da violência. O processo desenvolvimentista contribuiu para a migração rural-urbana relacionada a diversos fatores, especialmente pelas condições mais atrativas nos centros urbanos da região, principalmente no município de Montes Claros, com a ampliação da disponibilidade de serviços, possibilidades de empregos e renda. Com isto, a cidade se firmou como polo de desenvolvimento, exercendo atração de migrantes das áreas rurais e de outras cidades do Norte de Minas e Sul da Bahia. Além disso, a partir da década de 1990, a cidade de Montes Claros passou a receber um fluxo, cada vez mais intenso, de estudantes em busca de acesso ao ensino médio e, principalmente para o ensino superior, com a implantação de universidades e várias faculdades particulares.

Tais fatos favoreceram transformações nas relações interpessoais, nos hábitos, no padrão comportamental e cultural da população, cada vez mais urbanizada, especialmente dos mais jovens, o que foi reforçado pela ampliação do acesso à informação e formação de redes sociais cotidianas, e cada vez mais articuladas conforme a densidade populacional de diferentes áreas do espaço urbano.

Estas transformações refletem as mudanças nos laços de solidariedade, práticas, comportamentos e a constituição de novos valores que foram incorporados e fortalecidos com a urbanização regional e a chegada de novos migrantes.

Desta forma, as novas formas de comunicação, fluxos de informações e influências, principalmente com e entre pessoas envolvidas com a prática de crimes, além de

oportunidades criadas pelo aumento da demanda do mercado de drogas ilícitas para atender um número crescente de consumidores, pode ter contribuído para o envolvimento de pessoas comuns na comercialização e consumo de drogas, atraídas pelo sucesso financeiro de alguns traficantes e a necessidade de custear o vício. Tudo isto, possibilitou o estabelecimento de uma relação direta com o crescimento da criminalidade violenta na microrregião.

Dentre tantos aspectos que motivaram a escolha do tema dessa pesquisa, alguns estudos chamaram nossa atenção, despertaram nosso interesse e influenciaram nosso trabalho, pelo fato de terem lançado um olhar espacial sobre o fenômeno da violência, da criminalidade violenta e da Geografia do crime, destacando, inicialmente, uma série de estudos, artigos e capítulos de livros realizados pelo orientador dessa tese, dentre os quais destacamos: Diniz (2003, 2005a, 2005b), além de outros estudos feitos juntamente com pesquisadores, tais como: Diniz e Batella (2004 e 2006), Diniz, Nahas e Moscovitch (2003), Batella e Diniz (2006, 2010), Batella, Diniz e Teixeira, (2008). Além desses, outros estudos que, também, muito contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho foram: Batella (2005), Batitucci, Cruz e Ribeiro (2005), Beato Filho (1998, 2012), Beato Filho et al. (2001) e de Cerqueira e Lobão (2003b, 2004), Crettiez (2011), Felix (1996b, 2002), Lima (2002) e Zaluar (1994).

Diante do exposto, a tese tem como recorte espaço-temporal a microrregião de Montes Claros no período entre 2010 e 2014. A pesquisa contemplou análises acerca da evolução da criminalidade violenta, tanto aquela referente aos crimes contra a pessoa, quanto os relativos aos patrimônios pessoais e coletivos, públicos e privados, além dos crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas, especialmente em áreas urbanas dos 22 municípios da microrregião de Montes Claros, conforme regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990), quais sejam: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia, Verdelândia (Figura 2), no período em tela.

a) Problemas

A tendência de crescimento apontada anteriormente não se distribui de forma homogênea no espaço microrregional de Montes Claros, sendo que, enquanto alguns municípios tais como Patis, São João da Lagoa e Ponto Chique apresentaram redução nos últimos anos, outros, tais como Montes Claros, Coração de Jesus e São João da Ponte

experimentaram substantivo crescimento nas taxas de criminalidade (PMMG, 2014). Nesse contexto, alguns questionamentos servem de base para a problematização do tema, tais como:

- como vêm evoluindo as taxas de criminalidade violenta na microrregião ao longo dos últimos cinco anos (2010 a 2014)?
- quais os fatores correlatos das taxas de criminalidade violenta nos municípios da microrregião?

b) Hipóteses

- Dada à natureza distinta da estrutura econômica e social dos municípios da microrregião, esperar-se-ia encontrar entre os municípios em níveis mais avançados de desenvolvimento econômico, maior intensidade de criminalidade.
- Em virtude do estigma social, dos conflitos interpessoais inerentes e da natureza ilegal do comércio de drogas, esperar-se-ia encontrar uma maior incidência de crimes contra a pessoa nos municípios onde os crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas é maior.

c) Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar a evolução espaço-temporal das ocorrências dos crimes violentos na microrregião de Montes Claros entre 2010 e 2014, explorando os fatores correlatos.

Objetivos Específicos

- Escrutinar a literatura sobre os fatores correlatos à manifestação criminal violenta, identificando as abordagens teóricas que guardam maior relação com o espaço e os seus indicadores prevalentes.

- Elaborar mapas da evolução espaço-temporal das ocorrências de criminalidade violenta nos municípios da microrregião de Montes Claros entre 2010 e 2014.
- Correlacionar as taxas de risco de crimes e de ocorrências do tráfico e consumo de drogas ilícitas com variáveis socioespaciais, buscando identificar aquelas que guardam maior relação com a manifestação criminal violenta.

d) Justificativa

Consideramos o estudo de grande relevância por possibilitar o entendimento da violência como um fenômeno social e político, produto de um contexto e de uma luta de poder “entre atores que perseguem interesses divergentes e possuem recursos diferentes.” (CRETTEZ, 2011, p. 10).

Neste contexto, partimos do pressuposto de que o cerne das determinantes da violência, especialmente nos espaços urbanos, inclusive os da microrregião de Montes Claros, está no processo de urbanização brasileira, onde uma parcela significativa da população não encontra um lugar de inclusão social, bem como na ineficiência do poder público; na intrusão do mercado e consumo de drogas ilícitas e na disseminação dos meios de comunicação e de circulação.

As desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais geram a frustração e, conseqüentemente, a violência, assim como a impunidade, de um modo geral, e as injustiças incitam a desesperança e o crime. Conforme Feghali (2006), “o sistema de valores e das relações sociais sofre mudanças, alterando comportamentos coletivos e individuais, colocando em xeque a interação pela alteridade, em que um não se reconhece no outro.” Observamos que, principalmente neste início do século XXI, a sociedade passa por significativas e profundas mudanças, se tornando cada vez mais individualista, em decorrência de um conjunto de fatores, como discriminado por Feghali:

[...] desenvolvimento capitalista globalizado, da hegemonia do mercado, do consumismo, que impede a generalização dos direitos sociais, e da revolução técnico-científica, que inova, mas nem sempre coletiviza o progresso. Desse modo, o fenômeno da violência e da criminalidade não comporta mais modelos simplificadores de análise. (FEGHALI, 2006).

Portanto, percebemos ser este um tema bastante complexo, com uma multiplicidade de formas, finalidades e naturezas que afetam toda a sociedade de forma crescente. Tais fenômenos estão cada vez mais presentes no cotidiano das cidades e municípios brasileiros, inclusive da microrregião de Montes Claros.

Observamos que, na microrregião de Montes Claros, conforme informações da PMMG (2014), a criminalidade violenta é historicamente alta, fato que tem preocupado e chamado, cada vez mais, a atenção dos vários segmentos da sociedade local/regional, além de vir despertando o interesse em desenvolver estudos para uma melhor compreensão do problema e, com isto, possibilitar aos gestores públicos e a sociedade civil, em geral, pensar o planejamento da segurança pública, desenvolver ações mitigadoras ou mesmo a busca de soluções.

Neste sentido, o estudo do fenômeno da criminalidade violenta na Microrregião de Montes Claros, no período entre 2010 e 2014, se justifica pela necessidade de se compreender o comportamento espacial e temporal deste fenômeno, bem como um melhor entendimento dos fatores correlatos, além de versar sobre um tema ainda pouco pesquisado pela Geografia local/regional, contemplando uma variedade de indicadores que se relacionam e/ou contribuem para o crescimento da criminalidade violenta, apesar de afetar toda a sociedade de forma bastante acentuada.

e) Organização da tese

Para uma melhor compreensão e desenvolvimento do estudo, a tese foi estruturada em cinco capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, revelando as etapas, fontes de dados, construção de taxas e técnicas utilizadas.

O capítulo 2 apresenta uma fundamentação teórica e conceitual sobre o tema da criminalidade violenta da pesquisa. Primeiramente realizamos uma reflexão acerca dos conceitos de violência, crime e criminalidade violenta; num segundo momento, discutimos sobre algumas abordagens teóricas sobre as causas da violência, crimes e criminalidade, trabalhados nos mais diversos campos do saber e, posteriormente abordamos sobre crime e espaço, a Geografia do crime.

O terceiro capítulo propõe uma sucinta discussão teórica-conceitual sobre região e regionalização com o intuito de abordar sobre a escolha da categoria espacial de análise da

pesquisa e finalizamos com uma breve releitura sobre redes geográficas, de grande importância para os nossos propósitos.

No capítulo 4 realizamos uma caracterização da área objeto do estudo, ou seja, a microrregião de Montes Claros, destacando os principais aspectos do seu espaço geográfico, tais como posição geográfica, aspectos físicos, aspectos históricos e aspectos demográficos, socioeconômicos e espaciais.

O capítulo 5 é dedicado à geografia da criminalidade violenta na microrregião de Montes Claros, quando apresentamos os resultados das análises espaciais de diferentes naturezas dos crimes violentos, ou seja, os crimes contra o patrimônio, os crimes contra a pessoa, os crimes contra os costumes e os crimes relacionados às drogas, a partir da aplicação de técnicas estatísticas multivariadas.

Por fim, têm-se as considerações finais, onde são apresentados os principais resultados da pesquisa e algumas observações da autora, além de recomendações para estudos futuros. Fechando o trabalho, apresentam-se as referências, onde se encontram as obras citadas nesta pesquisa.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica privilegiou um estudo de caráter analítico-sintético a partir de dois tipos de pesquisas, sendo uma teórica, através de um referencial bibliográfico, de documentos e artigos sobre o tema, e outra de campo para coleta de informações e de dados em órgãos e/ou instituições públicas específicas, que trabalham com os problemas relacionados à segurança pública no Estado de Minas Gerais e, especialmente, na região Norte de Minas, abrangendo a microrregião de Montes Claros.

Para o desenvolvimento da pesquisa e alcançar os objetivos propostos, as ações do ponto de vista operacional foram organizadas privilegiando, inicialmente, uma revisão de literatura para a fundamentação teórica e conceitual organizada nos capítulos dois e três. Em seguida fizemos a seleção das variáveis, através das quais foi possível revelar os aspectos quantificáveis consolidando a análise espacial, por possibilitar as reflexões sobre os problemas de proximidade, concentração e dispersão da ocorrência criminal, bem como permitiu a busca por semelhanças ou diferenças nos padrões de distribuição geográfica dos crimes.

Nesse sentido, as variáveis possibilitaram a busca por informações que culminaram na caracterização da área de estudo, ou seja, da microrregião de Montes Claros, na distribuição e organização espacial da criminalidade violenta, dos crimes contra o patrimônio, contra a pessoa, contra a dignidade sexual, dos crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas e sua evolução temporal, no período de 2010 a 2014 e, por fim, os fatores correlatos da criminalidade violenta.

Buscando uma visão clara e objetiva do espaço regional objeto desse estudo, fizemos uma caracterização de sua organização espacial, apresentando a sua diversidade de características geográficas, históricas, culturais e socioeconômicas, considerando os aspectos físicos e aqueles resultantes da ação do homem no meio natural, por estarem intimamente relacionados e exercendo influência nas relações socioculturais e no desenvolvimento socioeconômico dos municípios da microrregião de Montes Claros, desta forma contribuindo direta e indiretamente para a criminalidade violenta. Esta contextualização favoreceu para a compreensão da dinâmica do complexo fenômeno da criminalidade violenta e os fatores correlatos.

Para tanto, realizamos levantamentos de nos principais órgãos de produções estatísticas, nacionais e estaduais, além de publicações científicas sobre Minas Gerais e a microrregião de Montes Claros. Juntamente com a descrição textual, apresentamos mapas,

gráficos e tabelas, explorando seu potencial como um meio de comunicação e instrumento de análise, os quais enriqueceram a visualização das informações.

A segunda etapa consistiu no levantamento de variáveis referentes aos dados sobre a criminalidade violenta na microrregião de Montes Claros. Os dados oficiais das polícias e da Secretaria de Estado de Defesa Social possibilitaram a quantificação e espacialização dos crimes, bem como relacionar áreas em que há prevalência de determinados crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas.

Neste contexto, surgiram as algumas dificuldades metodológicas, pois, a utilização de estatísticas criminais como instrumento de análise, independente da fonte, pressupõe subjetividades ou, no mínimo, intencionalidades diversas e imparcialidade para a produção do conhecimento da realidade social, porém, sabemos que, de fato, nem sempre estes dados refletem a totalidade da dinâmica da criminalidade. Portanto, recomenda-se precaução quanto à suposta neutralidade projetada sobre o objeto. Neste sentido, Felix (1996a) diz que, os principais motivos para a fragilidade dos dados registrados pelos órgãos responsáveis, podem ser: sub-representações, priorização de delitos graves com critérios definidos pelas autoridades policiais, tendência à criminalização de minorias sociais, falhas no preenchimento dos impressos, como Boletins de Ocorrências, e divergências de informações entre as polícias.

Diante da inexistência de fontes oficiais mais confiáveis e precisas, podemos afirmar que as estatísticas indicam as principais tendências da criminalidade e não o fenômeno como um todo. Isso não significa que o instrumental utilizado nas pesquisas seja inválido do ponto de vista analítico.

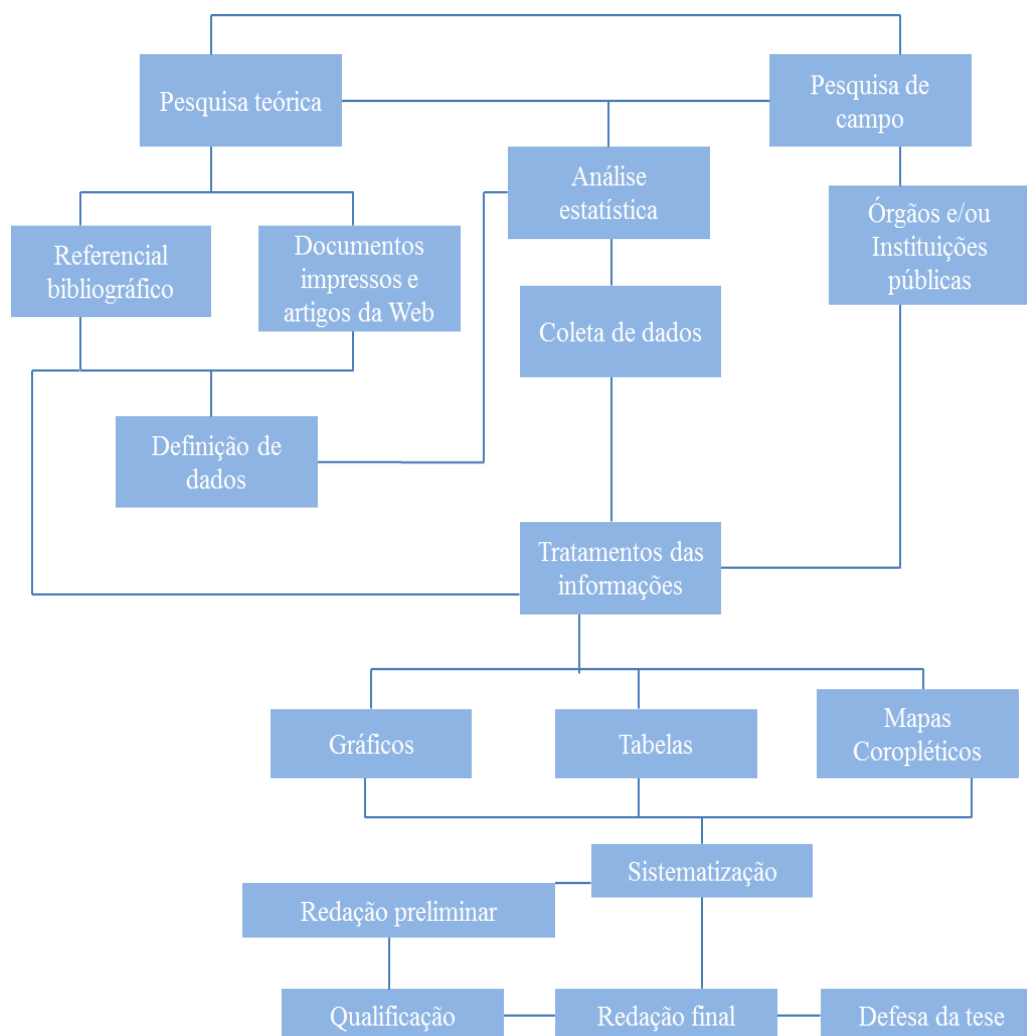
Outro aspecto a ser observado, pela possibilidade de gerar interpretações equivocadas, diz respeito às análises das taxas de risco e de evolução da criminalidade. Assim, os municípios com número reduzido de população total e que mostra um único registro de ocorrência de uma dada natureza de crime, apresenta taxas mais expressivas em relação às taxas apresentadas por outro município com população mais numerosa e registra números de ocorrências muito maiores. Isto mascara a realidade e requer metodologias estatísticas que minimizem estas discrepâncias.

Por fim, apresentamos a última etapa do levantamento dos dados: a seleção dos fatores correlatos dos crimes violentos e relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas. Porém, a complexidade do fenômeno e a existência de diversos fatores que contribuem para seu desenvolvimento, muitas vezes limitam as abordagens que buscam encontrar e explicar fatores que seriam correlatos à manifestação da criminalidade violenta. Assim, adotamos neste levantamento uma série de variáveis que buscam mensurar o contexto de oportunidades

da ação criminosa e favorecer o entendimento das causas da criminalidade, balizadas pelo marco teórico, tais como: PIB, renda per capita, Índice de Gini, IDHM e taxa de pobreza.

Para melhor visualização do desenvolvimento da pesquisa e produção da tese elaboramos o organograma, a seguir, cujos passos deveriam ser seguidos, entretanto, o mesmo foi sendo readaptado no decorrer da produção do trabalho até sua redação final.

Criminalidade violenta na Microrregião de Montes Claros, MG – 2010 A 2014



1.1 Fontes de dados

As principais fontes de informações, junto às quais os tipos e/ou dados sobre a criminalidade violenta, bem como os dados socioeconômicos e espaciais, foram coletados e posteriormente sistematizados – tratamento das informações, e foram obtidos conforme a seguir discriminado.

1.1.1 Fonte de informações criminais

Foram utilizados, na análise da evolução espaço-temporal das ocorrências de criminalidade violenta em Minas Gerais e nos 22 municípios da microrregião de Montes Claros, os dados estatísticos obtidos no armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), da 11ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, 2014, da Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS (2015, 2016) e do Atlas da Violência 2016, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP, referentes ao período 2010 a 2014, com destaque para as seguintes modalidades ou naturezas de crimes conforme classificação da Polícia Militar de Minas Gerais (2014): estupro consumado, estupro tentado, estupro de vulnerável consumado, estupro de vulnerável tentado, extorsão mediante sequestro consumado, homicídios consumados, homicídios tentados, roubos consumados contra pessoas e ao patrimônio, sequestros e cárcere privado, consumados. Utilizamos, ainda, registros de ocorrências de crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas, referentes ao mesmo período, conforme dados da tese de Gomes (2016).

1.1.2 Fonte de informações socioespaciais

No que se refere às informações socioespaciais, foram utilizados, especialmente, informações e dados dos censos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), principalmente no que se refere aos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e, ainda, utilizou-se dados estatísticos para verificar o grau de concentração e desigualdade de renda através da aplicação do índice ou coeficiente de GINI.

A compilação e tratamento dos dados e das informações culminaram com a elaboração de mapas temáticos de figuras geométricas proporcionais dos valores absolutos e mapas coropléticos das taxas de risco da criminalidade de todas as modalidades de crimes violentos na microrregião, para todos os anos do período em tela. Além disso, os dados e informações foram organizados em tabelas, os quais possibilitaram uma análise reflexiva do objeto de estudo e a sistematização de todas as informações para as redações preliminar e final da tese.

Para a identificação e mapeamento das áreas de ocorrência da criminalidade violenta nos municípios da microrregião foram utilizadas as tecnologias do geoprocessamento, que

são, hoje, ferramentas capazes de gerar e coletar dados e informações essenciais para o conhecimento do espaço geográfico. Para o mapeamento utilizou-se o software ArcGis 10.0 e, como material de análise e bases de referências utilizamos os Mapas das Microrregiões de Minas Gerais do IBGE de 2006 e 2010, bem como do Shuttle Radar Topography Mission – SRTM, 2000 e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, 2016.

1.2 Construção de taxas

- Produção de taxas de risco (brutas) por 100 mil habitantes, de todas as modalidades de crimes violentos registrados, para todos os anos do período de 2010 a 2014, com o intuito de estimar o risco de ocorrência da criminalidade violenta na microrregião de Montes Claros.

➤ Fórmula: $\frac{Crimes}{População} * 100.000$

- Produção de taxas básicas de crescimento da urbanização, no período de 2000 a 2010, para analisar o crescimento da urbanização em cada município, bem como da microrregião, no período do estudo.

➤ Fórmula: $\left(\frac{final-inicial}{inicial}\right) * 100$

- Produção de taxas médias de crescimento anual em intervalos regulares de tempo, de todas as modalidades de crimes violentos registrados, no período de 2010 a 2014, com o propósito de averiguar o ritmo, ou seja, analisar as variações temporais de crescimento desses crimes e pela necessidade de relativizar os dados absolutos.

➤ Fórmula: $\left(\left(\frac{f}{i}\right)^{1/a}\right) - 1 * 100$ onde f é o valor final, i é o valor inicial, e a é o número de anos.

1.3 Técnicas de Análise

- Para materializar o objetivo geral e testar as hipóteses aplicamos a técnica do coeficiente de correlação de Pearson entre as taxas das diferentes naturezas de crimes violentos, bem como as taxas de crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas e os indicadores socioeconômicos.

- Destacamos que o coeficiente de correlação de Pearson (r) é aqui entendido como, “uma medida de associação linear entre variáveis quantitativas”, onde, duas variáveis se associam pelo compartilhamento de variância, ou seja, “ele é uma medida da variância compartilhada entre duas variáveis”. O coeficiente varia entre -1 e +1, indicando direção positiva ou negativa do relacionamento e uma correlação perfeita. Assim, quanto maiores forem os valores de uma variável, menores ou maiores serão os valores da outra variável, respectivamente. Por outro lado, um coeficiente de zero (0) ou próximo a isso indicam a ausência de relações lineares entre variáveis. “Quanto mais perto de 1 (independente do sinal) maior é o grau de dependência estatística linear entre as variáveis. No outro oposto, quanto mais próximo de zero, menor é a força dessa relação”. (FIGUEIREDO FILHO e SILVA JÚNIOR, 2009, p. 118-120).
- O coeficiente de Pearson traz um teste estatístico onde o nível de significância abaixo de 0,05 indica que a correlação é estatisticamente significativa, confirmando, portanto a relação linear entre as variáveis estudadas.
- Sua fórmula é a seguinte:

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

- A visualização cartográfica foi realizada a partir de mapeamento dos valores absolutos de criminalidade com figuras geométricas proporcionais, para todas as modalidades de crimes violentos da microrregião, no período de 2010 a 2014. Elaboramos, também, material cartográfico das taxas de risco de criminalidade por 100 mil habitantes, para todas as modalidades de crimes violentos, os quais foram agrupados em mosaicos contendo os mapas coropléticos referentes a cada ano do período em tela.
- Para o mapeamento coroplético utilizamos o método estatístico de *Sturges*, um método prático para construção de uma distribuição de frequência de dados com intervalos de classes iguais, pela necessidade de facilitar a interpretação, descrição e ilustração dos mesmos (DECANINI, 2003).
- Entretanto, destacamos que, no método de intervalos iguais, por considerar intervalos fixos, ocorreram classes vazias na legenda. Ainda, as classes com frequência igual a zero foram isoladas, bem como as discrepâncias nas distribuições de frequências

apresentadas pelo município de Montes Claros, em relação às apresentadas pelos demais municípios da microrregião homônima. Com isto, nas legendas dos diversos mapas coropléticos dos mosaicos das diferentes modalidades de crimes violentos aparecem distribuições de cinco a sete classes, apesar do resultado da aplicação do método *Sturges*, para a referida microrregião, sugerir uma distribuição de cinco classes de intervalos iguais.

2 CRIMINALIDADE VIOLENTA: *FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL*

O referencial teórico, utilizado na fundamentação da pesquisa, enfoca conceitos de violência, crime e criminalidade violenta do ponto de vista de autores pesquisadores sobre tais temas, especialmente das áreas das ciências geográficas, sociológicas, criminológicas e políticas, a partir do qual buscamos entender a evolução dos crimes violentos na microrregião de Montes Claros entre 2010 e 2014, explorando os seus fatores correlatos.

Dado o caráter multidisciplinar e de grande complexidade do tema relativo à criminalidade violenta, a busca de trazer uma nova perspectiva de compreensão e de análise a seu respeito nem sempre consegue abarcar o problema como um todo. Entretanto, atualmente as propostas de estudos são cada vez mais abrangentes, contando com contribuições de psicólogos, biólogos, neurocientistas, geneticistas, economistas, médicos, juristas, geógrafos e principalmente dos sociólogos, além de outros pesquisadores.

Até o início do século XX, os estudos sobre as causas da criminalidade violenta tinham como base duas teorias opostas e rivais, ou seja, a teoria clássica, que afirmava “está em jogo a definição legal do crime, não os aspectos psicológicos do autor”; enquanto que, na teoria positivista, “o foco de interesse [...] se desloca do crime para o criminoso e se enfatiza o determinismo em detrimento da responsabilidade individual e defende-se o tratamento científico do criminoso para proteger a sociedade.” (LIMA;RATTON; AZEVEDO, 2014, p. 52).

De acordo com Cerqueira e Lobão (2004, p. 235), desde meados do século XX o arcabouço teórico sobre as causas dos crimes tem se desenvolvido em duas direções: aquelas focadas nas motivações individuais e nos processos que levariam as pessoas a se tornarem criminosas; e nas tentativas de se compreender as relações entre taxas de criminalidade e suas variações entre diferentes culturas e organizações sociais.

Algumas abordagens se interessam pelas características individuais como inclinação, predisposição para a violência, para o crime. Numa perspectiva social o interesse está nos fatores de risco, “tais como a concentração da pobreza, as estruturas de oportunidades à disposição de populações excluídas, o declínio do capital social ou a socialização de gênero.” Ainda, “recentemente, [...] o interesse tem se deslocado para fatores de natureza ambiental e situacional que podem colaborar com a ocorrência de crimes”, de acordo com Beato Filho (2012, p. 28).

Logo, a complexidade e as múltiplas causas da violência e criminalidade têm despertado o interesse de vários estudiosos, os quais advertem para o fato de que não há,

necessariamente, uma ligação direta e simples entre as suas diversas variáveis. Alguns fatores e/ou condições que podem influenciar ou estimular o comportamento criminoso são a desigualdade social e marginalização; privação de oportunidades; desemprego e qualidade de vida das populações mais pobres; o grau de contradições inseridas na sociabilidade cotidiana de natureza econômica, política, religiosa, cultural, étnica dentre outras; a intensidade de exclusão da cidadania; a presença relativa de jovens na composição demográfica, sem as devidas atenções, especialmente em termos de educação, lazer e ocupação formal; o grau de urbanização. (SOARES, 2000; TAVARES-DOS-SANTOS, 2004, apud BATITUCCI; CRUZ; RIBEIRO, 2005).

O tráfico e o aumento do consumo de drogas ilícitas trouxeram maior violência ao espaço urbano com a introdução de armas para proteção do negócio e pelas disputas entre quadrilhas pelo domínio territorial. Estas atividades atraem jovens, principalmente das camadas de renda mais baixas, seduzidos pelas oportunidades de prestígio e visibilidade social que configura novas formas de poder naquele universo social. (SOARES, 2000; ZALUAR, 1998, apud BATITUCCI; CRUZ; RIBEIRO, 2005).

Portanto, a preocupação com este complexo fenômeno que é a criminalidade violenta, que se torna cada dia mais visível com as divulgações de estatísticas policiais, gerou um maior engajamento de diversas áreas do saber em estudos acerca dos fatores correlatos da violência, o que culminou numa literatura vasta e diversificada. Neste contexto se insere os estudos de geógrafos, que apesar de pouco avançar em construções teóricas que possam explicar e contribuir para compreender as relações entre violência e seus principais condicionantes, sejam eles socioeconômicos, demográficos e ambientais, contribuem para o debate através da identificação de padrões específicos na distribuição espacial da violência considerando um conjunto maior de variáveis, uma vez que seus condicionantes adquirem relevância diferenciada de acordo com o local onde são analisados. (BATELLA; DINIZ, 2010).

Assim sendo, a tese tem como foco os elementos ligados às características dos lugares, ou seja, dos municípios da microrregião de Montes Claros, que foram analisadas como fatores que podem contribuir para a criminalidade violenta, ainda crescente nos últimos anos. Dentre tais características dos lugares, ou seja, espaciais, o estudo priorizou a análise de alguns fatores que se relacionam com os crimes, tais como: índice de desigualdade socioeconômica e de pobreza; aspectos demográficos, englobando total da população, população rural, urbana e as taxas de urbanização; rede de transportes e comunicações. (BEATO FILHO, 1998;

ROLNIK, 1999; BEATO FILHO; REIS, 2000; FELIX, 2002; BATELLA; DINIZ; TEIXEIRA, 2008).

2.1 Conceitos de violência, crime e criminalidade violenta

2.1.1 Violência: alguns apontamentos teóricos

Violência sempre existiu, em todas as sociedades e em todos os tempos, como forma de resolver conflitos entre pessoas, na família, na comunidade e entre os países. Atualmente, a violência é um dos temas mais preocupantes para grande parte das sociedades contemporâneas, tanto nas regiões metropolitanas e nos grandes centros, quanto nas cidades pequenas e nas áreas rurais, uma vez que, convivemos com as formas tradicionais de violência e as novas formas, para as quais ainda há certa perplexidade. Além das implicações de ordem econômica, social e territorial, a criminalidade violenta, especialmente a morte por homicídios e outros crimes relacionados às drogas ilícitas, tendo a população mais jovem como principais autores e, ao mesmo tempo, vítimas, vêm se colocando no mundo atual como uma verdadeira epidemia. Na microrregião de Montes Claros não é diferente, uma vez que a violência tem sido um fenômeno recorrente e intenso no cotidiano da população local.

Etimologicamente, a palavra violência deriva do Latim *violentia*, que significa veemência, impetuosidade, de *violentus*, “o que age pela força”. Mas na sua origem está provavelmente relacionada com o termo violação (*violare*), “tratar com brutalidade, desonrar, ultrajar”. (CONSULTÓRIO ETIMOLÓGICO, 2015).

Definir a violência é quase impossível, pois se trata de um tema que exige o cruzamento de abordagens multidisciplinares, uma vez que existe uma multiplicidade das formas de violência e que não comportam analogias.

Outra dificuldade imposta às reflexões sobre o fenômeno da violência se refere às tentativas de classificá-lo, pois cada classificação tende a valorizar um determinado propósito, o qual se relaciona à utilidade da mesma.

Entretanto, os estudos e as discussões sobre a violência tornaram-se mais frequentes, especialmente, a partir da década de 1980, quando a presença e a consciência da dimensão deste problema passam a fazer parte do cotidiano da sociedade atual de forma cada vez mais comum e intensa. Desde então, sofisticaram e ampliaram os debates sobre os significados e sentidos que os conceitos de violência têm assumido na nossa sociedade. Contudo, os conceitos de violência variam de sociedade para sociedade.

Em Raffestein (1993, p. 163): “As relações com os seres, com as coisas e com os territórios que as compõem são, quase sempre, atravessadas pela violência, a forma extrema e brutal do poder”. No dizer do autor, a violência é colocada como a expressão de um poder, brutal e extremado numa situação de confronto e conflito no interior da sociedade e em oposição ao Estado.

Arendt (1972, p. 146) afirma que, “a violência se distingue pelo seu *caráter instrumental* e por sua faculdade de aparentar potência e força [...] a violência é uma manifestação característica do poder”. Porém, nem todo governo se apoia, exclusivamente, no uso do instrumental violento. Conforme a autora, a ausência de autoridade aproxima o poder da violência que, então, lhe serve como instrumento. Tal conceito de violência e as afirmações sobre o uso da mesma mostram que não é a legalização da violência pelo Estado mas, sim, o uso da mesma como instrumento para se atingir um fim, ou seja, uma violência justificável exercida por um poder legitimado.

Tendo em vista finalidades ideológicas, políticas, culturais e/ou econômicas, a violência, em seus diferentes significados, tem em comum a marca de ser meio ou instrumento de poder, de acordo com Oliveira (2006).

De acordo com Marcondes Filho (2001, p. 22) a violência “organiza as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão”. Para Diniz (2014), a violência se caracteriza como qualquer constrangimento físico ou mental que aflige o ser humano.

Do ponto de vista de Minayo (1994), a violência é considerada um fenômeno biopsicossocial cuja complexidade dinâmica emerge na vida em sociedade, sendo que esta noção de violência não faz parte da natureza humana por não possuir raízes biológicas. Por isso, a compreensão desta leva à análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), no Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde (2002), a violência pode ser definida como o uso intencional da força física ou do poder real (quando chega às vias de fato) ou em forma de ameaça contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar causar dano psicológico, lesão, morte, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Para Michaud (1989, p. 10):

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, acusando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

A violência também pode ser definida de acordo com termos antropológico e filosóficos, em que ela é a fronteira da racionalidade e da destruição, da destituição dos homens da sua dignidade, ou seja, transforma-os em coisas. De acordo com Carbonari (2002), além destes termos, ela pode ser definida de acordo com os termos sociológicos, em que a lógica excludente do capitalismo e do neoliberalismo considera os cidadãos como clientes e ainda os exclui dessa condição de cidadãos.

Como todo fenômeno social, uma definição consensual da violência a classifica como qualquer forma de coerção ou agressão que fere a vontade individual, seja física, psicológica, política, cultural ou econômica, mas, também, é uma pulsão que pode ter como finalidade apenas sua expressão ou o objetivo de constranger, “aviltar, destruir ou se construir pela passagem ao ato”. Neste sentido, Felix (1996a) cita Portefield (1960), o qual propõe que, em alguns casos, colocar em risco a própria vida pode atingir também a sociedade. Assim, coloca a possibilidade da violência ser destinada não apenas ao outro, mas também a si próprio.

Tavares dos Santos (2002, p. 18), afirma que a violência social pode ser entendida como “força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder”. Além disto, de acordo com Crettiez (2011, p. 11), “é antes de tudo a intenção da vontade do outro, geradora de sofrimento, que deve ser levada em conta para definir a violência”.

Neste contexto, Maldonado (1997) distingue três tipos de violência, quais sejam: a violência sistêmica, proveniente do autoritarismo, da exploração de trabalho e da repressão; a violência doméstica, aquela que ocorre em um contexto familiar (podem ser de cinco tipos: a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral) e se relaciona com maus tratos, com o espancamento de crianças e mulheres, com agressões físicas e psicológicas a crianças e adolescentes etc.; e a violência estrutural, relacionada às condições sociais e injustas, à má distribuição de renda, à falta de saneamento básico e de moradia. Tais tipos de violência podem ocorrer tanto no meio urbano, de grandes centros e de cidades pequenas, como no meio rural.

Para Minayo (1994), a violência estrutural “caracteriza-se pelo destaque na atuação das classes, grupos ou nações econômica ou politicamente dominantes, que se utilizam de leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural”. Refere-se às condições extremamente adversas e injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população. Ela se expressa pelo quadro de miséria, má distribuição

de renda, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna, falta de assistência em educação e saúde.

Londoño e Guerrero (2000) propõem uma classificação segundo quatro aspectos: o primeiro refere-se à pessoa que sofre o ato violento; o segundo diz respeito à variação da natureza da agressão, física, sociológica, sexual etc.; o terceiro aspecto é relativo ao motivo que incita a violência – político, racial, religioso etc.; e por último, pode ser determinado pelo local onde a violência ocorre, podendo ser no interior das residências (doméstica), urbana, rural etc.

No que se refere à expressão “violência urbana”, Souza (2000, p. 52) diz que devemos reservá-la para:

[...] as diversas manifestações da violência interpessoal explícita que, além de terem lugar no ambiente urbano, apresentem uma conexão bastante forte com a “espacialidade urbana” e/ou com problemas e estratégias de sobrevivência que revelam ao observador particularidades ao se concretizarem no meio citadino, ainda que não sejam exclusivamente “urbanos” [...].

A violência urbana, também, consiste em um tipo de violação da lei penal, principalmente, na prática de crimes diversos contra pessoas (estupros, assassinatos, roubos e sequestros) e contra o patrimônio público e privado, influenciando de forma negativa o convívio entre as pessoas e a qualidade de vida nos centros urbanos. Um dos principais fatores que gera a violência urbana está relacionado, especialmente, ao rápido e intenso processo de urbanização, o qual contribui para o crescimento acelerado e desordenado das cidades, sem infraestrutura adequada e serviços acessíveis a todos os habitantes. Como consequência surge graves problemas sociais como desigualdade de renda, fome, miséria, desemprego e marginalização, que associados à ineficiência das políticas de segurança pública contribuem para o aumento dos atos de violência.

Para Pedrazzini (2006), a violência urbana deve ser analisada como parte de um sistema socioespacial dinâmico cujos elementos estruturantes seriam a economia liberal globalizada e a cidade como modelo ambiental hegemônico. Além destes elementos, estariam outros componentes especificamente sociais, políticos, espaciais ou ideológicos, os quais se combinam para traçar um projeto de sociedade selvagem e inquietante. Assim, é relevante observar como a urbanização contemporânea globalizada passou a impor práticas sociais e espaciais que contribuíram para o crescimento da violência urbana.

Atualmente, a violência não possui um *lôcus* específico. Ela abrange países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, metrópoles, grandes, médias e

pequenas cidades, o centro e a periferia, está presente tanto nos bairros mais sofisticados quanto nas favelas, nas áreas rurais, perpassando pelas diversas classes sociais. Observamos vários tipos e formas de violência, tais como: roubos, furtos, assassinatos, sequestros, atentados, terrorismo, guerras, violência física, sexual, psicológica, tortura (muito praticada por regimes autoritários e ditatoriais), violência policial, dentre outras. Hoje, até mesmo a arquitetura demonstra o medo da violência, através das casas com muros altos, cercas elétricas, condomínios fechados, sem nenhuma ou pouca visibilidade para a rua, com cães de guarda, alarmes e circuito interno de câmeras de TV/vídeos etc. Porém, nos bairros mais pobres e favelas, ainda que haja vida comunitária, a violência é exposta, não fica escondida por cercas e muros. Não há mais “o sabor pela vida exterior, interioriza-se, e o que se busca, desesperadamente é a segurança e a defesa”. (ODALIA, 1985, 10).

Entretanto, não podemos nos ater a um discurso social de uma violência única e singular, e sim como um fenômeno inscrito na realidade do mundo social que se expressa de diversas maneiras. Desta forma, a maior contribuição para esta tese é pensar o fenômeno da violência, suas formas, tipos, naturezas, seus motivos, espacialidades etc., como um elemento plural, multifacetado e bastante complexo.

2.1.2 Crime e criminalidade violenta

Como é de grande importância para esta tese, apresentamos alguns conceitos muito utilizados por vários estudiosos sobre violência, crime e criminalidade violenta.

O crime, especialmente o crime violento, é um subgrupo das diversas formas de violência, que se caracteriza como um problema social crônico e universal que perturba a vida das pessoas e estimula os estudiosos a defini-lo, “a diagnosticar suas causas, consequências, autores e a indicar as terapias mais eficientes de correção”. (PAIXÃO, 1990, P. 68).

Para Felix (2002, p. 8), “A definição de crime parece ser bem conhecida e está interiorizada em todos os indivíduos, mesmo que não saibam expressá-la claramente”. Citando Enzensberg¹ (1991), a autora diz que “a opinião popular normalmente restringe o conceito de crime a um exemplo. Quando se pede uma definição, a resposta imediata é que crime é, por exemplo, um assassinato”.

Quando falamos de "crime" estamos falando de fenômenos muito distintos: "roubar uma revista em quadrinhos, esmurrar um colega, sonegar impostos, assassinar a esposa,

¹ENZENSBERG, H.M. Reflexões diante de uma vitrine. Revista da USP, v.9, p.9-22, mar./mai., 1991.

roubar um banco, corromper políticos, sequestrar aviões – esses e inumeráveis outros atos são crimes", conforme Wilson e Herrenstein (1985, p. 21).

Segundo Eleutério (1998, *apud* BATELLA, 2008, p. 28), “O crime não se apresenta no mundo do dia-a-dia como apenas um conceito, único, imutável, estático no tempo e no espaço, ou seja: cada crime tem a sua história, a sua individualidade; não há dois que possam ser reputados perfeitamente iguais”.

Para Durkheim (1978a, *apud* BEATO FILHO, 2012, p. 31), “Crimes são eventos que ofendem sentimentos coletivos que serão reiterados e poderão conduzir mudanças na consciência coletiva das sociedades por meio das formas de punição”. Conforme esse pensador, a regra é que “a pena dirige-se aos homens de bem, e não aos criminosos”; o crime é algo que instiga uma punição e, assim, uma ritualização da consciência coletiva, portanto, tem efeito social.

Entretanto, Merton (1968), citado por Beato Filho (2012, p. 32), “acreditava que o crime não era normal, mas uma situação de *anomia*, *i.e.*, um estado de desorganização social que levaria à criminalidade”. Beato Filho comenta que, de acordo com este ponto de vista, o crime é “uma resposta individual normal a situações sociais específicas marcadas pela disjunção entre metas culturalmente estabelecidas e os meios legítimos de atingi-las. [...] é um tipo de proposição familiar ao nosso senso comum”, segundo o qual “indivíduos cometem crimes para realizarem aspirações que não lhes foram propiciadas socialmente”. Assim, o foco é a motivação individual.

Na realidade, quando falamos sobre crimes, nos referimos a um conceito amplo que inclui realidades e dinâmicas diversas. De acordo com Cano (2002), o crime é um fenômeno causado por um amplo número de fatores de índole muito diversa. Obviamente, não há condições que garantam que uma pessoa cometerá crimes, mas é certo que determinados contextos favorecem mais a proliferação da delinquência. Um dos elementos que determinam o nível da criminalidade é justamente a definição legal do que constitui crime.

Neste sentido, de acordo com Diniz (2014), “crime é a infração penal, é tudo que se encontra congelado no código penal”.

Alexandre (2003) ressalta que “o Código Criminal de 1830 e o Código Penal de 1890 traziam o conceito de crime”, mas, tal não ocorre no Código Penal atual e que, “embora se diga que a conceituação tenha sido relegada à doutrina, a sua realização mais completa (analítica) é apenas possível através da busca das disposições espalhadas pelo Código”. Este autor discute as diferentes conceituações de crime, ou seja, conceito formal, material e

analítico, e cita vários criminologistas que apresentam definições de crime do ponto de vista formal, tais como:

Afirma Damásio de Jesus que este conceito deriva da análise do crime sobre o "aspecto da técnica jurídica, do ponto de vista da lei". Neste sentido, abundam definições: "Crime é o fato humano contrário à lei" (Carmignani). "Crime é qualquer ação legalmente punível" (Maggiore). "Crime é toda ação ou omissão proibida pela lei sob ameaça da pena" (Fragoso). "Crime é uma conduta (ação ou omissão contrária ao Direito, a que a lei atribui uma pena (Pimentel)"; " "todo ato ou fato que a lei proíbe sob ameaça de uma pena" (Bruno), "o fato ao qual a ordem jurídica associa a pena como legítima consequência" (Liszt), "ação punível: conjunto dos pressupostos da pena" (Mezger), "l'azione vietata dal diritto con l'ammidata della pena" (Petrocelli)". (ALEXANDRE, 2003)

Ele afirma que, na modernidade, "o conceito formal de crime não só é insuficiente e vazio, como claramente dogmático". Quanto ao conceito material, o autor destaca que vários "autores defendem que crime seria 'o ato que ofende ou ameaça um bem jurídico tutelado pela lei penal', o que, ao contrário do conceito anterior, vincula a avaliação do que seja socialmente valioso à noção de bem jurídico (valor juridicamente protegido)". No que diz respeito ao conceito analítico de crime, ou seja, dogmático ou jurídico, o crime pode ser definido como "toda ação ou omissão, típica, antijurídica e culpável".

Alexandre (2003) informa, ainda, que, "baseada nesta característica analítica, afirma Fragoso que 'é feliz a expressão que alguns autores empregam, segundo a qual, se se concebe o crime como um prisma, seus componentes devem ser representados por suas faces e não como suas partes'".

Batella (2008, p. 29) cita Melgaço (2005, p. 19), o qual:

[...] avança um pouco mais a discussão e propõe a análise do conceito de crime, a partir do debate sobre legalidade e legitimidade. Este autor aceita que crime seria tudo aquilo que infringe a lei, ou seja, o ilegal, mas critica a adoção dessas relações nas elaborações conceituais: "as leis são construções sociais criadas por grupos na maioria das vezes hegemônicas. Por isso, nem sempre o que é legal é legítimo e nem sempre o que é ilegal é ilegítimo". [...] Ele destaca ainda que a legitimidade é uma concepção social, portanto, varia de acordo com o lugar, a classe, os interesses em questão, etc.

Quanto ao conceito de crime violento, percebe-se que este é inerente aos crimes que "encerram maior violência e, portanto, geram um clima de medo e de insegurança na população" (MASSENA, 1986). "A definição de crime violento é entendida como 'aquele que envolve uma violência predatória e que se realiza através de um contato direto entre o

criminoso e a vítima” (COHEN, L. E.; FELSON, M., 1979, *apud* MASSENA, 1986, *apud* BATELLA, 2008, p. 30).

De acordo com Beato Filho et al (2000), os crimes podem ser classificados em dois grandes grupos, quais sejam, o grupo dos crimes violentos e o grupo dos crimes não-violentos. Desta forma, possibilita focalizar os problemas de criminalidade violenta, avaliar a magnitude relativa de todas as modalidades de crime, construir análises de tendências longitudinais e, além disso, permite a proposição de ações específicas para a contenção da criminalidade.

A Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG adota a classificação dos crimes violentos que engloba as seguintes naturezas de crimes: homicídios consumados e tentados; estupro consumado e tentado; estupro de vulneráveis consumados e tentados; roubos consumados; sequestros e cárcere privados; latrocínio e extorsão mediante sequestro.

Neste contexto, Diniz e Ribeiro (2005) dizem que, por sua gravidade, dimensão e impacto, os crimes violentos são facilmente reconhecidos pelas pessoas, o que torna sua definição e classificação mais apurada.

Atualmente, a vitimização por homicídio representa um dos principais expoentes do fenômeno da criminalidade violenta pela gravidade das altíssimas taxas de homicídios apresentadas pelos estados e municípios brasileiros. Os homicídios respondem a etiologias diferentes, desde brigas e crimes passionais até eventos relacionados a disputas por terras, passando pelo latrocínio ou os conflitos entre os membros de organizações criminosas. Podem, também, ser fruto da ação de pistoleiros, traficantes ou grupos de extermínio (CANO e RIBEIRO, 2007).

Batella (2008, p. 29) destaca:

[...] sobre a tipificação criminal, o Código Penal Brasileiro apresenta 11 classificações para os crimes, sendo elas: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a organização do trabalho, crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, crimes contra os costumes, crimes contra a família, crimes contra a incolumidade pública, crimes contra a paz pública, crimes contra a fé pública e crimes contra a administração pública (BRASIL, 1999). Cada classificação subdivide-se, ainda, em rubricas ou capítulos, que, por sua vez, apresentam várias tipologias criminais.

Diferentemente do termo crime, fenômeno singular, com suas particularidades, a criminalidade é um “fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes”, de acordo com Melgaço (2005, p. 17).

Hoje, a criminalidade se torna progressivamente mais violenta e organizada. De acordo com pesquisadores adeptos da criminologia, esta categoria caracteriza toda violência que é sancionada pela lei e é reprimida pelo Estado e sociedade. O conjunto de delitos pré-determinados pela esfera jurídica e lógica legislativa penal vigente caracteriza os tipos de violência criminalizada. Na maioria dos casos, as práticas delituosas são registradas pelas ocorrências policiais, que utilizam critérios estabelecidos pelo Código Penal Brasileiro. É importante salientar, que por estar inserida, geralmente, no contexto urbano, a criminalidade violenta também pode ser tratada como criminalidade urbana violenta.

Porém, é importante destacar que são as redes de relações que se estabelecem no ambiente urbano e a configuração urbana, sua deficiência de infraestrutura básica e de serviços, os elementos centrais na desorganização social dos lugares e das comunidades, bem como na estrutura de oportunidades para a ocorrência de diversas formas de crimes. Desta forma, Beato Filho (2012, p. 147-148) destaca que:

[...] variáveis como índice de desigualdade econômica, estrutura populacional, englobando total da população e densidade populacional, e índice de desemprego estão associados significativamente aos homicídios, por exemplo. Ou que estruturas urbanas como densidade populacional e circulação de renda e riqueza estão relacionadas aos crimes contra o patrimônio.

Este autor afirma que, “Crimes contra o patrimônio estão positivamente associados aos municípios mais desenvolvidos, ao passo que crimes contra a pessoa encontram-se nas cidades menos desenvolvidas” (2012, p. 61).

Ressalta-se, ainda, que as dificuldades em relação à mensuração da criminalidade são inúmeras e variadas, incluindo o sub-registro e a “cifra negra”, inexistência de series temporais coletadas de forma sistemática e contínua, bem como deficiências de ordem tecnológica e de qualificação do pessoal encarregado de coletar e organizar essas informações, especialmente em algumas regiões do país. Além disso, grande parte das pessoas agredidas, violentadas, não faz o registro de ocorrência do crime junto à polícia, por várias razões de ordem pessoal ou, mesmo, por não confiarem na atuação policial (BEATO FILHO, 2012).

Neste trabalho, adotamos o conceito de crime violento, especialmente as classes de crimes violentos contra as pessoas, contra os patrimônios e os crimes contra os costumes. Além destas classes de crimes abordamos, também, os crimes relacionados ao tráfico, uso e consumo de drogas ilícitas, por serem considerado um dos grandes males da atualidade, reveladores das contradições latentes das sociedades.

Neste contexto, para compreender quais fatores são mais expressivos como condicionantes da criminalidade, apresentamos, a seguir, algumas reflexões relativas às abordagens teóricas sobre a incidência criminal que possam subsidiar a produção deste trabalho.

2.2 Abordagens teóricas sobre as causas da violência, crimes e criminalidade

Dada a grande complexidade inerente aos fenômenos da violência e criminalidade, uma diversidade de construções teóricas, ligadas à área do conhecimento que se denomina ciência do crime, tem procurado explicar a propensão maior ou menor de indivíduos para o crime em razão de características individuais, psicológicas e sociais.

Segundo Cano e Soares (2002, *apud* RIBEIRO, 2008), as diversas abordagens sobre as causas dos crimes podem ser divididas em cinco grupos. No primeiro têm-se teorias que tentam explicar o crime em termos de patologia individual; no segundo grupo tem as teorias centradas no “*homo economicus*”, isto é, no crime como uma atividade racional de maximização do lucro; no terceiro grupo temos teorias que consideram o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente; no quarto grupo estão as correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou das oportunidades, sendo parte deste grupo a Teoria da Criminologia Ambiental (TCA); e, no quinto grupo as teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna.

Apresentamos, a seguir, uma breve caracterização de cada uma destas teorias.

- **Teoria do crime em termos da patologia individual**

Segundo Cano e Soares (2002), as Teorias que abordam o crime em termos de patologia individual buscam a explicação do comportamento criminoso em fatores biológicos e genéticos. Um dos pioneiros foi Lombroso (1893), com o trabalho intitulado “*L’Uomo Delinquente*”, onde mostrou que as tendências criminais são garantidas por hereditariedade e que os delinquentes poderiam ser identificados pela formação óssea do crânio, o formato de orelhas, entre outras características dos traços anatômicos e psicológicos que constituiriam indicadores da patologia criminosa.

Para Felix (2002, *apud* BATELLA, 2008, p. 32), “nessas abordagens, os seres humanos são encarados como submissos a fatores biológicos, também encarados como patologias individuais, que lhes conduziriam ao ato criminoso”.

Essas teorias foram abandonadas após a Segunda Guerra Mundial, em função de seu conteúdo racista e, desde então, surgiram novos estudos e experimentos que demonstraram não haver distinção entre criminosos e não criminosos em termos estritamente biológicos e psicológicos (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004).

De acordo com Nogueira (2010, p. 5), em anos mais recentes, essas análises focadas nas patologias individuais têm se desenvolvido no sentido de que existe relação entre as características biopsicológicas do indivíduo com seu histórico de vida pessoal e relações sociais. Os estudiosos que têm se destacado na corrente conhecida como biologia social são Daly e Wilson (1983, 1988 e 1999, *apud* CERQUEIRA; LOBÃO, 2003, p. 5).

Com o avanço da genética, outra linha de conhecimento começou a desenvolver-se com a neurobiologia do crime. Entre os fatores apontados como relacionados à criminalidade, Pallone e Hennessy (2000, *apud* RIBEIRO, 2008) concluem por uma relação positiva entre portadores de neuropatologias e alguns tipos de crimes, como, por exemplo, os homicídios. Seus seguidores acreditam existir algumas diferenciações patológicas entre os criminosos e os não criminosos e que a criminalidade seria um tipo de tentativa de ajustamento de problemas biológicos ou mentais, relacionados a problemas de ordem social.

- **Teoria da escolha racional, centradas no “*homo economicus*”**

As teorias centradas no “*homo economicus*” enxergam o crime como uma atividade racional de maximização do lucro. Esta abordagem tem sua origem no artigo de Gary Becker (1968), cujo modelo pressupõe que o indivíduo, ao avaliar racionalmente os custos e os benefícios decorrentes de utilizar seu tempo e recursos em uma atividade criminosa, em comparação com a utilização destes em uma atividade legal, escolheria entre as mesmas àquela atividade que maximizasse sua utilidade esperada.

A teoria da escolha racional procura nos colocar no lugar do criminoso e, desta forma, compreender os benefícios econômicos que o mesmo está buscando e como ele age no cometimento de crimes, sem demasiado esforço ou risco, e, se uma pessoa escolhe cometer um crime com base em uma série de fatores, então esses fatores podem ser alterados a fim de dissuadi-lo.

A perspectiva da escolha racional foca no processo de tomada de decisão do criminoso e sua principal hipótese afirma que o criminoso possui um comportamento intencional, destinado a se beneficiar de alguma forma. No entanto, as decisões relativas a se cometer um crime são limitadas pelo tempo, pela capacidade cognitiva e pela informação disponível. As “percepções” da situação, dos riscos e das recompensas são mais importantes que as circunstâncias reais em si. Ainda, as decisões variam de acordo com as diferentes fases do delito e entre os diferentes autores. Os criminosos podem cometer ou não um crime com base na percepção dos riscos e recompensas.

Nogueira (2010, p.5-6) explicita que:

Esta teoria está ligada à percepção do criminoso quanto à avaliação racional dos benefícios e custos deste ato. Ou seja, para uma pessoa chegar ao ponto de cometer um crime, ele analisaria previamente quais são os lucros e, no caso de ser pego, quais são as punições, e ainda quanto tempo gastaria para ganhar o valor equivalente ao roubo num emprego formal. Esta teoria é melhor aplicada aos crimes contra o patrimônio. Alguns autores, como Block e Keinecke (1975, apud RIBEIRO, 2008) acrescentam a esta ideologia alguns fatores relevantes para ocorrência da criminalidade, como diferenças étnicas, sociais e até mesmo psicológicas. Outros elementos são considerados essenciais para o cometimento de crimes segundo esta teoria, como a “Inércia Criminal” de Leung (1995, apud por RIBEIRO, 2008). O autor afirma que à medida que um indivíduo entra para o mundo do crime, fica cada vez mais difícil de sair desta realidade.

A tomada de decisão do criminoso se baseia, principalmente, no que é mais evidente e imediato, negligenciando análises de custo/benefício mais complexas. É por isso que o criminoso dá pouca atenção a uma eventual punição ou a consequências de longo prazo. Ele se preocupa mais com a recompensa imediata oferecida pelo crime, ou o risco de que alguém impeça sua ação no local.

- **Teoria do crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente**

Esta teoria afirma que a exclusão social, como a desigualdade de renda, é o principal fator para incidência da criminalidade. Neste caso, a violência é associada às frustrações e agressões provenientes da pobreza.

Os estudiosos que trabalham com esta teoria partem de uma inspiração marxista, segundo a qual a sociedade capitalista aliena e oprime a classe trabalhadora. Diante disto, estes podem organizar-se para lutar pelo poder ou, num estágio anterior à consciência de classe, responder de forma violenta, desorganizada e imprecisa. Assim, esta resposta guarda a gênese da criminalidade, que só desapareceria quando houvesse um sistema sem classes (CANO E SOARES, 2002).

Ainda, segundo Cano e Soares (2002), os estudos empíricos nesta linha na América Latina, partem da premissa de que condições econômicas e fatores infraestruturais são fundamentais na explicação da incidência da criminalidade, seguiram um padrão em torno do que definem como um “marxismo implícito”.

- **Teoria focada em fatores situacionais ou de oportunidades**

Também chamada de teoria da atividade rotineira, cuja racionalidade está aliada ao senso de oportunidade. Esta teoria está relacionada a situações momentâneas, que pode ser entendida como o surgimento de uma boa oportunidade. Destaca o papel de fatores temporais e espaciais, assegurado pela ineficiência do controle social. Sendo assim, é gerada naquele momento uma vítima em potencial, assim como um agressor em potencial. Segundo esta teoria, as pessoas com estilos de vidas mais “tranquilos”, as quais possuem hábitos mais “caseiros”, estariam menos susceptíveis às ações destes criminosos (NOGUEIRA, 2010, p. 6).

Assim, o contexto situacional, a forma como se organiza a vida em sociedade acentuada pela oportunidade, desencadeia a vontade de delinquir. Defendem alguns autores que, nesse caso, não são as condições de pobreza, as injustiças, as desigualdades que geram o delito; não é a satisfação das necessidades primárias, mas a motivação oportunista do indivíduo.

A teoria da anomia ou da estrutura da oportunidade caracteriza-se pela sua natureza estrutural, pelo determinismo sociológico, pela aceitação do caráter normal e funcional do crime e pela adesão à ideia de consenso em torno de valores fundamentais para a sociedade. Sendo parte deste grupo, a Teoria da Criminologia Ambiental (TCA) que trata, entre outras coisas, dos padrões do fenômeno da criminalidade, tendo em conta o espaço urbano e o impacto das suas variáveis estruturais constituintes sobre as percepções e ações de potenciais vítimas e criminosos.

Segundo Cerqueira e Lobão (2003, p. 11), a teoria da anomia de Merton (1938) é “uma das mais tradicionais explicações de cunho sociológico acerca da criminalidade”. Os autores colocam que, para Merton, “a motivação para a delinquência decorreria da impossibilidade de o indivíduo atingir metas desejadas por ele, como sucesso econômico. Cohen (1955) estendeu a abordagem para compreender a questão do *status* social”.

Além destas abordagens, Cerqueira e Lobão (2003, p. 11) dizem, ainda, que:

Várias pesquisas têm procurado encontrar evidências empíricas a favor da relação entre a anomia e a criminalidade. [...] Alguns dos trabalhos que mais se notabilizaram nesse campo foram de Burton Jr. *et alii* (1994), Reiss e Rhodes (1963), Elliot e Voss (1974), Greenberg (1977), Agnew (1984) e Blau e Blau (1982). [...] Mais recentemente, Agnew (1992) procurou estender a teoria da anomia para compreender — além da frustração entre as aspirações individuais e os meios socialmente existentes para satisfazê-las —, adicionalmente, duas circunstâncias: [...] o fato de outros terem retirado do indivíduo algo de valor (não estritamente material), [...] e o fato de que as pessoas são confrontadas com circunstâncias negativas engendradas por discordâncias ou divergências sociais [...]. Esse desenvolvimento, que ficou conhecido como Teoria Geral da Anomia (*General Strain Theory*), foi testado por Agnew e White (1992), Agnew (1993), Paternoster e Mazerolle (1994) e Hoffmann e Miller (1998), e todos esses trabalhos encontraram evidências empíricas a favor.

Assim, a criminologia transita pelas teorias que buscam analisar o crime, a criminalidade, o criminoso e a vítima.

- **Teoria da desorganização social**

São inúmeras as hipóteses e teorias que versam sobre as condicionantes da violência e criminalidade, mas a teoria que associa a incidência criminal urbana a formas diversas de desorganização e falta de coesão social, em especial, nos chama a atenção. Esta abordagem parte do princípio de que a criminalidade emerge como consequência de problemas associados a mecanismos de controle social. Neste contexto, as comunidades locais, marcadas por um complexo sistema de associações formais e informais, de relações de amizade e parentesco, contribuem para o processo de socialização e aculturação do indivíduo. Portanto, elementos que promovam a ruptura da coesão social e, conseqüentemente, do controle social, estariam, indiretamente, incitando práticas criminais. Tais relações seriam condicionadas por fatores sociais como status econômico, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial e, sobretudo, taxas de urbanização e migração.

Segundo Ribeiro (2008), esta teoria fundamentada por Shaw e Mckay (1942) contribuiu muito para análise da ocorrência dos crimes, pois até então, muitas teorias usadas como referência à época apontavam unicamente como determinantes da criminalidade, fatores ligados às características dos indivíduos. Mas a teoria da desorganização social aponta que a explicação da criminalidade está fortemente associada a características particulares das vizinhanças em que o crime ocorre, ou seja, é dada importância ao contexto espacial no qual os crimes estão inseridos.

Na sociedade moderna, as teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social, explicam o crime a partir da existência de uma

falha nos mecanismos de controle social, de maneira oposta às teorias em que se procurava entender a motivação dos indivíduos a cometer atos criminosos. Assim é enfatizado o papel de instituições como a família, a escola, a religião e outras, na prevenção do crime.

De acordo com Schneider (2005, p. 15-16):

É o fracasso das instituições de controle social que leva ao crime e à delinquência. Assim, a inserção do indivíduo em redes sociais, com o compartilhamento de valores, normas, crenças, é de fundamental importância para o controle da criminalidade. A existência destas redes, que permitem a existência de contatos interpessoais, formais e informais, seria um fator importante para limitar os comportamentos criminosos. De outro lado, o enfraquecimento da organização social, decorrente de uma série de dinâmicas características da vida moderna, reduziria os mecanismos de controle social, abrindo espaço para a multiplicação de atividades criminosas.

Desta forma, quanto maior for a integração do indivíduo com o sistema social, assim como as ligações com a sociedade, menores seriam as possibilidades desta pessoa se tornar um criminoso.

São numerosos os estudos que exploram a relação entre crime e desorganização social, ausência de controle social, sendo igualmente numerosas as medidas indiretas empregadas para se captarem os níveis de desorganização social. Sampson e Groves (1989) foram os primeiros a realizarem um estudo empírico para testar a teoria da desorganização social, na Grã-Bretanha, onde exploram a relação entre taxas de criminalidade e as seguintes variáveis independentes: status econômico, heterogeneidade étnica, estabilidade residencial, desagregação familiar, urbanização, redes de amizade local, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional.

Por outro lado, Miethe, Hughes e McDowall (1991) utilizando com dados de registros policiais de 584 cidades americanas, trabalharam com a relação entre crime e taxa de desemprego, heterogeneidade étnica, mobilidade residencial, controle institucional e existência de mais de um morador por cômodo, de modo a testar estas variáveis explicativas para os homicídios, roubos e arrombamentos. Da mesma forma, Warner e Pierce (1993), fizeram seus estudos sobre localidades na vizinhança de Boston, em 1960, em que trabalharam a relação com medidas de pobreza, mobilidade residencial e heterogeneidade social (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 239).

Estes autores destacam, ainda, que “vários outros estudos procuraram demonstrar o sentido contrário da causalidade, ou seja, os efeitos adversos que a criminalidade gera sobre a organização social”, destacando os trabalhos de Skogan (1986 e 1991), Bursik (1986), Katzman (1980) e Sampson e Wooldredge (1986).

No Brasil, de acordo com Cerqueira e Lobão (2003, p. 17-18) alguns estudos empíricos relacionados aos condicionantes da criminalidade merecem destaque, tais como: Paixão (1983), com um modelo que explica a relação entre a criminalidade e as migrações; Zaluar (1985), no Rio de Janeiro, com seu trabalho pioneiro baseado em pesquisas etnográficas em favelas e comunidades, verificou uma série de elementos que associariam o contexto social nessas comunidades aos fenômenos da violência e criminalidade; Pezzin (1986), que desenvolveu análises quantitativas em *cross-sectione* outra em séries temporais para a região metropolitana de São Paulo; Coelho (1988) e de Paixão (1988), em Minas Gerais, que criticavam a importância de fatores socioeconômicos na determinação da criminalidade; Kahn e Barbosa (2000) tecem importantes considerações sobre a relação entre as taxas de homicídio e o nível de desenvolvimento dos países; Beato e Reis (2000) tentaram evidenciar a relação defasada entre emprego e crimes violentos e crimes violentos contra a propriedade em Belo Horizonte; Saporì e Wanderley (2001) também tentaram evidenciar a relação entre emprego e homicídios nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, e também para roubos no caso de São Paulo; Cano e Santos (2001), com base em regressão estimada por *OLS (Ordinary Least Squares)* para o ano de 1991, mostraram evidências acerca de uma correlação positiva entre taxas de urbanização e taxas de homicídios nos estados brasileiros; Felix (2002, 2003), que contribui com o debate sobre os determinantes da violência urbana, adotando uma abordagem eminentemente espacial; Cerqueira e Lobão (2003, apud Cerqueira e Lobão, 2004 e Diniz, 2005) desenvolveram um modelo de produção de crimes que considera a existência de virtuais criminosos que objetivam a maximização de lucro e se defrontam com uma tecnologia de produção que sofre a externalidade da ação da justiça criminal e das condições ambientais da localidade onde o crime seria praticado, dentre outros.

Neste estudo, adotamos como referência para nossas análises a abordagem da desorganização social no contexto da microrregião de Montes Claros, explorando as relações entre o processo de urbanização regional, os aspectos demográficos e socioeconômicos e as taxas de risco de criminalidade violenta contra pessoas, patrimônios, costumes e relacionadas às drogas ilícitas nos 22 municípios da microrregião, no período de 2010 a 2014. Assim, esperamos contribuir para uma maior compreensão dos condicionantes da criminalidade violenta na região, por se tratar de uma abordagem eminentemente espacial.

Feita esta breve caracterização das abordagens teóricas sobre as causas da violência, crimes e criminalidade, na próxima seção apresentamos algumas ideias relativas ao crime e espaço, a Geografia do Crime.

2.3 Crime e espaço – Geografia do Crime

A incidência temporal e espacial do multifacetado fenômeno, que é o crime, não se dá de maneira homogênea, nem “ocorre no vácuo”. As várias modalidades de crime violento ocorrem de acordo com padrões espaciais específicos, produzindo uma clara geografia do crime (DINIZ, 2005, p. 10).

Portanto, pelo fato da dimensão espacial ser fator importante para a compreensão do fenômeno, na atualidade, a Geografia vem se tornando parte do grupo das ciências empenhadas na busca por esclarecimentos e respostas para este problema. Nesta perspectiva surgem diversas contribuições para o estudo espacial da criminalidade.

Neste contexto, Batella (2008, p. 50) diz que:

[...] a Geografia passa a ser encarada por pesquisadores de outras áreas do saber como uma importante aliada, que tem muito a contribuir na compreensão das relações em que a variável espacial desempenha um considerável papel. Alguns estudiosos observaram que não era suficiente localizar os fenômenos, mas também verificar suas relações com as características do espaço onde ocorrem.

Entretanto, as contribuições destes estudiosos são, em grande parte, resultantes de trabalhos empíricos, os quais tratam das relações entre violência e seus condicionantes clássicos, especialmente àqueles ligados aos aspectos demográficos, socioeconômicos e ambientais, desta forma, chamando a atenção para parte do problema.

Nos estudos sobre a criminalidade, a dimensão espacial é uma variável muito importante, que vem sendo significativamente considerada na compreensão da dinâmica deste fenômeno, uma vez que os condicionantes da violência não apresentam a mesma importância na sua manifestação espacial, isto é, “os condicionantes da violência adquirem relevância diferenciada de acordo com o local onde são analisados” (DINIZ; BATELLA, 2004; DINIZ, 2005a; DINIZ, 2005b; BATELLA; DINIZ, 2006).

Batella, Diniz e Teixeira (2008, p. 22) afirmam que “os primeiros estudos sobre a Geografia do Crime ocorreram nos EUA na década de 1970”. Ou seja, aproximadamente 60 anos após os primeiros estudos sobre a distribuição espacial do crime e da delinquência em Chicago, realizados no contexto da Primeira Escola de Chicago, que vigorou entre 1915 e 1940, onde foram apresentadas significativas teorias como a da Ecologia Humana, de Robert Park, e o modelo das Zonas Concêntricas de Ernest Burgess, é que os geógrafos brasileiros começaram a se interessar pela “Geografia do crime”.

Batella, Diniz e Teixeira (2008, p. 23) afirmam que:

Apesar dos avanços nos estudos sobre o crime na perspectiva espacial, muito pouco se produziu sobre o aspecto teórico entre a Geografia e a criminalidade. Em geral, tais estudos incorporam as teorias e pesquisas desenvolvidas por sociólogos e criminologistas. Dentre essas teorias se destaca aquela com fundamentação sociocultural na busca de uma explicação para a diversificada manifestação espacial do crime.

No Brasil, Felix (1996b) é uma pioneira a tecer considerações sobre a relação entre Geografia e criminalidade. Segundo a autora a Geografia vem dando maior atenção à temática em função das abordagens que consideram as manifestações espaciais do crime e dos espaços diferenciados que surgem a partir da violência.

Entretanto, Felix (1989, p. 171) considera que um dos primeiros trabalhos sobre a distribuição espacial do crime, feito por um geógrafo brasileiro, foi o de Massena (1986) ao fazer uma análise espacial da violência e da criminalidade no Rio de Janeiro na década de 1980.

Felix (2002, p. 78) chama a atenção quanto ao papel da Geografia nestes estudos ao destacar que:

A análise geográfica pode levar a interessantes e relevantes hipóteses da espacialização da criminalidade, já que além da lei, do ofensor e do alvo, a localização das ofensas é uma importante dimensão que caracteriza o evento criminal e está sendo considerada por criminólogos ambientais, em associação estreita com os conhecimentos dos geógrafos, como a abordagem do futuro.

Segundo a autora, a Geografia do crime busca “à luz de teorizações diversas, por meio de análises associativas e em conexão com outros campos científicos, explicar as múltiplas desigualdades espaciais e todo o processo que as origina” (FELIX, 1996b, p. 147).

Já, Rodrigues (2002), buscando contribuir para uma melhor compreensão da complexidade de se trabalhar com a temática da criminalidade, apresenta propostas concretas acerca do papel a ser desempenhado pela Geografia:

- apresentar dados sobre crimes, discutindo metodologias para agrupá-los e analisá-los;
- mostrar a concentração de tipos específicos de crimes para determinados segmentos sociais;
- mapear os diversos tipos de crimes, identificando padrões específicos de distribuição no espaço;
- buscar explicações para a manifestação da criminalidade através de processos próprios da dinâmica urbana, como expansão de cidades e instalação de conjuntos habitacionais.

Em virtude da necessidade atual de compreensão da distribuição espacial dos crimes urbanos para uma melhor alocação dos recursos para a prevenção, repressão e combate a criminalidade, as discussões sobre o tema avançam, apesar de estudos sobre uma “Geografia do Crime” ainda serem incipientes no país.

Souza (2008) chama a atenção para uma “Geografia do Crime”, como um campo de estudo da Geografia, em que é possível demonstrar como a violência e a criminalidade urbana, aliadas à crescente sensação de insegurança contribuem para a fragmentação dos espaços urbanos, criando áreas em que o poder público não tem como atuar de forma eficaz no controle e redução dos conflitos, e que, quando se propõe a atuar, acabam por cometer inúmeras outras violências.

Nesse contexto, percebemos que as pesquisas da ciência geográfica brasileira têm muito a contribuir, não apenas através de estudos que buscam compreender a distribuição espacial dos crimes e das violências, mas, também, no entendimento de como esses fatos se originam e quais as consequências que eles geram, inclusive trabalhando em interação com outras áreas do conhecimento científico.

É diante desse preocupante fenômeno na atualidade que o presente trabalho analisa a evolução espaço-temporal da criminalidade violenta, especialmente os crimes contra o patrimônio, contra a pessoa e os costumes, bem como dos crimes relacionados às drogas ilícitas na microrregião de Montes Claros, cujas análises e resultados serão apresentados no quinto capítulo.

Dando continuidade, expressamos, ainda, no próximo capítulo, algumas reflexões teórico-conceituais sobre região e regionalização por se tratar do objeto desse estudo, bem como sobre redes geográficas, como já explicitado.

3 RELENDO OUTROS CONCEITOS

Nesse capítulo, utilizamos como marco teórico, alguns estudos que enfocam os conceitos de região e regionalização, ainda que de forma sucinta, com o fito de fundamentar a definição do recorte espacial do estudo, qual seja a microrregião de Montes Claros. Além disso, abordamos, também, sobre alguns conceitos de redes geográficas, de fundamental importância para entender as transformações, articulações e fluxos que ocorrem neste espaço, especialmente em função da criminalidade violenta relacionada ao tráfico e consumo de drogas ilícitas. Feitas essas considerações, trataremos, a seguir, das discussões sobre região e regionalização.

3.1 Região e regionalização

Apresentamos aqui, algumas ideias que têm permeado os estudos de alguns pesquisadores que trabalham com a temática da região e regionalização, tais como Corrêa (1987, 1997, 2005), Diniz e Batella (2004), Duarte (1980), Gomes (1995, 2003), Haesbaert (1999, 2001, 2004), IBGE (1990), Lencioni (1999), Pereira (2007), Pontes (2007), Santos (1999), dentre outros.

O termo região é empregado com múltiplos sentidos, consistindo num dos mais tradicionais em geografia, além de ser bastante utilizado pelo senso comum. Em ambos os casos, o conceito de região está ligado à ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si, isto é, à noção de *diferenciação de área*. Neste sentido, as regiões podem ser determinadas segundo critérios naturais, estabelecendo as diferenças de clima, vegetação, hidrografia, relevo, fauna, sociocultura, entre outros, que irão evidenciar a forma e o padrão de vida dos habitantes de cada região.

Sob o ponto de vista da etimologia da palavra, o termo região deriva do latim, *regio*, *regione*, que se refere à unidade político-territorial em que dividia o Império Romano. Sua raiz está no verbo *regere*, governar, o que atribui à região, em sua concepção original, uma conotação eminentemente política, de acordo com Corrêa (1997, p. 21).

Determinar o conceito de região é bastante difícil, uma vez que, ela pode ser pensada sob diversos ângulos das diferenciações sociais, políticas, econômicas, culturais, históricas, geográficas etc. Portanto, o conceito de região nunca se limitou à geografia. A palavra região é polissêmica, além de facultar usos distintos constitui-se em um conceito de grande complexidade, mesmo entre os geógrafos. Assim, a região pode ser interpretada associada a

dois princípios básicos: o de localização e o de extensão de um dado fato ou fenômeno; à localização de uma área submetida a determinado domínio ou definida por uma regularidade de propriedades que a definem; como uma individualidade espacial de escala mediana, isto é, uma porção entre o local e o global; como unidade de controle político, de gestão, de planejamento, de administração etc.

Neste contexto, Duarte (1980) coloca que os conceitos de região evoluíram e se diferenciam conforme a base teórica e a abordagem metodológica que se utiliza para entender a realidade da qual se trata. Para Haesbaert (1999), a evolução destes conceitos passou por diferentes linhas teóricas, “[...] ora a serviço do poder hegemônico, ora contrapondo o conceito predominante”.

Tradicionalmente, ou seja, desde o final do século XIX, quando o conhecimento geográfico foi sistematizado e a geografia assume o caráter de disciplina acadêmica, as discussões sobre a região ganharam espaço nas reflexões científicas. Assim, foram adotadas, conforme a evolução do pensamento geográfico, três classificações fundamentais: região natural, região cultural e a região vista a partir de propósitos específicos.

Assim, tratamos sobre o conceito de região natural entendida como sendo uma área submetida às determinações e às influências do meio natural, ou seja, a “ideia de que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade” (GOMES, 1995, p. 55). Tal conceito de região é visto sob o paradigma do determinismo ambiental.

Conforme Corrêa (1987, p. 23), a região natural era “entendida como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza [...] que diferenciariam ainda mais cada um destas partes”.

Em reação ao determinismo ambiental, os geógrafos possibilistas passam a considerar a evolução das relações entre o homem e a natureza, uma vez que este, enquanto agente ativo, com sua cultura cria uma paisagem e um modo de vida. Dessa forma, a concepção de região enquanto paisagem era considerada como o resultado da transformação do espaço natural em paisagem cultural. Assim concebida, a região é considerada uma entidade concreta, região geográfica, abrangendo “uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso, componentes humanos e natureza”. (CORRÊA, 1987, p. 28).

Nesse contexto, Lencioni (1999, p. 100) destaca a região como “[...] um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos”.

A região vista a partir de propósitos específicos emerge com a chamada “Nova Geografia”, fundamentada nos pressupostos teóricos do positivismo lógico, como uma criação abstrata, definidas pela utilização de técnicas estatísticas descritivas e mais sofisticadas. Desta forma, a região, como resultado de técnicas estatísticas, perde a sua concretude. Neste contexto, Corrêa (1987, p. 32) define a região como o “[...] conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares”.

Conforme essa visão, quatro tipos de regiões foram desenvolvidos: as regiões simples, cuja divisão regional é produzida com base em um único critério ou variável; as regiões complexas, quando múltiplos fatores são considerados no processo de regionalização; as regiões homogêneas, que apresentam certo grau de homogeneidade ou invariabilidade estatística entre seus elementos e, por último, as regiões polarizadas ou funcionais, resultantes de análises dos fluxos de população, de mercadoria, de matéria-prima, de capital e de informação sobre a superfície terrestre, possibilitando identificar as áreas de influência de um centro urbano, de determinada atividade econômica, de uma indústria etc. A metodologia empregada quase sempre utilizava a estatística descritiva, aplicando-se medida de variabilidade, análise fatorial e análise de agrupamento. (CORRÊA, 1987).

Na atualidade, mesmo com o processo de globalização, percebemos um contínuo processo de formação e transformação das regiões, enquanto formações socioespaciais resultantes da atuação de múltiplos agentes. Assim, não podemos descartar os estudos sobre região. Para Santos (1999, p. 16), “[...] a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar do processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização”.

Pereira (2007, p. 45) destaca que, “[...] é necessário buscar a construção de um conceito que permita analisar as particularidades de determinados espaços, em sua realidade atual, sem esquecer que, qualquer que seja a região, ela faz parte de uma totalidade e com ela interage”. Considerando que o espaço terrestre é formado por áreas diferentes entre si, o termo região não pode ser dissociado da ideia de diferenciação de áreas. Desta forma, haverá tantas regiões quantos forem os conceitos, critérios e objetivos do processo de regionalização.

Neste contexto, Haesbaert (2001, p. 278) pondera que:

A regionalização enquanto instrumento e técnica de recorte do espaço geográfico geralmente está ligada a um objetivo prático, a necessidade do pesquisador ou mesmo do planejador de encontrar unidades espaciais coerentes para sua análise ou para aplicação de um programa de planejamento. A regionalização pode ser então vista como produto de um reconhecimento de diferenciação no/do espaço geográfico. Neste caso, a definição de “região” (na verdade um recorte espacial) irá variar de acordo com os propósitos do estudo ou com a finalidade do trabalho. Frequentemente, aí, a regionalização adquire um caráter normativo: não se trata tanto de reconhecer um fato (a existência da região), mas de indicar a forma com que a região deve ser construída tendo em vista um determinado ordenamento requisitado para o território.

Diante do exposto, podemos observar que, as alternativas para estabelecer os critérios que servirão de base para a regionalização variam conforme o objetivo a ser alcançado, desde aqueles pautados em modelos neoclássicos de localização até aqueles que têm por base concepções variadas como os tipicamente governamentais, para fins de administração e planejamento.

De acordo com Diniz e Batella (2004, p. 53):

Deve-se destacar ainda o fato de o conceito de região ter sido aplicado ao longo da história como instrumento de ação e controle, na organização, estruturação e administração de territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa de um poder central. Neste sentido, a região pode ser entendida como um recorte político administrativo que, apesar de ter certa autonomia no plano local, está subordinada política e economicamente a um poder central.

Segundo Gomes (2003, p. 53), neste caso o recorte regional tem sido um recurso utilizado tanto pelos Estados modernos na gestão do território, como por muitas instituições e empresas de grande porte como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios.

Para fins deste estudo, considerando que a região é nossa categoria de análise, utilizamos a divisão do Estado de Minas Gerais em microrregiões, onde Montes Claros atinge posição de centralidade, constituindo o seu núcleo urbano mais expressivo e dinâmico, polarizando todo o norte de Minas Gerais e sul da Bahia, num panorama de grandes diversidades que se expressa em suas características sociais, políticas, culturais e econômicas.

Esse recorte regional institucionalizado pelo IBGE, de acordo com o Art. 2 da Resolução PR-51, de 1990, respeitando os limites político-administrativos estaduais e municipais, apresenta como finalidade a compilação e divulgação de dados estatísticos, utilizando-se o conceito de organização do espaço (IBGE, 1990, p. 8).

Desta forma, o IBGE (1990, p. 8) definiu as microrregiões “como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Estas especificidades referem-se a estruturas de produção agropecuária, indústria, extrativismo

mineral ou pesca”. Contudo, tais especificidades não caracterizam as Microrregiões como áreas individuais autossuficientes.

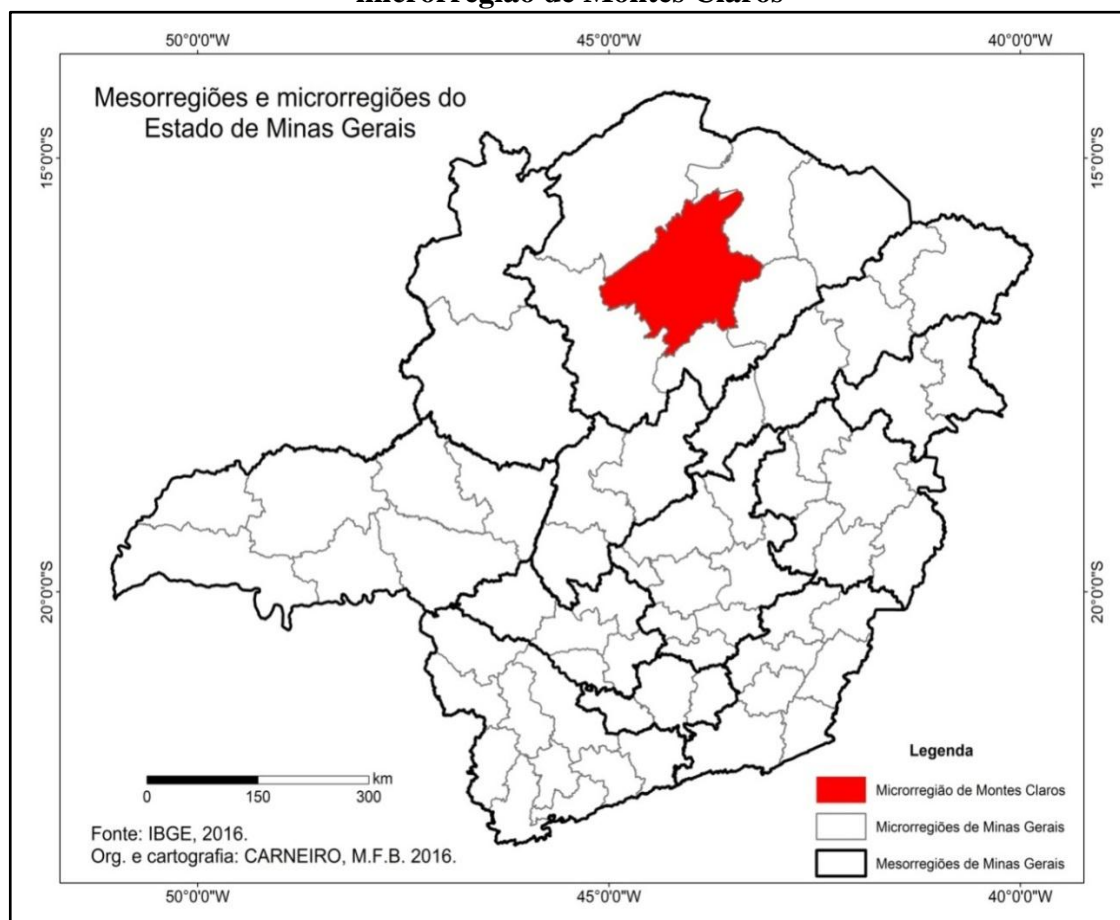
O IBGE (1990) conceitua, ainda, as microrregiões como um conjunto de municípios contíguos e contidos na mesma unidade da federação, agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração. Portanto, baseia-se em especificidades que determinados espaços regionais possuem.

Nesse contexto, Diniz e Batella (2005, p. 70) ressaltam que, “A divisão em Microrregiões geográficas associou critérios de homogeneidade a critérios de interdependência, como a vida de relações a nível local, produção, distribuição, troca e consumo, na repartição do espaço nacional”.

Assim, o desenvolvimento do processo capitalista de produção que afetou de forma diferenciada o território nacional, bem como o estado de Minas Gerais, favoreceu grandes mudanças institucionais e avanços socioeconômicos a algumas regiões, enquanto outras áreas permaneceram estáveis ou apresentam graves problemas. Ainda, em algumas a metropolização, o consumo e a produção industrial são os principais elementos na organização do espaço, em outras “as condições naturais ainda orientam as formas de ocupação e de produção que são predominantemente agrárias”, como ocorre na microrregião de Montes Claros. (IBGE, 1990, p. 7).

Com base nesses fatores, o estado de Minas Gerais foi dividido em 66 microrregiões, sendo que sete dessas microrregiões constituem a mesorregião Norte de Minas, quais sejam: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas (MAPA 1).

Mapa 1 – Mapa das mesorregiões e microrregiões de Minas Gerais destacando a microrregião de Montes Claros



Fonte: Adaptado do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

No Norte de Minas a microrregião economicamente mais desenvolvida é a de Montes Claros, composta por 22 municípios, e se individualiza pelos seus aspectos físico-geográficos (zona de transição de clima tropical semiúmido/semiárido, vegetação de cerrado/caatinga) e pelos baixos indicadores socioeconômicos. À “exceção de Montes Claros e Capitão Enéas, todos os demais municípios que compõem essa microrregião possuem uma economia de base agropecuária. Todos mantêm relações muito estreitas com a cidade de Montes Claros, tanto no comércio quanto no setor de serviços”. (PEREIRA, 2007, p. 60).

Nesse contexto, a escolha da microrregião de Montes Claros para o desenvolvimento deste trabalho se justifica pela disponibilidade de dados, sobre a mesma, como parte integrante da mesorregião Norte de Minas, produzidos, nas últimas décadas, por diferentes pesquisadores e organizações públicas e privadas. Por possuir características que a diferenciam no contexto estadual, apresentando uma formação socioespacial singular, bem como pela facilidade de cruzamento dessas características com a criminalidade violenta,

objeto desse estudo, é que procuramos entender esta microrregião enquanto produto de processos políticos, econômicos, sociais, históricos e culturais, o que tentaremos demonstrar no quarto capítulo.

A seguir, apresentamos algumas ideias sobre as redes geográficas, de grande importância para os nossos propósitos.

3.2 Redes Geográficas

As redes geográficas estão em todo lugar, são parte fundamental da espacialidade humana. A Terra se constitui num complexo de redes em todos os sentidos de percepção geográfica. Tais redes representam uma interminável cadeia de transformações, construções, relações, articulações de/entre espaços no cotidiano da sociedade mundial e nas concepções de espacialidade, constituindo num caso particular de rede em geral.

Conforme Santos (1997, p. 73-74), as redes representam “um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial”.

Neste contexto, as constantes modificações provocadas pelo avanço das redes alteram as concepções de espaço geográfico, instaurando novas percepções em escalas do local ao global. Assim, na atualidade, as dimensões espaciais são reticuladas em consonância com os ditames do capitalismo, facilitando os fluxos de produtos, capitais, informação e população.

De acordo com Dollfus (1975, p. 66), “as redes constituem sistemas geralmente lineares e contínuos, que permitem a circulação das matérias, da energia, das populações e dos bens [...]. É uma circulação ordenada e canalizada”. Neste sentido, as redes constituem meios utilizados pelas forças produtivas do capitalismo, para circulação de informações, de produtos e pessoas de forma organizada. Para este estudioso, a “diversidade e a densidade das redes crescem em função do nível técnico das populações, do estágio de seu desenvolvimento econômico e da densidade do povoamento”. (1975, p. 66).

Conforme Silveira (2003):

[...] no atual contexto da economia globalizada, as mudanças no padrão tecnológico e produtivo se fazem acompanhar da emergência de novas formas espaciais, ou de velhas formas espaciais com novos conteúdos, e de uma nova lógica espacial onde, a priori, o espaço dos fluxos tende a sobrepor-se ao espaço dos lugares. O lugar redefine-se a partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária.

Nesta perspectiva, Haesbaert (2006, p. 95) diz que “as redes são verdadeiros ‘condensadores tecnológicos’ de ação e de movimento da sociedade”, ou seja, conforme as atividades e mobilidade humanas, os espaços passam a serem reticulados. Com o dinamismo tecnológico surgem sempre novas formas de mobilidade de pessoas, objetos e informações. Assim, as redes de informações, circulação e transportes são de fundamental importância, pois possibilitam interconexões entre fixos e fluxos.

Neste contexto, Corrêa (2012, p. 200) entende “por rede geográfica o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos”. Para ele, “As redes geográficas são redes sociais espacializadas, [...] em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida, [...] historicamente contextualizadas, mutáveis”.

Portanto, segundo este autor (2012, p. 202), a “espacialidade e natureza social são as características distintivas das redes geográficas” e, como qualquer construção social, são passíveis de análise segundo diferentes dimensões: a organizacional, a temporal e a espacial, envolvendo a estrutura interna, o tempo e o espaço. Neste sentido, no que se refere à dimensão organizacional, devem-se considerar os agentes sociais (grupos sociais, empresas, instituições e o Estado); quanto à dimensão temporal ou de origem, se são planejadas ou espontâneas; em relação à natureza dos fluxos, pode ser de mercadorias, pessoas, informações; à função - realização, suporte; à finalidade, se são de dominação, acumulação, solidariedade; à existência, se são real ou virtual; à construção, pode ser material ou imaterial; à formalização, se formal ou informal e à organicidade, se é hierárquica ou de complementaridade.

No contexto de afirmação do espaço dos fluxos não há como não considerar o fato de que a fluidez e a funcionalidade técnica evidenciam a importância estratégica e funcional das redes. Neste aspecto, as reflexões quanto aos efeitos e às determinações do processo de globalização da economia em relação ao papel das redes e sua relação com a produção e organização do espaço geográfico em geral, e do território em particular, adquirem fundamental importância.

Para Santos (1996, p. 218), “a fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado”. Assim, são as redes que tornam o espaço mais fluido e dinâmico, possibilitando o encurtamento das distâncias, uma vez que fluxos de toda ordem se tornam mais espessos e ampliam as necessidades de circulação, exigindo técnicas mais

eficazes, com isto, espaços territorialmente distantes se tornam próximos através das conexões estabelecidas entre eles.

Corrêa (2012, p. 204) destaca “a mais significativa das redes geográficas, a rede urbana, definida pelo conjunto de centros urbanos articulados entre si”. Para este autor a rede urbana pode ser:

Considerada como uma síntese, se não de todas, de muitas e muitas redes geográficas cujos nós e fluxos específicos iniciam-se, finalizam ou passam pelas cidades – redes ferroviárias, de uma bacia leiteira, das dioceses, dos bancos, dos partidos políticos, dos órgãos públicos e das grandes corporações – a rede urbana pode, assim, ser vista como a rede-síntese das demais redes geográficas, sendo ela própria uma rede geográfica. (CORRÊA, 2012, p. 204-205).

Considerando o mundo capitalista contemporâneo, Corrêa (2012, p. 209) diz, ainda, que este:

[...] emerge do processo de industrialização, no qual se acentua a divisão social e territorial do trabalho e se ampliam as interações espaciais, cada centro urbano situa-se em inúmeras redes geográficas, desempenhando, em cada uma, papéis distintos, associados a distintas funções urbanas e espacialidades.

A articulação entre as cidades se estreitou de tal forma que hoje não existem mais lugares distantes, em decorrência do avanço científico e tecnológico. Elas estão conectadas não só pelos meios de transportes rápidos, mas, sobretudo pelo que a revolução da eletrônica permite, ou seja, fax, internet, telefonia, antena parabólica, televisão a cabo etc., criando em consequência um meio que permite a unificação de regiões e espaços distantes. Assim, podemos dizer que as redes urbanas, não só de uma região ou país, mas do mundo inteiro encontram-se praticamente articuladas e integradas.

Dessa forma, de acordo com a estrutura da hierarquia urbana brasileira definida pelo IBGE (2007), resultante do estudo denominado de Regiões de Influência das Cidades - REGIC, as redes urbanas, caracterizadas como um conjunto integrado de cidades que estabelecem relações econômicas, sociais e políticas entre si, tanto dos centros metropolitanos, médios ou de centros menores, não estão isoladas, mas inseridas em inúmeras outras redes e caracterizam-se, como outras, por um diferenciado processo de transformação. A partir da década de 1960, novos processos centrados na industrialização e urbanização provocaram transformações no mundo urbano e rural, nas correntes migratórias e nas interações espaciais, estas ampliadas qualitativa e quantitativamente, em todas as regiões brasileiras e a microrregião de Montes Claros é parte deste quadro.

De acordo com esta hierarquia urbana, que leva em conta o número de habitantes e o nível de influência das cidades, Montes Claros foi classificada como capital regional, cuja área de influência se estende e polariza a sua microrregião e toda a região Norte de Minas, área onde não se encontram centros urbanos de grande expressão e que, por sua vez, se encontra na área de influência de Belo Horizonte e é por ela polarizada.

Nesse contexto, os municípios da microrregião de Montes Claros se encontram integrados a uma rede de ligações e influências econômicas, sociais e políticas entre os centros urbanos locais, regionais, nacionais e, até mesmo, mundiais (pequenas, médias e grandes cidades), através da melhoria e ampliação do sistema de transportes, especialmente os rodoviários, da implantação e modernização dos sistemas de comunicações, reduzindo as distâncias e possibilitando a desconcentração das atividades econômicas, de circulação, comércio e comunicações que hoje, em grande parte, são coordenadas a partir de diretrizes produzidas nos grandes centros nacionais e internacionais.

De acordo com este complexo modelo de relações, apesar de persistirem as grandes desigualdades sociais e de renda, verdadeiros bolsões de pobreza e atividades econômicas tradicionais no interior da microrregião de Montes Claros, ela já apresenta a sua dinâmica social e econômica comandada pelos fluxos de informação. Além disso, percebe-se, na microrregião, a constituição de redes criminosas através do fluxo de circulação de drogas ilícitas, que articula diferentes pontos do espaço geográfico, numa complexa trama de relações para além do limite regional e nacional. Inclui-se, aqui, a noção de redes ilegais, como característica dessas relações.

A circulação dessas drogas ilícitas se insere na lógica reticular e de organização criminosa, sendo esta a sua relação de interação com o território, o qual se constitui na base do seu movimento.

Haesbaert (2005, p. 7) considera que, na diversidade territorial atual, se devem levar em conta esta distinção e relação crescente entre ambas as lógicas, uma vez que:

[...] elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política, pretensamente uni-territorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno, vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede, como é o caso da territorialidade do narcotráfico globalizado.

Assim, o movimento do tráfico de drogas se dá num jogo de relações que envolvem o local e o global, constituindo uma lógica territorial reticular para além do poder estatal.

No próximo capítulo apresentamos, ainda que de forma resumida, uma caracterização da organização espacial da microrregião de Montes Claros, onde buscamos conhecer um pouco mais sobre este espaço regional objeto desse estudo e, com isto, contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica do fenômeno da criminalidade violenta.

4 MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS

A microrregião de Montes Claros é caracterizada pela ocorrência cíclica da seca, pela economia, ainda, de forte base agropecuária e uma população em constante migração, devido às precárias condições de vida aí predominantes.

Ao encerrar-se o sonho desenvolvimentista baseado na industrialização regional, por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que ocasionou mudanças nas áreas rurais com a modernização das atividades agrárias, a exemplo de outras regiões brasileiras, provocou transformações fundamentais na organização da produção e degradação dos recursos naturais, a região encontrou-se imersa num contexto de dificuldades, com graves implicações sociais.

Neste contexto, alteraram-se as relações sociais de produção, da posse da terra, do jeito de lidar com ela e o processo de urbanização se ampliou, bem como os fluxos entre as cidades da microrregião e com outras regiões. Daí a importância de se fazer uma contextualização dos principais fatores e/ou processos que influenciaram na ocupação, formação e transformações ocorridas na organização socioeconômica, demográfica e espacial da microrregião. Para tanto, apresentamos, a partir de sua posição geográfica, seus aspectos físicos, históricos, demográficos, socioeconômicos e espaciais. A partir deste contexto, exploramos os fatores correlatos à evolução da criminalidade violenta na microrregião.

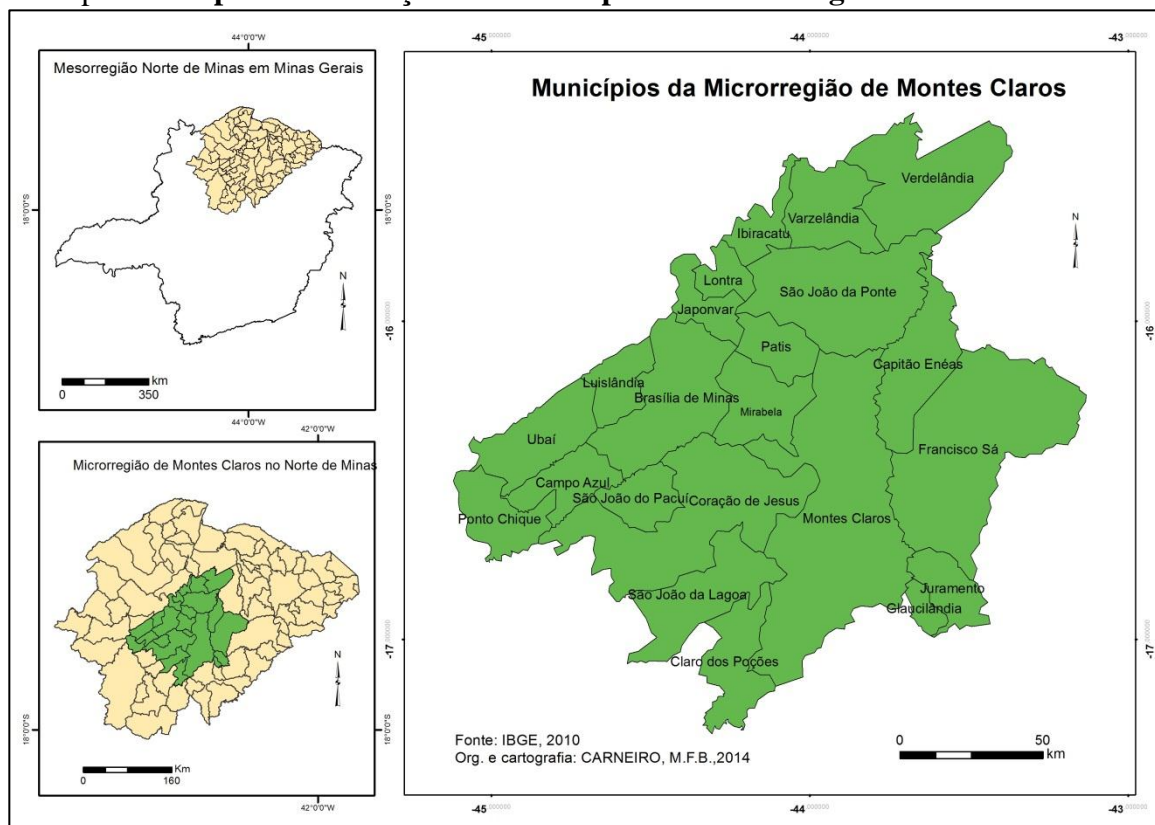
4.1 Posição geográfica

A microrregião de Montes Claros é uma das 66 microrregiões do Estado de Minas Gerais e integra a mesorregião Norte de Minas, conforme regionalização estabelecida em 1990 pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Está localizada entre as coordenadas geográficas de 15° e 17° de Latitude Sul e entre 43° e 45° de Longitude Oeste de Greenwich.

Abrangendo uma área territorial de aproximadamente 22.356,9 km², a microrregião de Montes Claros é constituída por 22 municípios (MAPA 2), quais sejam: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia, Verdelândia. Dentre estes, o município de Montes Claros se destaca como o mais importante,

dinâmico e que se consolidou como polo regional do norte de Minas Gerais, sendo, portanto, o município sede da microrregião.

Mapa 2 – Mapa de localização dos municípios da microrregião de Montes Claros



Fonte: – Adaptado do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

Inserida na área mineira do Polígono das Secas ou Região Mineira do Nordeste – RMNe, como é chamada, pelo governo mineiro, a Área Mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a microrregião de Montes Claros integra a mesorregião Norte de Minas e limita-se ao Norte com as microrregiões de Januária e Janaúba, a Leste com a microrregião de Grão Mogol, ao Sul com a microrregião de Bocaiúva e a Oeste com a microrregião de Pirapora.

A microrregião está localizada numa área de transição, tanto do ponto de vista ambiental quanto socioeconômico, entre o Nordeste semiárido e domínio da caatinga e o Centro-Sul de domínio do cerrado com predomínio do clima tropical semiúmido, com incidência de aridez em alguns trechos, especialmente nos municípios localizados mais ao norte. Do ponto de vista socioeconômico, a microrregião é reconhecida pelos baixos indicadores, os quais são considerados como uma das características mais marcantes da microrregião.

Esta posição geográfica favorece a instalação de projetos agropecuários e agroindustriais em municípios da microrregião, por suas vantagens locais – a meio caminho dos principais centros consumidores do país e das capitais nordestinas, do Sudeste e Centro Oeste. Entretanto, estas vantagens têm sido pouco aproveitadas, especialmente pelo fato de ser uma região onde a concentração dos recursos para investimento no desenvolvimento destas atividades estarem nas mãos de poucos, além do pequeno número de empreendedores locais, apesar de se localizar numa área favorecida pelos incentivos e fomentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e outros programas de promoção do desenvolvimento e de redução das desigualdades regionais implementados pelos governos Federal e Estadual.

4.2 Aspectos físicos

Segundo Amorim Filho e Bueno (2002, p. 15), desde os geógrafos clássicos “havia crença generalizada de que o meio ambiente natural da humanidade tinha uma ação controladora e determinante sobre ela”. Apesar de atualmente essa perspectiva determinista não encontrar sustentação científica, é inegável o importante papel que o meio natural desempenha para a compreensão da Geografia e da vida do homem.

Considerando que os aspectos físicos têm um importante papel nos processos de organização e produção do espaço, dos lugares e das regiões, apresentamos, a seguir, suas contextualizações na microrregião de Montes Claros, por serem de fundamental importância para compreendermos a realidade socioeconômica, política e cultural da mesma.

4.2.1 Características geológicas e geomorfológicas

As formas de relevo da microrregião estão agrupadas de acordo com suas características geológicas e geomorfológicas.

Esta região caracteriza-se por ser tectonicamente estável e está localizada no denominado Cráton do São Francisco, situado na porção centro-leste da Plataforma Sul-Americana, com orientação Sul-Norte. À leste, a borda da região cratônica é constituída pela área de contato com o domínio externo da Faixa Araçuai, caracterizado por dobramentos, constituindo a denominada Serra do Catuní – Planalto Espinhaço, do Proterozóico Superior ou Neoproterozóico (ALMEIDA, 1977).

A região cratônica, de acordo com Saadi (1991, p. 7), é constituída por complexo:

[...] **embasamento granito-gnáissico**, em parte bastante migmatizado e com metamorfismo de grau variado. [...] O embasamento é recoberto pelos metassedimentos de idade proterozóica superior do **Grupo Bambuí**, resultantes dos efeitos do Ciclo Termo-tectônico Brasileiro sobre as zonas marginais dobradas e sobre a reativação das falhas internas.

Nesta região, o Grupo Bambuí corresponde a uma extensa cobertura pelito-carbonatada aflorante, onde tem especial importância as divisões estratigráficas Subgrupo Paraopeba, composto por uma sequência marinha/carbonática/terrigena (pelítica), representada pela Formação Lagoa do Jacaré, composta por siltitos, siltitos calcíferos, margas, calcários cinzentos, calcários oolíticos, dolomitos e ardósias, e a Formação Sete Lagoas que compreende os calcários cinzentos, calcários silicosos e mármore cloríticos. Na porção central da microrregião, o Subgrupo Paraopeba é recoberto, em extensas áreas por arenitos do Grupo Urucuia, do Mesozóico Superior (Cretáceo), com ocorrência de arenitos vermelhos e conglomerados.

Na Serra do Catuní, a ocorrência de metassedimentos do Grupo Macaúbas representa uma área de influência “glácio-marinha”, de idade Neoproterozóica, com espessura de alguns quilômetros, constituído por metadiamicctitos, rochas glaciogênicas, com gradação para quartzitos, metapelitos, tilitos, conglomerados e xistos. Constitui o Planalto Modelado em Faixa de Dobramento do Brasileiro, com relevo ondulado apresentando vales encaixados, vertentes ravinadas e superfícies aplainadas que se destacam no grande conjunto da Serra, com altitudes que variam de 600 – 1.200 metros. (CARNEIRO, 2009).

A microrregião está situada, predominantemente, em áreas de Superfícies de Aplainamento de Níveis Elevados que se caracterizam por apresentar áreas de planaltos residuais – Planaltos do São Francisco, constituídos por rochas do Pré-cambriano com predominância do Grupo Bambuí, formando os relevos tabulares – chapadas – e presença de grutas calcárias ou relevo plano e suave ondulado. Em sua maior parte, o relevo é recoberto por uma sequência de depósitos sedimentares areníticas de idade cretácea, além de coberturas argilosas e argilo-arenosas terciárias, pré-terciárias e quaternárias, com altitudes que variam, em média, entre 400 – 1200 metros. Podem estar recortados por vales e/ou veredas caracterizadas por solos hidromórficos. (CARNEIRO, 2002).

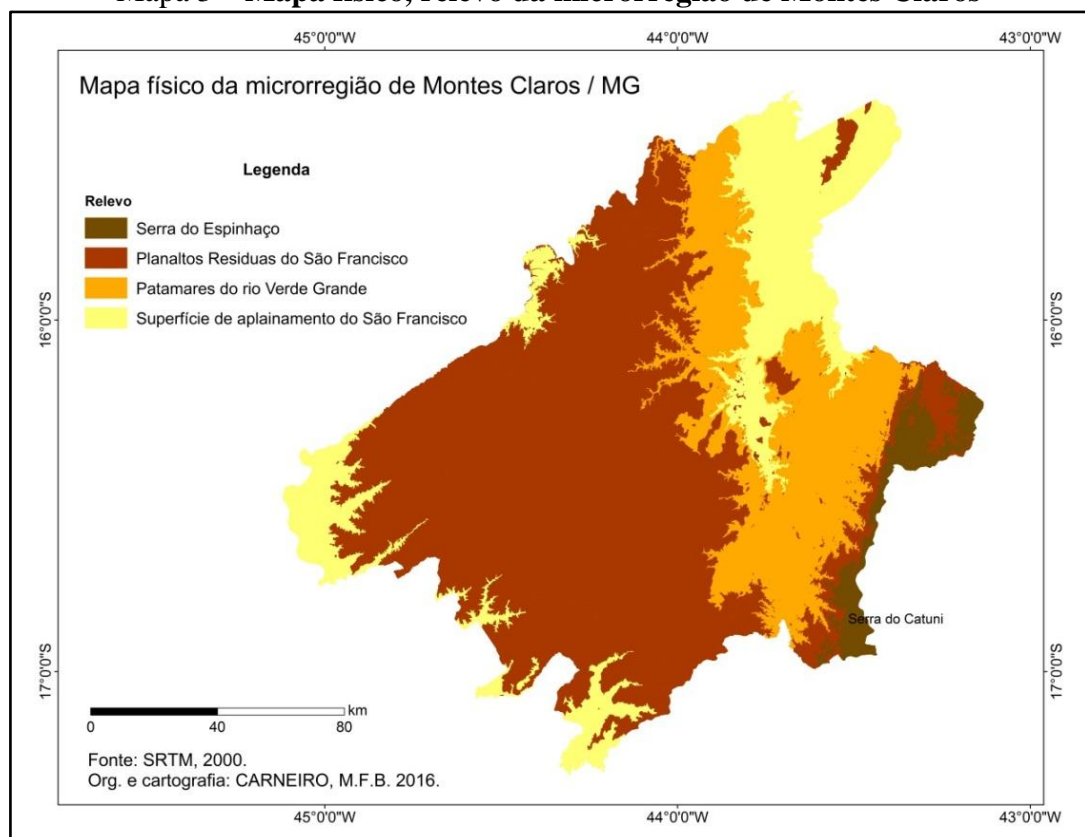
As grandes superfícies rebaixadas ao longo do Rio São Francisco e seus afluentes constituem as Superfícies de Aplainamento de Depressão Sanfranciscana. Estendem-se desde os sopés das encostas dos planaltos e das serras até os terraços e planícies fluviais. Possuem

relevo plano ou suave ondulado, podendo ocorrer áreas onduladas. Apresentam altitudes que variam de 450 a 750 metros. Estas superfícies de aplainamento

[...] apresentam duas feições distintas, os *Patamares do Rio Verde Grande*, a oeste, apresentando relevo com lineamentos estruturais no sentido Sul-Norte, constituído por rochas da Formação Sete Lagoas, expostas em longos trechos, refletindo o sentido dos dobramentos com convergência para oeste, e que indica a direção de transporte tectônico remobilizado pela orogênese Brasileira. Possuem relevo suave ondulado a ondulado. E a *Depressão Sanfranciscana do Rio Verde Grande*, a leste, apresenta relevo variando de plano, em áreas de assoreamento mais recentes, suave ondulado, ondulado a forte ondulado em contato com o sopé da Serra do Catuni, nos limites do Cráton. (CARNEIRO, 2009, p. 98).

Os Terraços e Planícies Fluviais, com altitudes que variam de 430 a 550 metros, possuem relevo plano e são constituídos basicamente de sedimentos aluviais, zonas de assoreamento mais recentes. Destacam-se as faixas do rio São Francisco e seus afluentes, especialmente os rios Verde Grande, Jequitai e Pacuí (MAPA 3).

Mapa 3 – Mapa físico, relevo da microrregião de Montes Claros



Fonte: Adaptado de SHUTTLE RADAR TOPOGRAPHY MISSION, 2000.

4.2.2 *Características climáticas*

Quanto às características climáticas observamos que, de acordo com a Classificação Climática do Brasil segundo Köppen, citado por Vianello e Alves (1991), o clima da microrregião de Montes Claros é predominantemente do tipo Aw - Clima Tropical (megatérmico). Caracteriza-se por apresentar duas estações bem definidas: uma estação chuvosa no verão, de novembro a abril, e nítida estação seca no inverno, de maio a outubro (julho é o mês mais seco). A temperatura média do mês mais frio é superior a 18°C. A temperatura média anual varia entre 19°C e 28°C. Os índices pluviométricos variando entre 500 – 1200 mm anuais, com ocorrências periódicas dos fenômenos da seca e dos veranicos.

A posição latitudinal da microrregião, em torno de 16° Sul, faz com que a região esteja contida na zona tropical, razão pela qual é submetida a forte radiação solar. A continentalidade contribui para aumentar os contrastes térmicos e pluviométricos entre o verão e o inverno. Desta forma, constituem características do clima regional elevada insolação e baixa umidade relativa do ar. Nas áreas de maior incidência de radiação solar, ocorrem os valores máximos de evapotranspiração, que estão quase sempre acima dos níveis de precipitações.

De acordo com Conti e Furlan (2000, p. 102), o mecanismo de funcionamento dos climas das regiões tropicais brasileiras, nas quais se insere a microrregião, dependem das interações de uma circulação atmosférica controlada pela Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), pelas baixas pressões equatoriais, os ventos alísios e as altas pressões subtropicais.

Neste contexto, as características climáticas da microrregião são típicas do que ocorre na parte ocidental da Região Sudeste e de Minas Gerais, conforme Conti e Furlan (2000, p. 104), ou seja:

[...] a dinâmica é controlada pela zona de convergência intertropical (ZCIT), pela massa equatorial continental (Ec), pela massa tropical marítima (Tm) e pelo anticiclone migratório polar. É freqüente, também, a presença das linhas de instabilidade tropicais (IT), alongadas depressões que se movem de noroeste para sudeste, na vanguarda da frente polar atlântica (FPA), quase sempre causadoras de quedas de temperaturas e turbulências. É significativa, ainda, a atuação da massa tropical continental (Tc), cuja área geográfica mais importante é a depressão do Paraguai, onde determina longas estiagens. Esse mecanismo ocasiona uma alternância bastante forte entre uma estação seca e outra chuvosa.

Entretanto, nos últimos anos, o fenômeno conhecido como El Niño tem provocado grandes alterações meteorológicas no Brasil e, por extensão, na microrregião de Montes

Claros, agravando os efeitos dos períodos de seca, muitas vezes bastante prolongados, com temperaturas muito altas e, outras vezes, com chuvas muito concentradas em poucos meses do ano. Estes fatores trazem consequências muitas vezes catastróficas para aos ciclos produtivos rural, das pastagens e da vegetação natural, relacionadas, principalmente, ao uso e ocupação inadequados dos solos da região e dos recursos hídricos.

Os topos das serras, chapadas e planaltos comportam como imensos reservatórios naturais das águas das chuvas – lençóis subterrâneos. Estes reservatórios naturais abastecem, durante o ano e nos períodos críticos de seca, as milhares de nascentes, veredas e cursos d'água que cortam a região.

4.2.3 Solos

No que se refere aos solos da microrregião de Montes Claros, os seus principais tipos de acordo com a nova Classificação de Solos elaborada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2006), são: os Latossolos Vermelho-Amarelos (LVA distróficos e eutróficos) e Vermelhos eutróficos (LVe); os Cambissolos Háplicos (CX – distróficos e eutróficos); os Argissolos Vermelho-Amarelos (PVAe – eutróficos) e os Neossolos Litólicos (RL).

Os solos LVAd e LVAe são solos zonais e predominam em toda a microrregião. Se caracterizam por serem altamente evoluídos e intemperizados, laterizados, ricos em argilominerais 1:1 e oxi-hidróxidos de ferro e alumínio; são ácidos, com pH entre 5 e 7, e pouco férteis, pobres em nutrientes. São típicos de regiões de clima Tropical úmido, no caso da microrregião semiúmido, de cerrados, com relevo suave ondulado a ondulado.

Na classe dos Argissolos Vermelho-Amarelos (PVAe – eutróficos) estão incluídos os solos que foram classificados anteriormente como Podzólicos. São geralmente ocupados por vegetação de cerrado e cerrado subcaducifólio e vegetação hipoxerófita nos vales dos principais rios da microrregião.

Os Cambissolos Háplicos (CX – distróficos e eutróficos), devido à heterogeneidade do material de origem, das formas de relevo e das condições climáticas, apresentam características que variam muito de um local para outro. Alguns solos desta classe possuem características morfológicas similares às dos solos da classe dos Latossolos.

Nas áreas de topo, onde os quartzitos e diamictitos afloram, na Serra do Espinhaço, e onde os declives são mais fortes estão presentes os Neossolos Litólicos (RL). São solos muito rasos, pouco evoluídos (solos jovens ou neo-formados), não alagados, onde a rocha de origem

está a menos de 50 cm da superfície. Suas propriedades são inteiramente dominadas pelas da rocha de origem. Compreende solos constituídos por material mineral, ou por material orgânico pouco espesso, que não apresentam alterações expressivas em relação ao material originário devido à baixa intensidade de atuação dos processos pedogenéticos, seja em razão de características inerentes ao próprio material de origem, como maior resistência ao intemperismo ou composição químico-mineralógica, ou por influência dos demais fatores de formação (clima, relevo ou tempo), que podem impedir ou limitar a evolução dos solos. Tipicamente, não apresentam qualquer tipo de horizonte B diagnóstico.

Na maior parte dos solos da microrregião há deficiência de fertilidade natural, além de apresentarem elevada acidez, com elevados teores de alumínio e ferro. Os mesmos prestam-se à prática agrícola após sua correção através da calagem e adubação.

As condições pedológicas locais acentuam as dificuldades climáticas, uma vez que os solos são predominantemente arenosos nas chapadas e nas serras quartzíticas, favorecendo a rápida percolação das águas e, com isto, uma maior aridez na superfície dos terrenos. Fato também favorecido pelas rochas, predominantemente calcária, das depressões do São Francisco e Verde Grande.

4.2.4 Vegetação natural

A vegetação natural da microrregião de Montes Claros é variada com predominância dos cerrados, com formações afins e veredas, além da presença das caatingas, florestas caducifólias e subcaducifólias, campo de várzea e mata seca.

A vegetação de campo cerrado ocorre nas áreas do topo da Serra do Espinhaço, enquanto o cerrado propriamente dito ocupa a maior parte da região. Tal ocorrência é devida ao clima tropical semiúmido com período seco variando entre três e sete meses secos. A sua distribuição espacial está preferencialmente ligada aos tipos de solos, na sua maioria profundos, álicos e distróficos, arenosos, lixiviados e mesmo litólicos, desenvolvidos a partir de terrenos de idade Pré-cambriana (Mesoproterozóica e Neoproterozóica), até Cenozóica – Neogeno. A diferença principal entre eles reside na maior ou menor presença de indivíduos com porte arbóreo ou arbustivo, dentro de um “tapete” herbáceo, contínuo ou não, representado em grande parte por gramíneas e ciperáceas.

As veredas ou floresta perenifólia de várzea, como às vezes são chamadas, ocorrem, geralmente, nas suaves depressões dos terrenos ondulados e sempre contornadas pelo cerrado. Formam bosques de floresta perenifólia e presença constante da palmeira “buriti”. Possuem

cobertura herbácea, com dominância de gramíneas mescladas de ervas, subarbustos e arbustos baixos e esparsas. Nascentes de rios podem iniciar aí os seus cursos.

As caatingas são formações vegetais caducifólias de caráter xerófilo, por vezes ricas em cactáceas e bromeliáceas e que ocupam significativas áreas na porção centro-norte da microrregião.

As florestas caducifólias e subcaducifólias de várzea têm sua maior ocorrência limitada às margens de rios como o Verde Grande, o Pacuí, o Paracatu, o Jequitai e o São Francisco. Figuram ao lado da caatinga de várzea e do campo de várzea.

O campo de várzea ocorre nas várzeas úmidas ou alagadas relacionadas, normalmente, com a periferia de alguns cursos d'água. De modo geral, é constituída por estratos baixos ou rasteiros, herbáceos ou herbáceo-arbustivos, com predomínio de gramíneas e ciperáceas. (JACOMINE, 1979).

Relacionadas com áreas predominantemente de afloramentos de rochas calcárias, as matas secas apresentam-se como uma variação da caatinga.

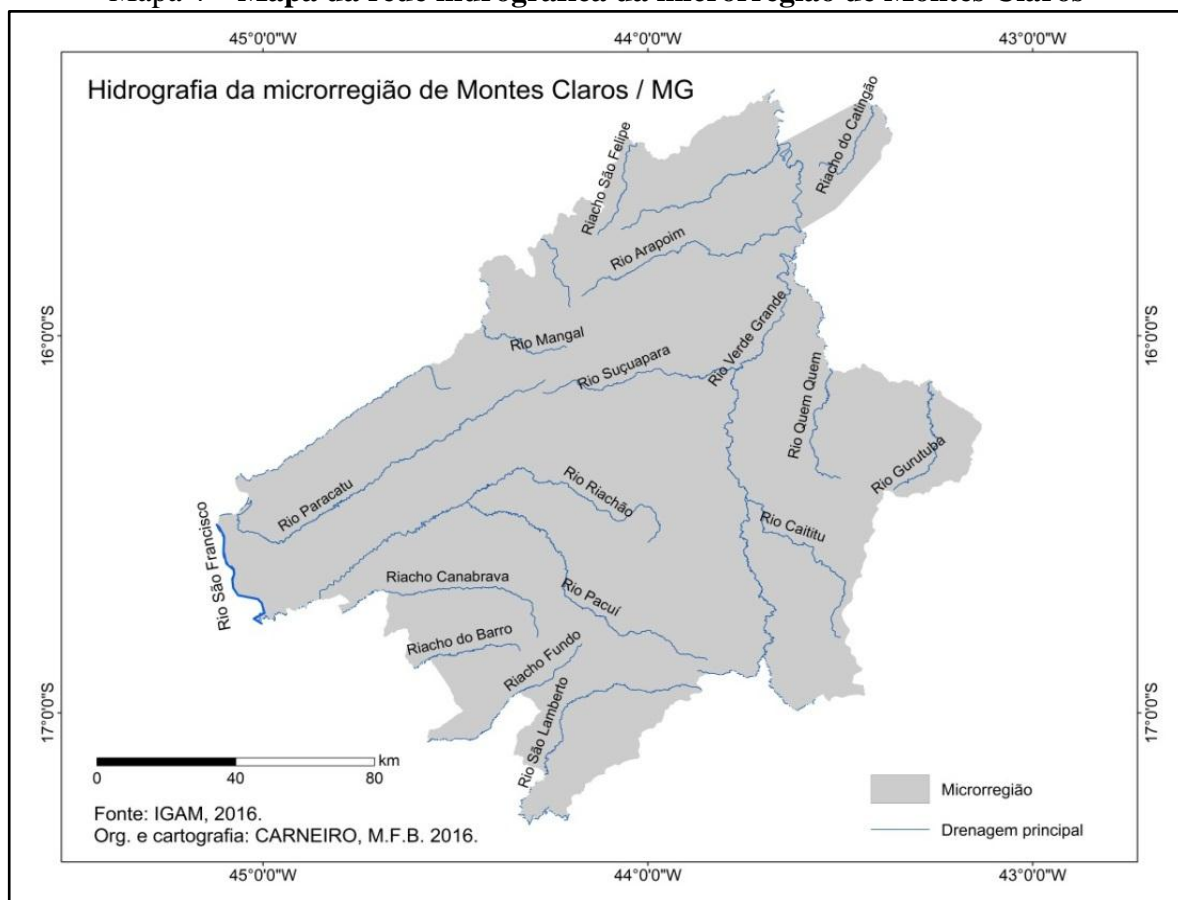
A área passa por uma significativa conversão da cobertura do solo para fins econômicos – agricultura, pecuária etc.

4.2.5 Rede hidrográfica

A rede hidrográfica da microrregião é constituída pelas bacias dos rios Verde Grande e seus afluentes o Córrego Macaúbas, rios Arapoim e Suçupara pela margem esquerda e os rios Caititu e Quem-quem pela margem direita, Pacuí, Paracatu, Riacho Grande ou Guaribas, Riachos Canabrava e do Barro e um trecho do Rio Jequitai e seus afluentes o Rio São Lamberto e o Riacho Fundo, todos componentes da bacia do Rio São Francisco pela sua margem direita.

À exceção destes principais rios, que drenam a região, os demais são, em sua maioria, temporários e intermitentes, devido ao longo período de seca (em torno de sete meses) e à porosidade de grande parte das rochas que constituem a geologia da área (MAPA 4).

Mapa 4 – Mapa da rede hidrográfica da microrregião de Montes Claros



Fonte: Adaptado do INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, 2016.

Observa-se, ainda, a existência substancial de aquíferos subterrâneos de elevada potencialidade e, ainda, de baixa utilização.

O Rio Verde Grande destaca-se como o mais importante da rede hidrográfica da área, percorrendo-a em direção sul-norte, constitui-se num sistema próprio de grande importância na região, com percurso bastante longo, estando suas nascentes situadas no município de Bocaiúva, a sudeste de Montes Claros, e sua foz no Rio São Francisco, nos limites com a Bahia.

Estes sistemas apresentam grande potencialidade para a agricultura irrigada, sendo os mais importantes para este fim os rios Verde Grande, Paracatu, Pacuí, o Riacho Canabrava e o Rio São Lamberto.

Destaca-se que os rios da microrregião vêm sofrendo constantemente processos de degradação como o assoreamento dos seus leitos, o desaparecimento de muitas nascentes, a destruição das matas ciliares, a poluição por esgotos domiciliares e industriais, além de contaminação por produtos tóxicos derivados de indústrias e atividades agropecuárias. Neste

contexto, destacam-se como exemplo os graves problemas gerados pela ação antrópica que têm afetado, especialmente, o rio Verde Grande.

Como se pode perceber o território da microrregião possui ecossistemas bastante distintos, mas interligados entre si, com a vida vegetal intimamente inter-relacionada com os processos dinâmicos do solo, água e clima. Contudo, o quadro natural da microrregião sofreu e vem sofrendo uma drástica mudança, especialmente a partir dos anos de 1960. A sua área foi desfigurada por intermédio do processo desenvolvimentista, que através de incentivos fiscais e financeiros favoreceu a industrialização em algumas cidades, tais como Montes Claros e Capitão Enéas, bem como a modernização da agricultura e a implantação do reflorestamento com espécies homogêneas e exógenas na região.

Para subsidiar tais empreendimentos, o Estado viabilizou, ainda, a infraestrutura necessária à alocação do capital, através da pavimentação de estradas, ampliação da rede energética, da rede de armazenamento, da telefonia e outros serviços.

Ao mesmo tempo, as antigas fazendas foram gradativamente transformadas em empresas rurais e passam a desenvolver projetos agropecuários, de irrigação, de reflorestamento e monocultura agrícola subsidiados.

Assim, antigos e novos latifundiários ampliaram suas áreas, num violento processo de concentração fundiária, que se beneficiaram dos incentivos fiscais e financeiros, bem como, dos créditos subsidiados com juros negativos. A vegetação nativa foi transformada em carvão vegetal para abastecer as siderurgias em outras regiões, além de serem destruídas para dar lugar à implantação de pastagens melhoradas, monoculturas agrícolas, culturas irrigadas e florestas homogêneas de eucalipto e pinus.

A partir de uma visão reducionista e de um conhecimento parcial dos ecossistemas da microrregião e do Norte de Minas como um todo, implementou-se a irrigação como solução para a agricultura regional, capaz de conviver com as irregularidades climáticas. Em poucos anos milhares de hectares de terra passaram a ser irrigados sem maiores preocupações com o controle e manejo do uso dos solos e das bacias hidrográficas. Em consequência, vários rios menores e córregos têm suas águas cortadas ou secam completamente no período das secas.

As transformações causadas por esse processo de modernização deixaram marcas, hoje, claramente perceptíveis aos olhares mais desatentos: o desaparecimento das vegetações nativas, substituídas por pastagens artificiais e uma imensa monocultura de eucaliptos e pinus nas áreas de chapadas. Os cerrados, em especial, com a função de reservatório hídrico, foram violentamente agredidos, e vêm sofrendo com a degradação do seu ecossistema, entrando em lenta agonia, ainda hoje, surda e imperceptível à sociedade brasileira.

Paralelamente, a ameaça, e até mesmo o desaparecimento de muitas espécies da flora e fauna regional, o assoreamento, o envenenamento dos rios e a contaminação das fontes de água demonstram que está em pleno andamento uma acelerada destruição ambiental.

Neste contexto, observamos que as características físicas e sua abundância de recursos naturais na microrregião de Montes Claros contribuíram para sua ocupação e sua organização espacial e socioeconômica, sustentando como base econômica, ainda hoje, a agropecuária e a agricultura familiar e de subsistência na maioria dos seus municípios.

Entretanto, pequenos produtores rurais, agregados, meeiros, posseiros e comunidades tradicionais são expulsos de suas terras e as antigas áreas comunais – os gerais, áreas de chapadas e cerrados – são disputadas, em grande parte, com violência, havendo resistência desses povos. Em decorrência dessa resistência os conflitos ainda se alastram por todo o território. Em consequência, o campo esvazia e as cidades “incham”, ocorrendo uma multiplicação das favelas – aglomerados subnormais (IBGE, 2006), sem infraestrutura adequada, gerando insatisfação pela falta de perspectivas de um padrão de vida satisfatório, especialmente nos centros urbanos maiores como Montes Claros.

Com a finalidade de caracterizar o espaço da microrregião de Montes Claros do ponto de vista físico, esta breve contextualização possibilita perceber as diversas combinações entre os elementos que compõem a geografia física e humana regional.

Este fato será demonstrado a seguir, quando discorreremos sobre os aspectos históricos da microrregião e, dessa forma, a base da formação de suas características socioeconômicas e culturais será apresentada.

4.3 Aspectos históricos

Destacamos que, não há como falar sobre os aspectos históricos da microrregião de Montes Claros sem nos referirmos à mesorregião Norte de Minas ou, especificamente, à cidade de Montes Claros, pois os processos de ocupação, formação e de desenvolvimento destas subáreas fazem parte de um mesmo contexto histórico.

De modo amplo, ressaltamos que, desde os tempos coloniais o Estado sempre interveio na organização do espaço mineiro e, evidentemente, do Norte de Minas, incluindo, neste, a microrregião de Montes Claros.

O interesse da Coroa Portuguesa sobre o território que veio a se tornar norte-mineiro se deu por dois motivos básicos:

- **o motivo econômico:** em busca das lendárias “pedras coradas” – “um mito, um verdadeiro Eldorado, a atrair levas e levas de aventureiros à sua procura” (BARBOSA, 1979), - e o aprisionamento de indígenas para a mão de obra escrava, além da destruição de quilombos;
- **o motivo estratégico:** uma vez que chamava a atenção das autoridades portuguesas a importância estratégica de Minas como parte da segurança militar e do processo de interiorização (conquista) e posse do território colonial português na América. (CARVALHO, 1999).

Assim, a formação do território e do povo norte-mineiro e suas manifestações socioculturais e políticas estão diretamente associadas a estas atividades comandadas pela metrópole portuguesa, ao criar as condições para exploração e apropriação das riquezas minerais e do território regional.

A conquista e posse da região Norte de Minas, bem como da microrregião de Montes Claros deve ser entendida como parte do processo de expansão do colonialismo mercantil português.

A região, por suas características naturais, sobretudo aquelas que resultam da transição do clima semiárido para tropical úmido e de vegetação de caatinga para cerrados, aliada a um relevo de formas acidentadas – os contrafortes ocidentais da serra do Espinhaço e Geral, entremeados por extensas chapadas – não se apresentava favorável para o cultivo da cana-de-açúcar, produto que modelou a paisagem do Nordeste Oriental Úmido.

Os primeiros conquistadores dos sertões do São Francisco, aqueles que promoviam a expansão da cana rumo ao oeste, denominaram de Agreste a região que não se prestava ao cultivo da cana naquelas circunstâncias históricas de desenvolvimento das forças produtivas. Na verdade, era agreste porque não era fértil e ser fértil, do ponto de vista do colonizador, era ser boa para o plantio de cana, de acordo com Gonçalves (1997).

A região Norte de Minas e, especialmente, a microrregião de Montes Claros foram, geográfica e historicamente, configuradas por esse contexto: os objetivos de cultivo de cana, as condições de distância geográfica do litoral, as condições ecológicas de semiaridez em transição para um clima tropical típico de cerrado, não favorável para o cultivo da cana e o sentido Norte/Sul do Complexo Espinhaço-Diamantina que condicionou a drenagem, sobretudo do Rio São Francisco e do Rio Verde Grande, com isto, as condições de acesso à região a partir da colonização do sertão nordestino e a expansão dos currais de gado (menos exigente quanto às condições ecológicas e utilização de mão de obra para ser desenvolvida).

Ressaltamos, aqui, que a expansão da pecuária no Brasil se dá, inicialmente ligada de forma direta às atividades canavieiras, assumindo, posteriormente, certa independência, mas, contudo, sem desvincular-se completamente. A separação entre as duas atividades, com a expansão da pecuária em direção ao interior, só ocorre num terceiro momento.

Machado (1991) faz referência a esta evolução histórica e destaca que:

[...] a expansão pastoril atravessou três fases: a da vizinhança das lavouras de cana, a da coexistência e a da separação entre as atividades agrícolas e pastoris. Nesta terceira fase, a pecuária alcançou o sertão, sendo beneficiada pela presença de água, pastagens naturais e terrenos salinos.

Tanto foi assim, que a microrregião de Montes Claros foi parte da Capitania da Bahia, pelo que tinha situado a leste do Rio São Francisco – grande sesmaria doada à família de Antônio Guedes de Brito (conhecida como Casa da Ponte).

Há, portanto, raízes históricas para que a microrregião de Montes Claros esteja ligada à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e não apenas por razões socioambientais.

Desde o início do século XVI, foram feitas várias expedições ao território mineiro, sempre apoiadas pela Coroa. Aqui – na microrregião – se encontraram as correntes de povoamento vindas pelo norte, fruto da expansão dos currais de gado, que se interiorizaram subindo o Rio São Francisco e o Rio Verde Grande, e pelas Bandeiras Baianas e, pelo sul, pelas Bandeiras Paulistas. Estas Bandeiras tiveram a finalidade, num primeiro momento, de reconhecer as terras e, posteriormente, de se apossar das terras do interior da Colônia. Em ambos os casos, porém, havia um grande interesse em descobrir e explorar as riquezas naturais, principalmente o ouro e as pedras preciosas, o aprisionamento e escravização dos índios e a destruição de quilombos.

Segundo alguns historiadores e memorialistas, as primeiras expedições ao interior do território norte-mineiro foram feitas por bandeirantes baianos em meados do século XVI. “A expedição de Spínosa-Navarro partiu de Porto Seguro (BA) em 1553, percorreu toda a região norte de Minas e chegou até o Rio São Francisco, de onde retornou, constituindo o marco inicial da sua ocupação” pelo homem “dito civilizado”. (CARNEIRO, 1999). Apesar desse marco inicial da ocupação, esta só se efetivou a partir da segunda metade do século XVII, acarretando a expulsão e/ou destruição das nações indígenas locais.

Destacamos que os primeiros habitantes da região Norte Mineira e da microrregião de Montes Claros foram as nações indígenas representadas pelos Tupis-Guaranis e Gês, com

destaque para as tribos Tapuia, Guaíbas, Xacriabás, Cariris, Caiapós e outras, que ocupavam os vales dos rios de toda a região.

Com os bandeirantes do norte, especialmente baianos e pernambucanos, no século XVII e no decorrer do século XVIII, surgem grandes fazendas de gado – os currais – que se espalharam pela região desenvolvendo uma pecuária extensiva, atividade essa que se tornou a principal característica regional, juntamente com a cultura do algodão.

Em 1674, o paulista Fernão Dias Paes Leme começa a desbravar a região em busca de ouro, esmeraldas e escravos, tendo como seu lugar-tenente o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida e seu cunhado, o santista Antônio Gonçalves Figueira, cujos nomes perpetuam em todo o Norte de Minas:

A riqueza extraordinária desses territórios explica, como não obstante sua posição remota, a grande distância da Bahia e São Paulo, despertava tanto interesse aos que por aqui haviam penetrado, atraindo-os para uma fixação definitiva. Sendo a terra riquíssima em salitre e fosfatos, tem espantosa uberdade e suas pastagens de grande valor alimentam manadas de gado sadio, que se reproduz com notável rapidez. (LIMA JÚNIOR, Augusto de, *apud* PAULA, 1979).

Na última década do século XVII, Matias Cardoso e Gonçalves Figueira aqui se fixaram atraídos pelas terras “úmidas e férteis dos vales dos rios e de vegetação verde”, os vales dos Rios São Francisco e Verde Grande, favoráveis à agricultura e à criação de gado, fundando várias fazendas.

Desde o início do século XVIII, a criação de gado já se tornava importante fator econômico na microrregião de Montes Claros e, em decorrência desse processo, o povoamento da região foi esparsa, daí ser comum o uso do termo sertão, pelos historiadores, quando se referem ao Norte de Minas.

Matias Cardoso se fixou às margens do Rio São Francisco, onde fundou São Romão, Amparo e Morrinhos (hoje, Matias Cardoso), além de outras povoações ribeirinhas.

Já, Antônio Gonçalves Figueira preferiu, inicialmente, a bacia do Rio Pardo, onde fundou a fazenda Brejo Grande e instalou o primeiro engenho de cana do sertão mineiro, deslocando-se posteriormente para o sul, seguindo o Rio Verde Grande, fundou as fazendas Jaíba – mais ao norte e Olhos D’água – mais ao sul (atualmente município, após desmembrar-se de Bocaiúva em 1996), e o seu afluente o Rio Vieira, em cujo vale fundou, em 1707, a fazenda dos Montes Claros.

Conforme Paula (1979), para alcançar melhores mercados para o gado, Figueira construiu várias estradas ligando a região de Montes Claros a Tranqueira, na Bahia, ao Rio

São Francisco (terras de Matias Cardoso, São Romão, Maria da Cruz, Januária). Ligou Montes Claros ao Rio das Velhas e dali até Sabará, Pitangui e o Serro, no coração da zona mineradora, transformando sua fazenda no maior centro comercial de gado do Norte de Minas e Sul da Bahia, lançando, assim, as bases sólidas do futuro município, merecendo o título de “fundador da cidade de Montes Claros”.

Graças a Figueira, estas comunicações viárias deram ao povoado excepcional crescimento, transformando Montes Claros no ponto de convergência de toda a produção Norte Mineira e na passagem obrigatória de mercadorias e pessoas que tinham o Nordeste do país e a região das minas como destino.

Segundo Machado (1991), do sertão do São Francisco é que “vinham as boiadas e os gêneros alimentícios [...], por lá passavam comboios de escravos que eram vendidos nas minas e produtos importados provenientes do porto de Salvador”.

De acordo com Paula (1979), em 1768 o Alferes José Lopes de Carvalho comprou a fazenda dos Montes Claros e, em 1769, requereu licença para erigir a Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José, em torno da qual se desenvolveu o arraial de Formigas, embrião da cidade de Montes Claros – “célula vital de extraordinário poder de atração” populacional, entroncamento de várias estradas, onde se desenvolveu um “comércio de passagem” (gado, salitre, couros e peles, etc). Ele afirma que, “o comércio é que foi a mola que impulsionou o crescimento do povoado”.

Portanto, coube ao Norte de Minas e, especialmente a Montes Claros, devido à sua estratégica posição geográfica e às características de sua estrutura produtiva baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, a função de abastecer as minas.

Já no século XVIII e início do XIX, a mineração entra em decadência em função de uma série de medidas impostas pela Coroa para controlar e disciplinar a extração e a circulação do ouro e do diamante, tais como a criação das casas de fundição e de altos impostos, que atingiram, também, os criadores de gado, comerciantes e artesãos. Por isso, em toda a capitania houve protestos e muitas sonegações.

A Coroa, insatisfeita com as arrecadações, impôs uma série de restrições comerciais à região Norte de Minas, com a finalidade de forçá-la a recolher o fisco exigido. Porém, as dificuldades de controle de uma área tão vasta e de ocupação dispersa, tornaram esta tarefa extremamente penosa. Diante da dificuldade de controlá-la, a Coroa tentou isolá-la. Contudo, tal isolamento não foi alcançado em sua plenitude, tendo ocorrido vários conflitos entre os poderes locais que se recusaram a se submeter às exigências da Corte.

Além do mais, este “isolamento” propiciou a emergência de uma nova realidade econômica, social, cultural e política no Norte de Minas, especialmente a microrregião de Montes Claros, em que se consolidaram núcleos de poder autônomos, onde os grandes proprietários puderam exercer sua dominação política e deter o controle de excedente gerado pelas suas atividades agropastoris e/ou comerciais.

A partir de então, a Região voltou-se para si própria, buscando alternativas para satisfazer suas necessidades e procurando estabelecer relações comerciais mais fortes com outras regiões, bem como, passou a explorar mais efetivamente seus recursos vegetais, animais e minerais. Mas, apesar disso, persistiu um caráter de subsistência nas atividades desenvolvidas em todo o Norte de Minas.

O século XIX presenciara mudanças no fluxo do comércio. As províncias da Bahia e Goiás entram em decadência, ao mesmo tempo em que há a ascensão do Rio de Janeiro (instalação da Corte) e da Zona da Mata Mineira (café).

O resultado, no Norte de Minas, é a decadência das cidades ribeirinhas, especialmente do oeste do Rio São Francisco e a mudança do eixo econômico para o sertão, favorecendo sobremaneira a cidade de Montes Claros.

Com a chegada da ferrovia, no início do século XX, as localidades ao longo da mesma passaram a desfrutar de grande crescimento econômico. O processo de expansão ferroviária beneficiou, inicialmente, as localidades próximas ao Rio São Francisco, tendo Pirapora como o centro irradiador da economia de todo o sertão – Noroeste de Minas, Goiás, Bahia, Piauí e Pernambuco, área de ligação da ferrovia com a navegação fluvial. Posteriormente, a ferrovia beneficiou as localidades mais afastadas, dinamizando as relações da Região com o Centro-Sul do país e contribuindo para romper o seu “isolamento”.

Portanto, a ferrovia contribuiu para estruturar a rede urbana da região e estabelecer o vínculo que faltava com o restante do Brasil que caminhava a passos largos no sentido da industrialização. (LESSA, 2007).

Dentro da nova realidade econômica que se apresentou em nível nacional, tornou-se prioridade a ligação férrea de Minas Gerais com a Bahia, através da expansão da linha a partir de Corinto, passando por Montes Claros. Este trecho era tão importante que, em 1925, assumiu a condição de Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil (CARDOSO, 1996).

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo, houve a expansão da rede rodoviária regional ligando a ferrovia aos municípios próximos e distantes.

Até então, a atividade econômica que ganhou relevância foi o algodão, cuja exploração se iniciara, ainda, em fins do século XVIII, estimulando a instalação de indústrias têxteis em Montes Claros e contribuindo para o crescimento de localidades como Porteirinha, Monte Azul, Mato Verde e Espinosa (REIS, 1997). Embora em decadência, a produção de algodão conserva, ainda, certa importância econômica nestes municípios.

A instalação da ferrovia também contribuiu para fortalecer a importância da pecuária na região, ao facilitar o escoamento da produção, bem como, para estimular a ocupação de outras localidades como Janaúba.

Para Montes Claros, a chegada da ferrovia em 1926, e sua paralisação aí, por quase vinte anos, consolidou definitivamente a sua posição de centro coletor da produção regional e distribuidor de bens importados de outras regiões. Esta condição de ponta de trilhos, além de intensificar sua função de entreposto comercial, garantiu em definitivo sua posição de importante centro regional, polarizando toda a Região. Porém, somente amadurece nessa função ao término da década de 1950, quando Minas, finalmente, promove o desenvolvimento de um sistema de transporte extensivo em todo o Estado.

Essa organização econômica e espacial regional se manteve por um longo período sem apresentar grandes alterações estruturais. Somente a partir do final da década de 1950, com a criação da SUDENE e a inserção do Norte de Minas em sua área de atuação, é que a Região passou a apresentar modificações mais relevantes na sua estrutura produtiva, socioeconômica e cultural. Aos poucos, as condições para o desenvolvimento da indústria e para a instalação de grandes projetos agropecuários foram geradas a partir da política desenvolvimentista do Governo Federal, com o intuito de promover o crescimento econômico nacional e reduzir as desigualdades regionais. Nesse contexto, os anos de 1960, foram marcados como um período de transição, quando se desenvolveram alguns pré-requisitos necessários, em alguns municípios do Norte de Minas e da microrregião de Montes Claros, para a pretendida modernização da indústria e da agropecuária.

Por essa razão, as referidas transformações só ocorreram mais intensamente, a partir da década de 1970, quando grandes projetos industriais, agropecuários e de reflorestamentos foram implantados na Região, impulsionados pelos programas governamentais e pelas políticas de incentivos fiscais e financeiros. Desta forma, várias fazendas se transformaram em empresas rurais, enquanto os pequenos agricultores perderam, de forma violenta, as suas terras, sendo forçados a migrarem para as cidades da microrregião, especialmente as que receberam indústrias como Montes Claros e Capitão Enéas.

Portanto, após a vinculação da região à SUDENE, dentro da nova fase de expansão das relações capitalistas de produção, no bojo do modelo de internacionalização da economia e modernização da agricultura, a microrregião sofreu e tem sofrido duramente as mudanças, provocando rupturas nas diversas formas de organização socioeconômica, espaciais e culturais, cujas características até então eram eminentemente rurais.

A riqueza e o poder que já eram concentrados em poucas mãos, necessariamente mais concentrados se tornaram com a modernização conservadora. Os latifúndios, considerados improdutivos, tal como prescreve o Estatuto da Terra de 1963, deveriam se modernizar, ou seja, se transformar em Empresas Rurais, não importando que sobre a mesma estrutura de propriedade concentrada da terra. Os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou de concessão de terras públicas, terras devolutas - Gerais, foram colocados à disposição de empresários que abraçaram essa ideologia modernizadora, enquanto a agricultura familiar foi deixada à margem das políticas públicas ou mesmo desestimulada. (CARNEIRO, 2002).

Assim, as terras das chapadas dos sertões do Norte de Minas se tornaram particulares, seja pelas mãos do Estado, através de contratos de concessão de uso para as grandes plantações de culturas homogêneas, especialmente do eucalipto e do pinus, seja pela apropriação de forma indébita.

Entretanto, a atividade agropecuária que se mostrava como atividade mantenedora da economia, com forte influência na organização sociocultural, cede lugar, a partir de 1970, à industrialização e ao crescimento das atividades de serviços, em nível regional e, especialmente, na microrregião de Montes Claros. A reversão da base econômica regional ocasionou transformações estruturais em todo o seu sistema ambiental, socioeconômico e cultural. O campo sofreu profundas alterações em função da modernização das atividades agrárias, a exemplo de outras regiões brasileiras, subordinando-se à indústria emergente e ao grande capital, intensificando a migração campo/cidade.

Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, o processo de urbanização se ampliou, bem como os fluxos entre as cidades da região, já sendo possível observar certa hierarquia entre estes centros urbanos. Tal processo de urbanização confirmou Montes Claros como centro polarizador da vida econômica, política e cultural regional, assumindo um papel de comando na organização do espaço Norte Mineiro e da sua microrregião.

Ao longo dos seus 158 anos de história, Montes Claros que cresceu baseada na exportação de produtos primários, ainda conserva a agricultura e a pecuária como base de sua economia, mas, hoje, descobre-se sediando um setor industrial moderno e um setor terciário

forte e de crescente complexidade, sediando quase todos os serviços administrativos descentralizados de âmbito regional (órgãos públicos estaduais e federais), bem como concentrando no setor de saúde, hospitais e clínicas com alguns equipamentos raros, além de pujante polo de ensino superior com Universidades e Faculdades Particulares, constituindo em seu eixo maior de desenvolvimento social. Assim, a cidade se fortalece como centro industrial, de serviços, educacional, de administração e comércio, detendo as alavancas de comando de todas as atividades da sua microrregião e de todo o Norte de Minas (PEREIRA, 2007).

O significado da modernização, aqui exposto, implica, sobretudo, na modificação da organização da produção e dos grupos sociais. Alteraram-se as relações sociais de produção, da posse da terra, um estreitamento cada vez maior na relação campo/cidade e a degradação dos recursos naturais, de fundamental importância na vida, na cultura e para o desenvolvimento da maioria da população da microrregião de Montes Claros, bem como do Norte de Minas em geral.

A sociedade regional que, à sua moda, com suas próprias contradições e desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, determinava o que ia ser feito dos seus recursos naturais e de outras riquezas locais, vê tirado da Região o poder de determinar os seus destinos. As grandes empresas chegaram transformando imagens tradicionais da região, seja no nível ambiental, socioeconômico ou cultural. A nova imagem implantada possui faces bastante contraditórias. De um lado, a face da produtividade e dos grandes empreendimentos, e por outro, a face da carência, da pobreza e da exclusão econômica, social e cultural.

A população regional tornou-se cada vez mais carente. Carente da própria terra, do “jeito” tradicional de lidar com ela e, ainda, das condições mínimas de habitação, saúde e educação, reflexo de uma intensa desorganização social.

São homens e mulheres cercados pela tecnologia moderna e por novas relações sociais que se contrapõem a sua cultura e negam o seu jeito tradicional de produzir a vida. Ao mesmo tempo estão excluídos das “novas relações que hoje os definem como carentes, desqualificados, no novo cenário das relações sociais mais amplas, ocupação incerta, subemprego ou desemprego num mercado cuja lógica impõe limites muito concretos às formas alternativas de sobrevivência”, como nos informa Carneiro (1997).

Adaptar-se, negar, resistir, demandar são práticas em permanente interação no dia a dia dos homens e mulheres da microrregião de Montes Claros e do Norte de Minas.

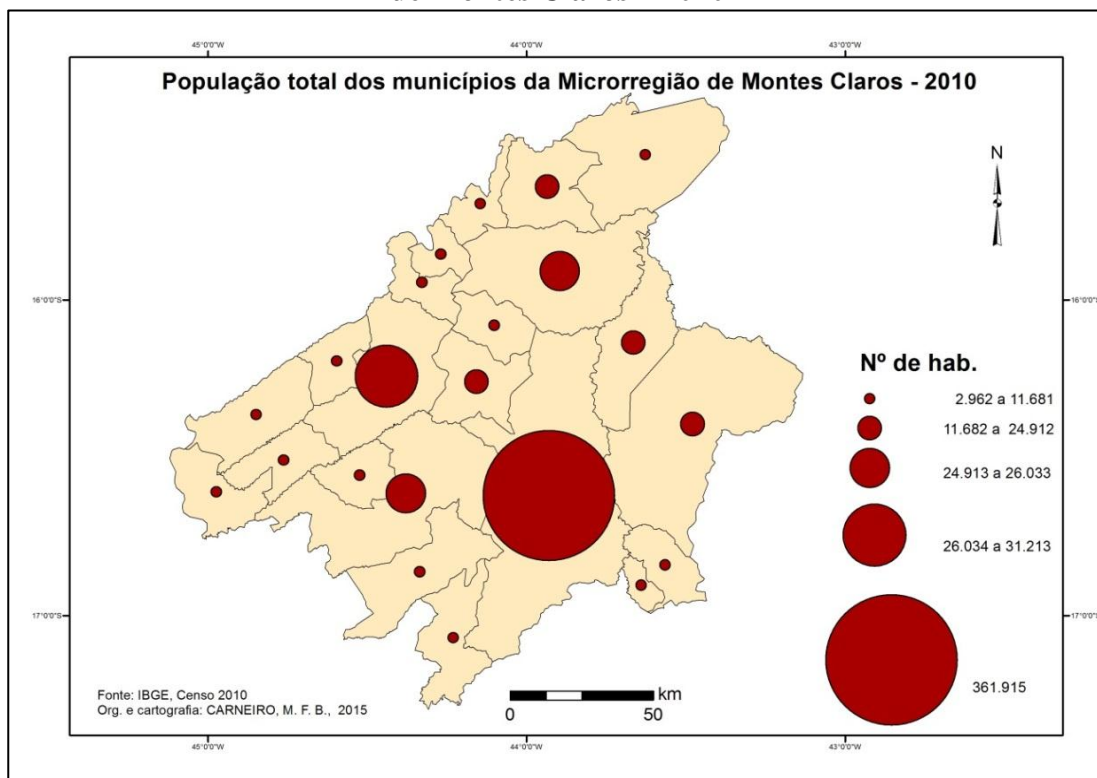
4.4 Aspectos demográficos, socioeconômicos e espaciais

De acordo com dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010, a população da microrregião estava em torno de 601.867 habitantes, e de acordo com a população estimada para os anos subsequentes, até 2014 a população seria de aproximadamente 640.028 habitantes, representando um crescimento básico em torno de 6,34%. A população não se distribui de forma regular pelo território, concentrando, a maioria, no município de Montes Claros que contava com aproximadamente 361.915 habitantes, representando 60,13% da população total da microrregião em 2010, sendo o único município com população superior a 100 mil habitantes.

A maioria dos municípios, num total de 14, possuía população absoluta variando entre 2.962 a 11.681 habitantes, enquanto quatro municípios possuíam população entre 11.682 a 24.912 habitantes, tais como: Mirabela, com 13.042, Capitão Enéas, com 14.206, Varzelândia, com 19.116 e Francisco Sá, com 24.912 habitantes, sendo que dois tinham população igual a 25.358 e 26.033 habitantes, isto é, São João da Ponte e Coração de Jesus, representando 4,21% e 4,33% do total da população da microrregião, respectivamente, representados no segundo intervalo de classes. Apenas Brasília de Minas contava com 31.213 habitantes, equivalente a 5,19% da população total (MAPA 5).

Portanto, dos 22 municípios da microrregião apenas cinco municípios concentravam 78% do total dos habitantes, quais sejam, Montes Claros, Brasília de Minas, Coração de Jesus, São João da Ponte e Francisco Sá. Além disso, é nítida a grande diferença entre o número de habitantes do município de Montes Claros e o número de habitantes dos demais municípios da microrregião.

Mapa 5 – Mapa da população total dos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010



Fonte: Adaptado do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo 2010.

No que se refere à densidade demográfica, percebemos que esta é bastante diversificada, no entanto, com baixa concentração populacional, sendo que a média da microrregião está em torno de 26,92 hab./km². Verificamos que sete municípios possuem menos de 10 hab./km², nove municípios apresentam entre 10 e 20 hab./km², cinco possuem de 20 a 33 hab./km² e apenas o município de Montes Claros apresenta a maior população relativa, com 101,41 hab./km².

É interessante ressaltar que o processo de modernização das estruturas econômicas da microrregião de Montes Claros, fruto da ação do Estado a partir da década de 1970, desenvolveu-se promovendo a industrialização, a modernização agropecuária, a irrigação e o reflorestamento e, ao mesmo tempo, reafirmaram algumas características históricas, tais como: concentração de renda, concentração fundiária e de origem e/ou agravamento de problemas sociais, econômicos e ambientais relevantes.

Concomitantemente, foi implantada, na região, uma variada gama de projetos voltados para o aproveitamento dos cerrados, fixação do homem no campo e amenização dos problemas ocasionados pelas secas. Entretanto, tais projetos, não raras vezes, se desvirtuaram de seus propósitos, contribuindo, inclusive, para o agravamento das distorções regionais. Observando-se a estrutura mais recente da economia local, percebemos que, mesmo tendo

promovido um limitado desenvolvimento regional, continua a grande desigualdade de condições de vida entre os segmentos da população, tanto em áreas rurais quanto nas urbanas.

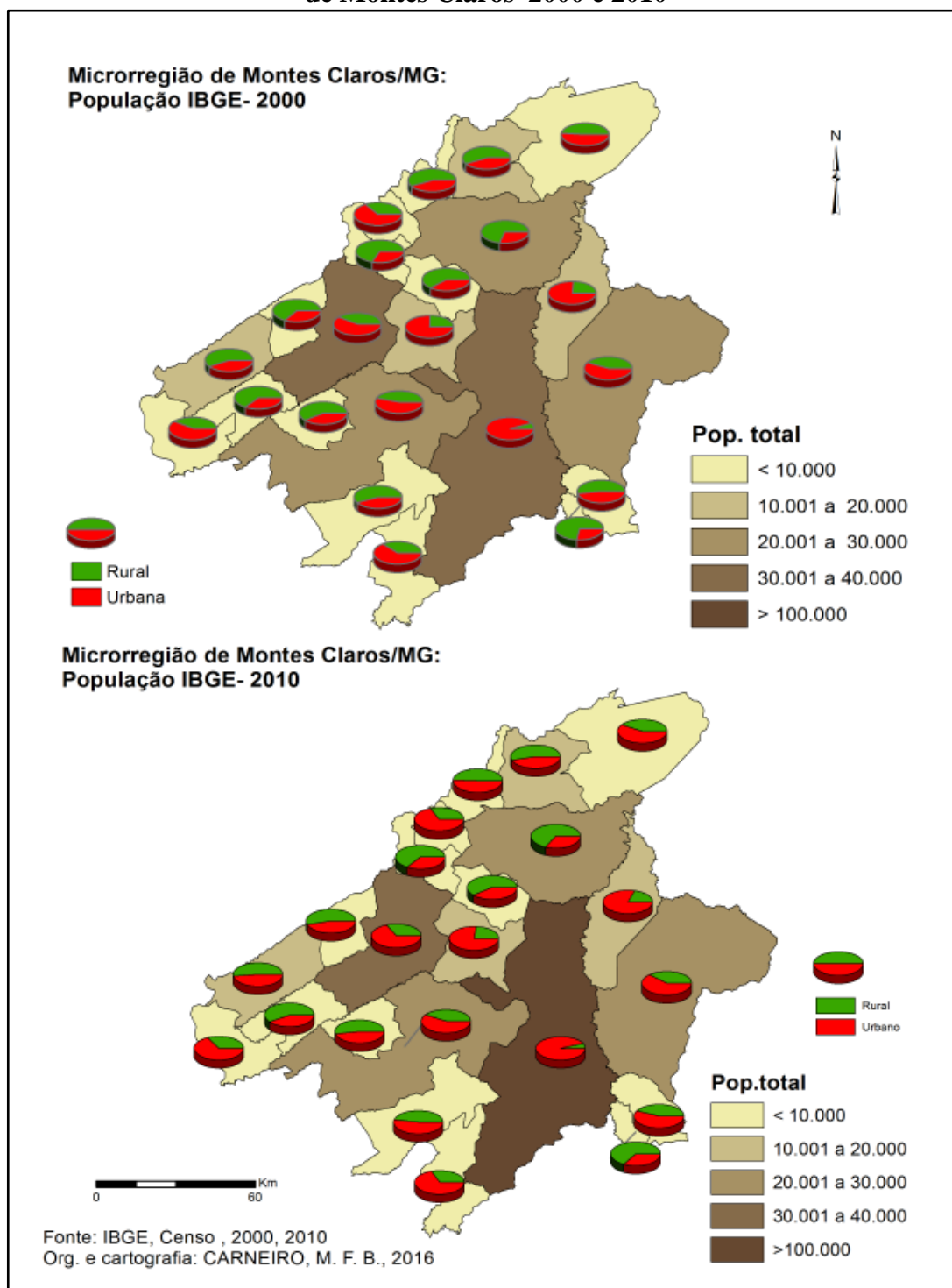
A atividade agropecuária sofreu transformações modernizadoras, via incentivos e subsídios públicos, favorecendo, principalmente, a pecuária e a produção irrigada. As culturas comerciais incorporaram progresso tecnológico, sendo exploradas em moldes empresariais, incluindo o seu beneficiamento. Enquanto isto, a pequena produção da agricultura familiar teve seu espaço de reprodução reduzido e passou a ser cada vez mais um setor de menor significância.

Com o processo de modernização, observamos um enorme contingente de famílias marginalizadas e expulsas da terra, determinando a migração rural-urbana e intermunicipal, bem como, o assalariamento. Muitas famílias foram lançadas ao subemprego, desemprego e à marginalização social nas cidades da microrregião. Destacamos que o intenso fluxo migratório foi determinado pela concentração fundiária, pelas transformações ocorridas nas relações de produção e na estrutura produtiva de um modo geral, pelos diversos períodos de seca que, periodicamente, assolam a região, além da atração exercida pela expansão industrial. Neste contexto, é bastante relevante o considerável desenvolvimento e concentração de um complexo e diversificado setor de serviços, comércio e administração em Montes Claros, motivando o seu rápido adensamento populacional e gerando descompasso entre a infraestrutura e os serviços disponíveis para a crescente demanda.

A grande maioria da população rural, ao migrar para as cidades e, por ser posta à margem do processo produtivo, se alocou em bairros cada vez mais distantes dos centros das cidades, determinando a periferização das populações de baixa renda, bem como, a falta de acesso aos bens de consumo coletivo urbano. Portanto, a principal consequência dessa urbanização foi a acentuação das desigualdades intra-regionais, onde Montes Claros, maior e mais importante centro urbano regional, se destaca concentrando a maior parte dos investimentos, especialmente os industriais, além de um setor terciário dinâmico e diversificado. Assim, Montes Claros concentra várias funções, monopolizando e exercendo influência sobre núcleos urbanos sub-regionais, locais e áreas rurais, acumulando, por consequência, problemas oriundos dos mesmos.

Portanto, percebemos que, nas últimas décadas, a cidade de Montes Claros, bem como a microrregião apresentou um significativo processo de urbanização, fato que pode ser observado nos mapas de distribuição da população total e urbana e rural, no período de 2000 e 2010 (MAPA 6).

Mapa 6 – Mapas da população total e urbana e rural dos municípios da microrregião de Montes Claros 2000 e 2010



Fonte: Adaptado do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

De 2000 para 2010 houve um aumento da população urbana em todos os municípios da microrregião. Neste ano, já existia 79,49% da população regional vivendo nas cidades, representando um aumento de 3,94% em relação aos anos 2000, quando a população urbana

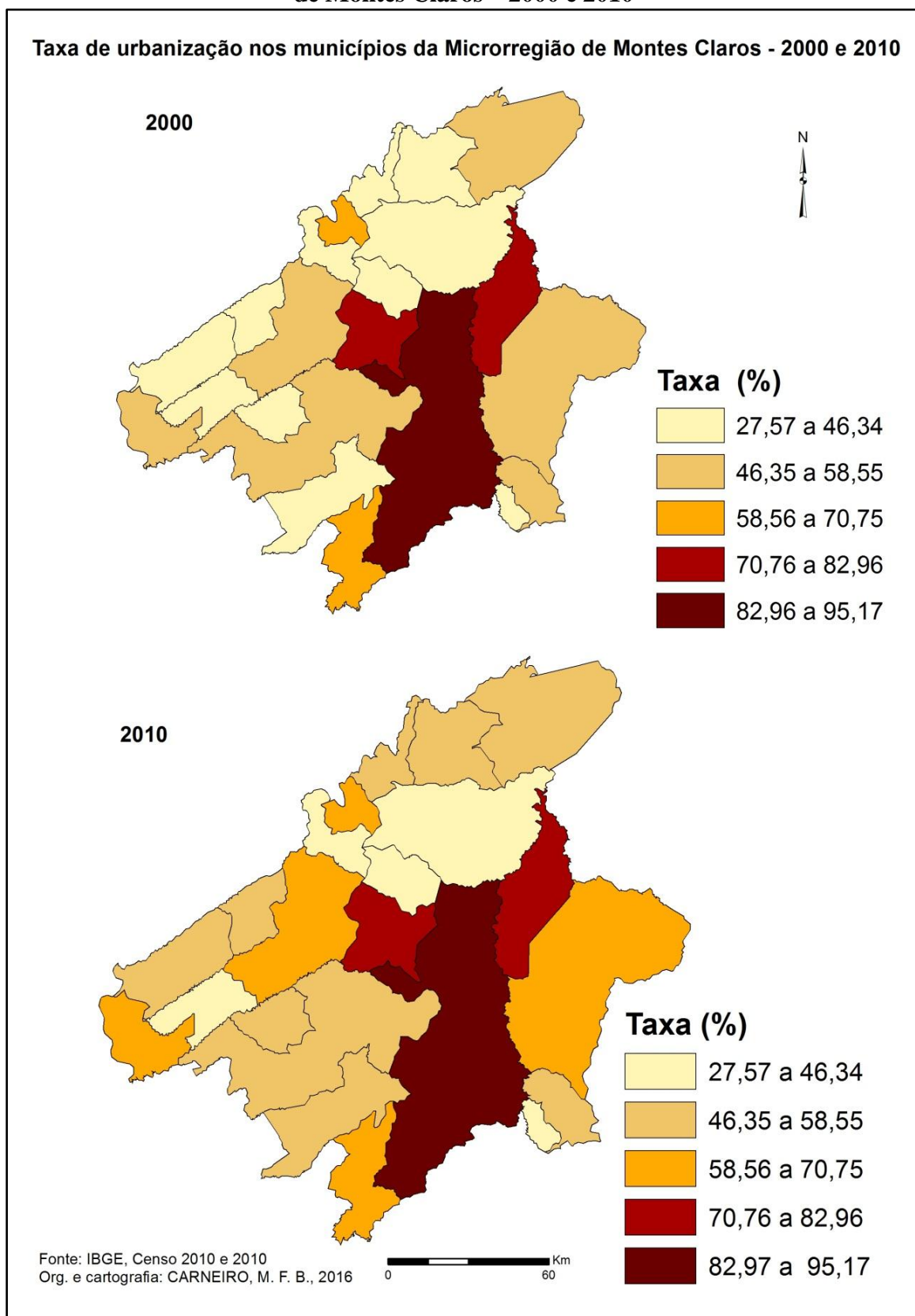
era de 75,55% da população absoluta. Entretanto, isso não significa que o processo de urbanização ocorreu de forma homogênea.

A taxa de urbanização foi diferenciada entre os municípios, sendo que, em 2010, em nove destes o percentual de população rural continuava superior ao da população urbana. Esta era a realidade em 40,91% dos municípios da microrregião, representada por: Campo Azul, Glaucilândia, Japonvar, Luislândia, Patis, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí e Varzelândia. No município de Montes Claros a população rural era de apenas 4,83% dos habitantes, sendo a sua população urbana equivalente a 95,17%, ou seja, de aproximadamente 344.427 habitantes. O outro município que apresentava menor percentual de população rural é Capitão Enéas com 18,91% do total, enquanto os demais municípios da microrregião, ou seja, a metade apresentavam taxas que variavam entre 23,11% e 49,26% de população rural. Além de Montes Claros, três municípios apresentavam as maiores populações urbanas absolutas: Brasília de Minas, Coração de Jesus e Francisco Sá, com 20.675, 14.766 e 14.897 habitantes respectivamente.

Em termos percentuais, em 2010, com exceção de Montes Claros, com taxa de urbanização de 95,17%, 16 municípios apresentaram as maiores taxas de população urbana, entre 46,35% e 82,96%. As menores taxas de urbanização, entre 27,57% e 46,24%, foram apresentadas por apenas cinco municípios: São João da Ponte (34,14%), Glaucilândia (35,38%), Japonvar (36,76%), Patis (41,24%) e Campo Azul (42,10%), como observado no Mapa 7.

A microrregião apresentou uma taxa básica de crescimento anual de urbanização, no período de 2010 a 2014, equivalente a 5,22% e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Luislândia (29,47%), Glaucilândia (28,33%) e São João da Lagoa (19,35%), enquanto Montes Claros e Mirabela apresentaram as menores taxas, isto é, 1,02% e 1,85%, respectivamente. Observamos, ainda, que sete municípios mostraram taxas intermediárias de crescimento variando entre 3,41% e 9,43% e, constituindo o segundo grupo com taxas intermediárias, os dez (10) municípios restantes, apresentaram percentagens variando entre 11,10% e 16,08%. Desta forma, percebemos que o processo de urbanização na microrregião aconteceu com diferentes intensidades no período em análise (TAB. 1).

Mapa 7 – Mapas das taxas de urbanização dos municípios da microrregião de Montes Claros – 2000 e 2010



Fonte: Adaptado do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

Tabela 1 – Taxas de urbanização dos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010

Municípios	População Total	Urbana 2000	% 2000	Urbana 2010	% 2010	% Crescimento 2000-2010
Brasília de Minas	31.213	17.580	58,08	20.675	66,24	14,05
Campo Azul	3.684	1.322	36,99	1.551	42,10	13,81
Capitão Enéas	14.206	9.967	76,01	11.520	81,09	6,68
Claro dos Poções	7.775	5.057	61,72	5.251	67,54	9,43
Coração de Jesus	26.033	13.948	54,21	14.766	56,72	4,63
Francisco Sá	24.912	13.191	55,98	14.897	59,80	6,82
Glaucilândia	2.962	763	27,57	1.048	35,38	28,33
Ibiracatu	6.155	2.856	43,71	3.123	50,74	16,08
Japonvar	8.298	2.577	31,73	3.050	36,76	15,85
Juramento	4.113	1.873	48,01	2.272	55,24	15,06
Lontra	8.397	4.954	64,84	5.630	67,05	3,41
Luislândia	6.400	2.208	36,07	2.989	46,70	29,47
Mirabela	13.042	9.476	75,49	10.028	76,89	1,85
Montes Claros	361.915	289.183	94,21	344.427	95,17	1,02
Patis	5.579	2.034	39,39	2.301	41,24	4,70
Ponto Chique	3.966	2.120	58,07	2.581	65,08	12,07
São João da Lagoa	4.656	1.928	43,82	2.435	52,30	19,35
São João da Ponte	25.358	7.862	30,21	8.656	34,14	13,01
São João do Pacuí	4.060	1.525	41,62	1.921	47,32	13,70
Ubaí	11.681	4.621	42,89	5.665	48,50	13,08
Varzelândia	19.116	8.531	44,50	8.904	46,58	4,67
Verdelândia	8.346	3.687	51,36	4.762	57,06	11,10
Microrregião	601.867	407.263	75,55	478.452	79,49	5,22

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2015.

As atividades tipicamente urbanas se concentram em poucos municípios, principalmente Montes Claros e Capitão Enéas, que possuem um pequeno desenvolvimento de atividades industriais, principalmente de produtos alimentícios, têxteis, químicos, de cimento e metalúrgicos. Os demais permanecem com uma economia ligada às atividades agropecuárias e dependentes do fundo de participação dos municípios, especialmente os municípios emancipados em meados da década de 1990, isto é, a metade do total dos municípios, quais sejam: Campo Azul, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Lontra, Luislândia, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João do Pacuí e Verdelândia.

Do ponto de vista socioeconômico, a microrregião é reconhecida pelos baixos indicadores. Como já referido, ainda hoje, as atividades predominantes na maior parte dos municípios da microrregião são aquelas relacionadas ao setor primário, em geral, com baixos valores agregados, tais como a agricultura familiar e de subsistência, silvicultura e pecuária. Neste sentido, são bastante dependentes dos recursos oferecidos pelas condições dos aspectos

físicos, naturais da região, especialmente do clima, dos solos, vegetação nativa e recursos hídricos.

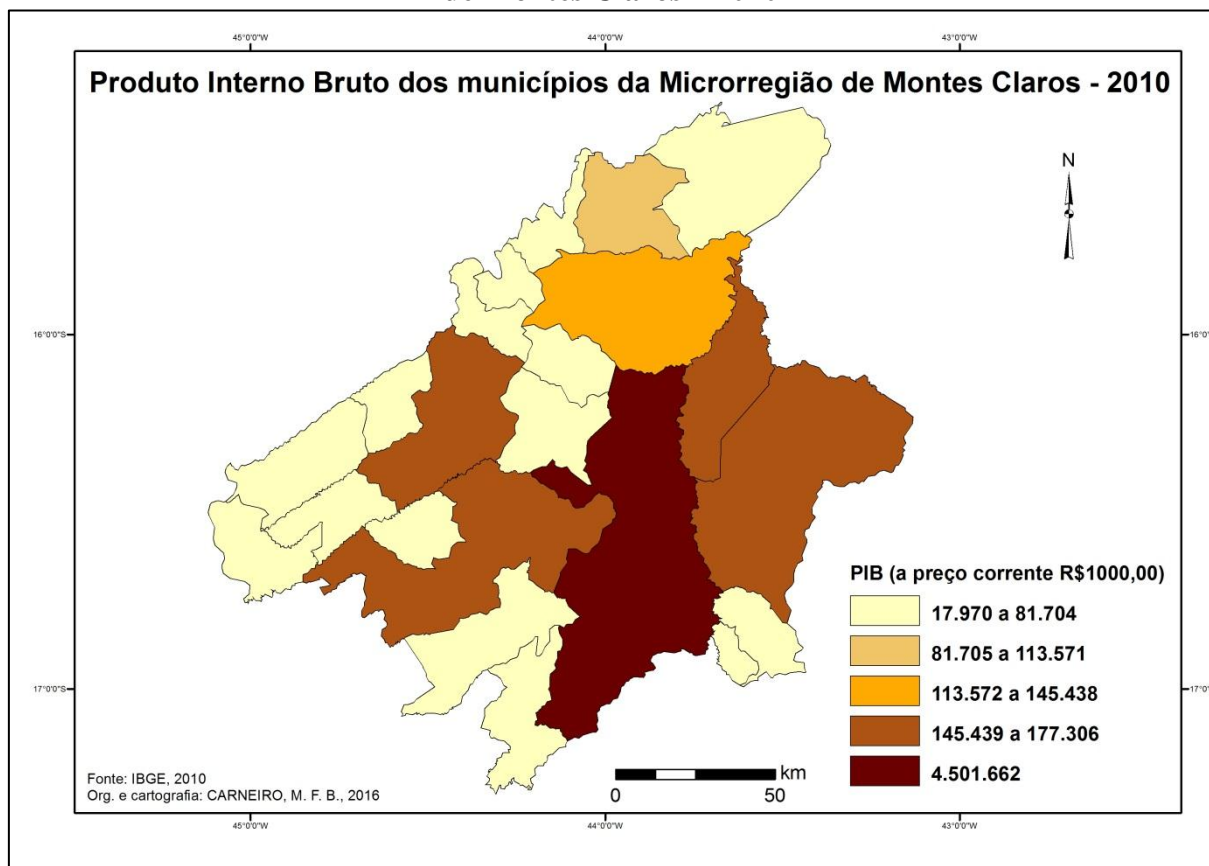
Como cidade polo, Montes Claros, além de um pequeno distrito industrial, se destaca no setor terciário, sobressaindo com o grande dinamismo e diversificação do comércio e serviços. Nesse caso, especialmente pelos serviços hospitalares, de ensino superior e de transportes.

Analisando a participação da microrregião no Produto Interno Bruto – PIB estadual, percebemos que o seu PIB, resultante da riqueza por ele gerada em 2010, verificamos que este foi muito baixo, com valor igual a R\$5.946.330, representando apenas 1,69% do PIB do Estado de Minas Gerais, o qual foi igual a R\$351.380.905. Além disto, é bastante evidente a concentração expressiva do PIB no município de Montes Claros, com 75,79% do total da microrregião.

Ainda é possível inferir que existe uma participação desigual na composição do PIB da microrregião. Além da grande relevância de Montes Claros apresentando PIB com valor aproximado de R\$4.501.662,00, destacaram quatro municípios com valores significativamente inferiores, mas bastante importantes, ou seja: Francisco Sá (R\$177.306,00), Capitão Enéas (R\$175.080,00), Brasília de Minas (R\$167.618,00) e Coração de Jesus (R\$157.937,00). Com valores intermediários menores aparecem São João da Ponte (R\$119.089,00) e Varzelândia (R\$88.587,00).

Observa-se, também, que a maioria dos municípios da microrregião (15) apresentou os valores mais baixos, inferiores a 80 mil reais, sendo, respectivamente, Verdelândia (R\$68.139,00), Mirabela (R\$62.900,00), Claro dos Poções (R\$59.905,00), Ubaí (R\$54.137,00), Japonvar (R\$35.325,00), Lontra (R\$34.095,00), Juramento (R\$32.767,00), São João da Lagoa (R\$32.656,00), Luislândia (R\$31.422,00), Patis (R\$28.720,00), Ibiracatu (R\$28.392,00), Ponto Chique e São João do Pacuí (R\$R\$23.262,00 cada), Campo Azul (R\$22.174,00) e Glaucilândia (R\$17.970,00), como mostra o Mapa 8.

Mapa 8 – Mapa do Produto Interno Bruto dos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010



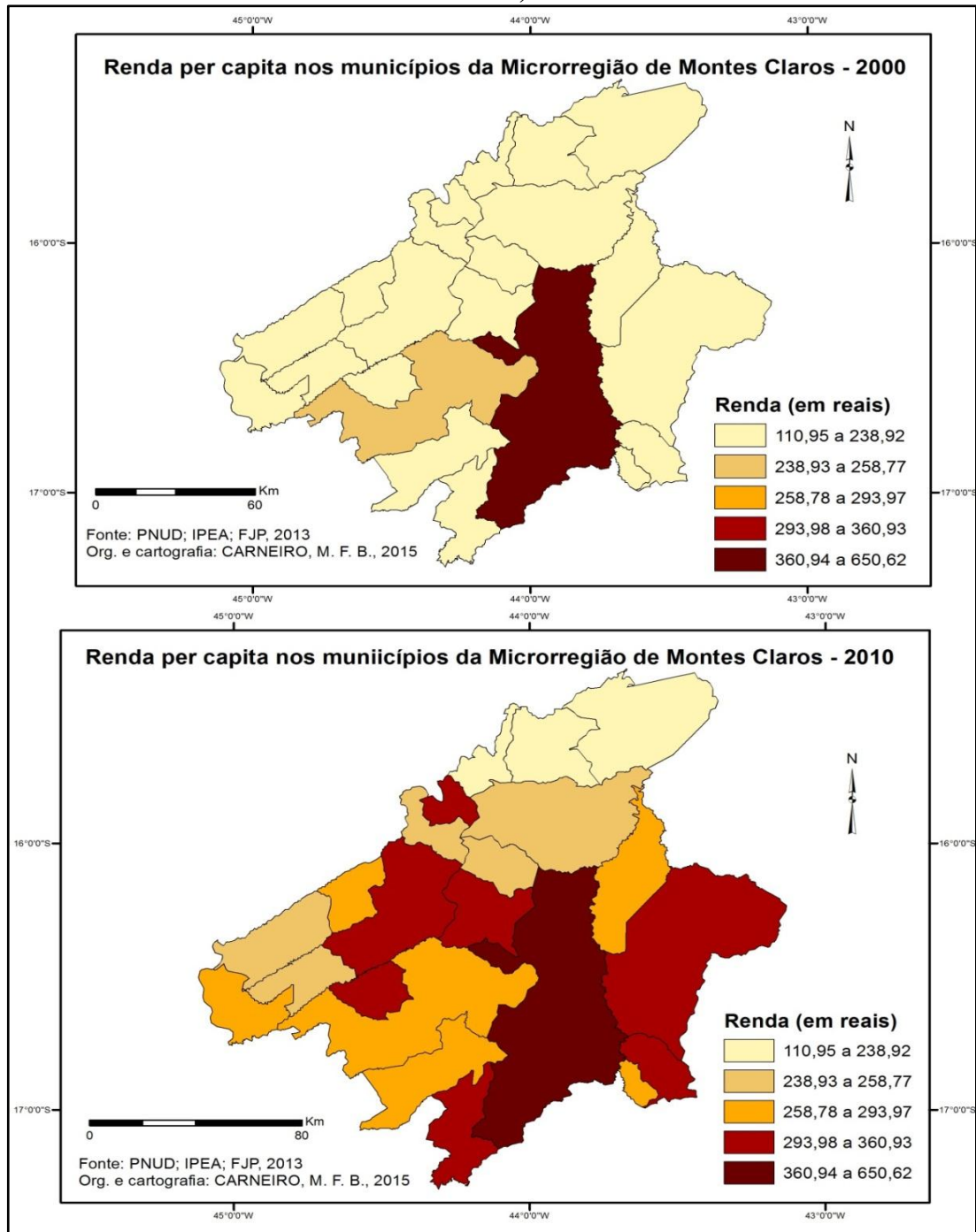
Fonte: Adaptado do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

Quanto à renda per capita média da microrregião, constatamos que, no seu conjunto, é muito baixa, apesar de ter crescido 62,04% na última década, passando de R\$ 186,73, em 2000, para R\$302,58, em 2010. O município de Montes Claros detém as médias mais elevadas, em torno de R\$485,55, em 2000, e de R\$650,62 em 2010, sendo estes valores bem superiores às médias da microrregião nos mesmos períodos.

De 2000 para 2010, percebemos que houve uma melhoria significativa na renda per capita de todos os municípios da microrregião. Em 2000, além do município de Montes Claros, apenas o município de Coração de Jesus possuía maior renda, equivalente a R\$244,91, enquanto quase totalidade dos municípios (20) apresentava rendas per capita menores, entre R\$238,92 e R\$110,95. Em 2010, houve maior diferenciação nos valores da renda per capita entre os municípios, sendo que, exceto Montes Claros com renda bem superior, sete municípios possuíam renda per capita maiores, variando entre R\$360,93 e R\$293,98; seis municípios possuíam rendas entre R\$293,97 e R\$258,78 e cinco com rendas entre R\$258,77 e R\$238,93. Os municípios que apresentaram os valores mais baixos foram: Varzelândia, com

renda per capita de R\$238,92, Verdelândia com R\$233,27 e Ibiracatu com R\$225,72, como observado no Mapa 9.

Mapa 9 – Mapas da renda per capita nos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010



Fonte: Adaptado do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013.

Entretanto, os indicadores de renda não podem ser avaliados isoladamente, pois a riqueza produzida não é distribuída de forma homogênea entre a população da microrregião, permanecendo concentrada nas mãos de uma minoria, acentuando a desigualdade social.

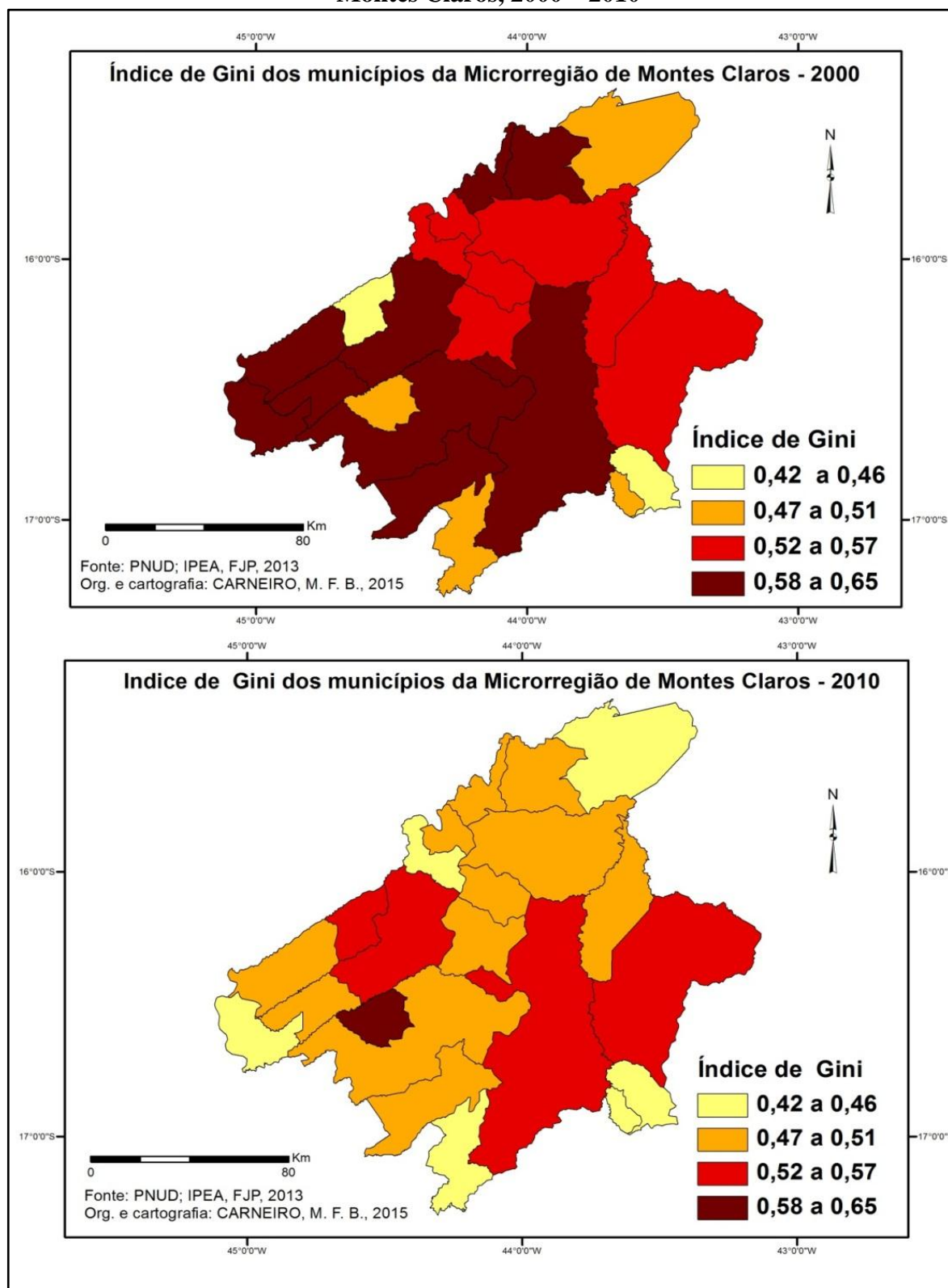
Para analisarmos a desigualdade social utilizamos o cálculo do Coeficiente ou Índice de Gini o qual é medido através de pontos percentuais. Este apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde *zero* corresponde a uma completa igualdade na renda (todos detêm a mesma renda per capita) e *um* que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm). Ou seja, no resultado final, quanto mais um país, região, município etc., se aproxima do número 1, mais desigual é a distribuição de renda e riqueza, e quanto mais próximo do número 0, mais igualitário será aquele lugar.

Neste contexto, conforme dados do Índice de Gini dos municípios da microrregião, em 2000, apontavam os municípios de Luislândia e Juramento com pontos percentuais iguais a 0,44 e 0,45, respectivamente, indicando que eram os municípios com menor desigualdade de renda da microrregião de Montes Claros, enquanto nove municípios apresentavam as maiores desigualdades, quais sejam: Coração de Jesus (0,65), Ibiracatu (0,64), Ubaí (0,63), Brasília de Minas e Varzelândia (0,62, respectivamente), Montes Claros, Ponto Chique e São João da Lagoa (0,61) e Campo Azul (0,58). A outra metade dos municípios da microrregião tinham valores entre 0,47 e 0,57, neste contexto, variando com pontos percentuais entre média e elevadas desigualdades de renda e riqueza.

Em 2010, houve uma melhoria nos índices os municípios que apresentaram valores mais baixos eram Claro dos Poções com 0,42, Glaucilândia e Juramento com 0,43 cada, Ponto Chique e Verdelândia com 0,45, respectivamente, e Japonvar com 0,46. O município de São João do Pacuí, que apresentava média desigualdade em 2000, com índice de 0,49, passou a apresentar o pior índice, com 0,64, representando a maior desigualdade de renda e riqueza da microrregião em 2010. Os demais municípios, num total de 15, apresentavam índices médios a elevados, variando entre 0,47 e 0,57. Ressaltamos que Luislândia (0,44) passou de município com menor desigualdade, em 2000, para um dos municípios de maior desigualdade em 2010, com índice de 0,57, enquanto Juramento manteve as menores desigualdades.

Nos dois períodos analisados, Montes Claros ficou entre os municípios com maiores desigualdades de renda da microrregião, mesmo tendo reduzido seus índices que apresentavam valores de 0,61 em 2000, passando para 0,53 em 2010, com isto, registrando uma melhoria na distribuição de renda e riqueza (MAPA 10).

Mapa 10 – Mapa dos Índices de Gini dos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010



Fonte: Adaptado do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013.

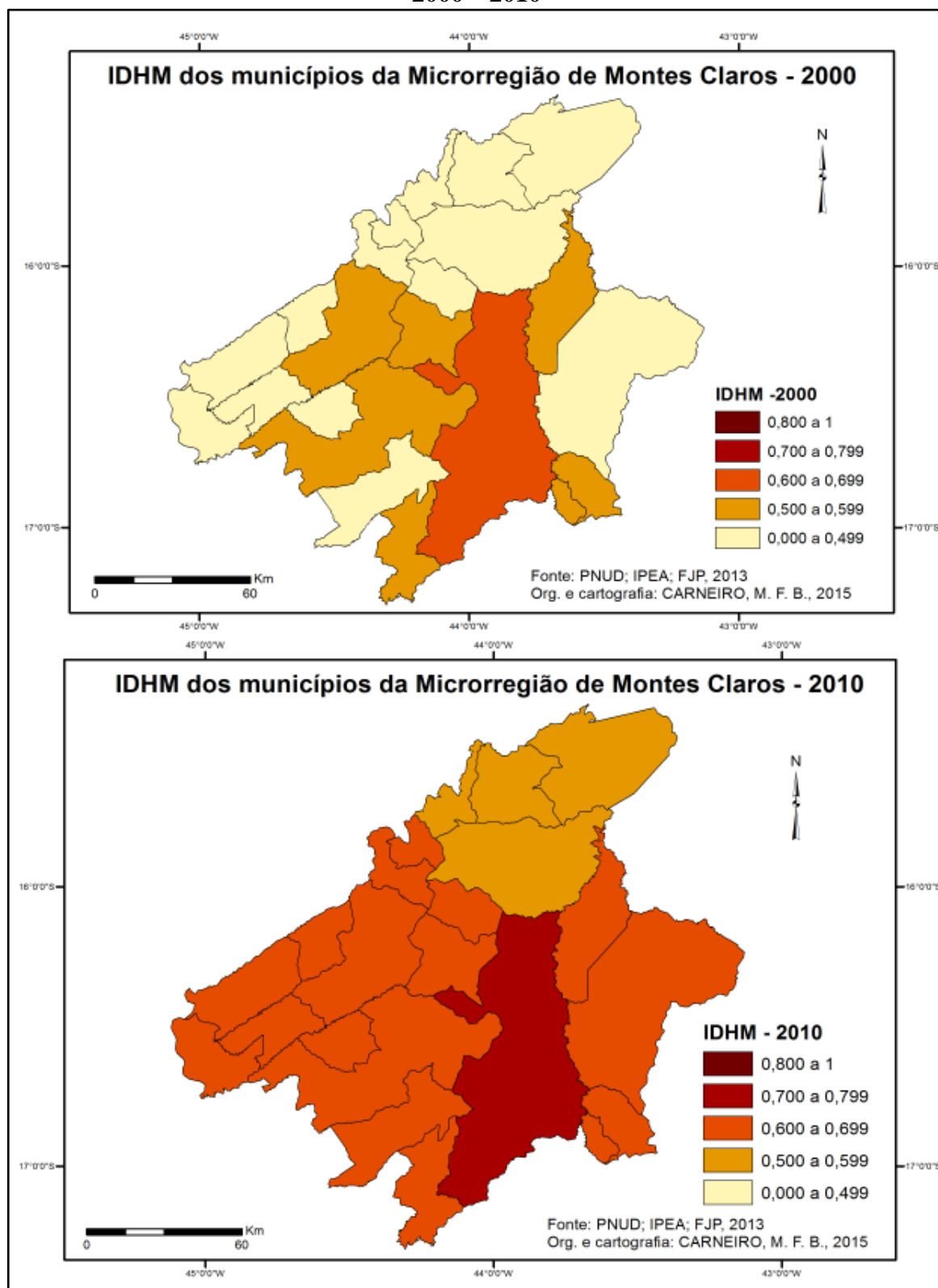
Quanto à análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, medido a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), os quais são índices que indicam desigualdade social, pobreza e exclusão, percebemos, ainda que parcialmente, as desigualdades socioeconômicas da população da microrregião de Montes Claros.

O PNUD em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), no Estado de Minas Gerais, coordenam os critérios que avaliam os padrões de qualidade de vida das pessoas e são responsáveis pela classificação do IDHM, diferenciando os níveis de desenvolvimento entre os municípios em cinco faixas: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Os dados do IDHM são divulgados por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Neste contexto, podemos perceber que em 2000, o IDHM da microrregião era de 0,473, considerado muito baixo e, apenas o município de Montes Claros apresentava um IDHM médio, com valor de 0,661. A maioria dos municípios (14) tinha índices inferiores a 0,500, caracterizados como muito baixo, enquanto sete municípios apresentavam índices variando entre 0,506 e 0,548, ou seja, baixo desenvolvimento humano.

É notável a melhoria das condições socioeconômicas na microrregião, percebida ao analisarmos o seu IDHM, que passou a ser considerado de médio desenvolvimento com o valor de 0,635, conforme os dados de 2010. Assim, verificamos que houve uma melhoria em todos os municípios, sendo que a grande maioria, ou seja, 17 municípios passaram a ser considerados com médio desenvolvimento humano por apresentarem valores na casa de 0,600. Os municípios de Varzelândia (0,594), Ibiracatu (0,591), Verdelândia (0,584) e São João da Ponte (0,569) ainda ocupavam as piores posições, com baixo desenvolvimento, enquanto Montes Claros passou para 0,770 em 2010, sendo considerado com alto desenvolvimento humano, com uma taxa de crescimento de 16,49%. (MAPA 11).

Mapa 11– Mapa dos IDHM dos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010



Fonte: Adaptado do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013.

Segundo Pereira (2008, p. 21):

[...] a desigualdade possui especificidades contemporâneas, produto de um processo de modernização e industrialização excludente e de base pobre. É, portanto, uma manifestação da violência estrutural, servindo como um pano de fundo, sobre o qual se expressam outras formas de violência: intra-familiar, comunitária, escolar e institucional. Independentemente da maneira como se conceitua, defina ou meça a desigualdade, ela aparece como fenômeno que sinaliza um padrão de distribuição de recursos extremamente injusto.

Neste sentido, a desigualdade social, caracterizada como pobreza, na microrregião de Montes Claros é mais expressiva nos municípios de economia de base agrária, com grande parte da população vivendo ou trabalhando no meio rural.

Pereira (2008, p. 22) apresenta, de forma sucinta, algumas considerações teóricas sobre a pobreza com as quais concordamos:

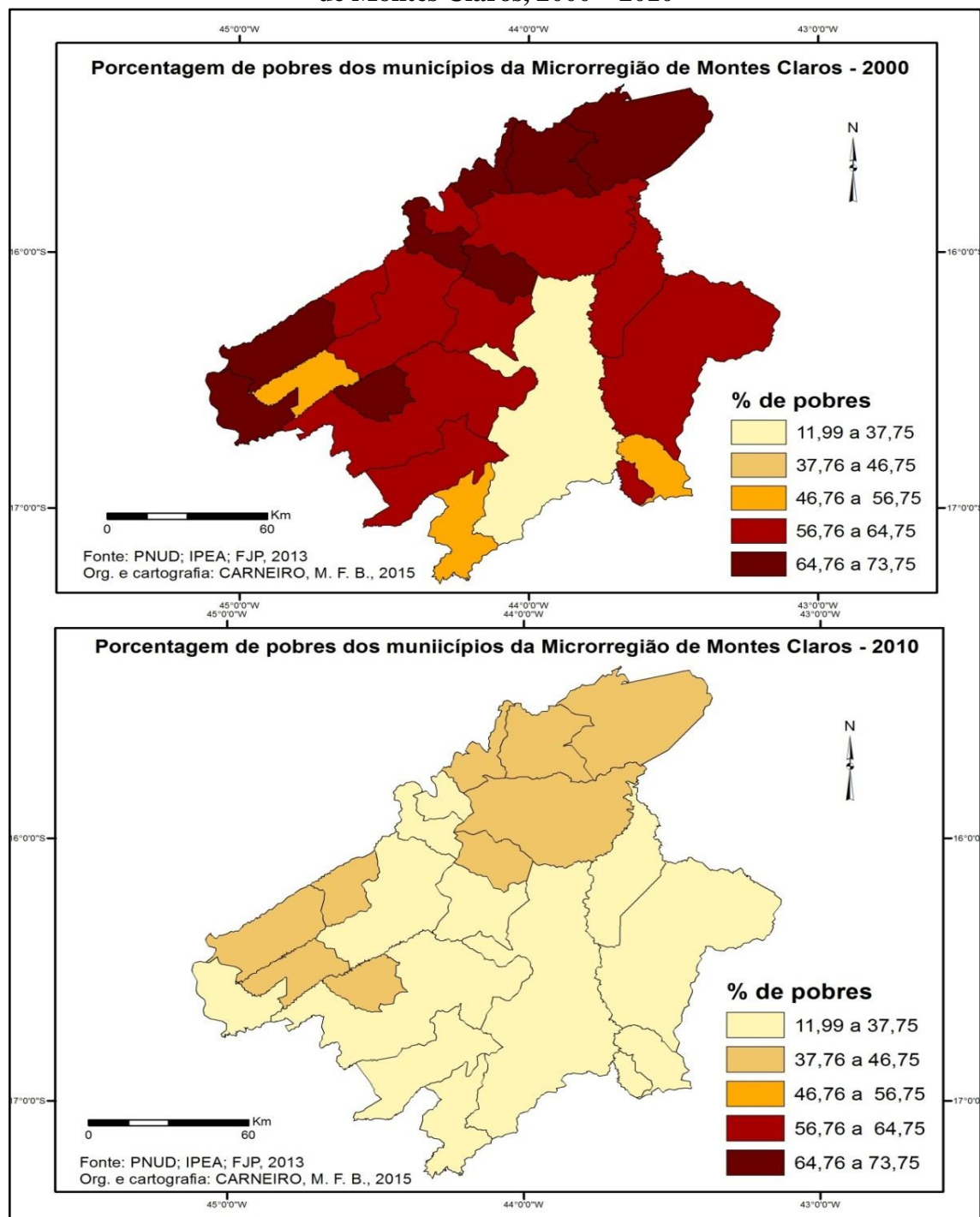
Entre os diversos estudos sobre a pobreza, como os de Santos (1979d), Andrade, Serra e Santos (2001b), Koga (2003), Schwartzman (2004) e Pochmann (2003; 2004), há um ponto comum: a difícil conceituação do que é pobreza. Teoricamente, a pobreza pode ser vista sob diferentes abordagens e, estatisticamente, pode ser definida com base em diferentes indicadores. Alguns estudos consideram a pobreza numa abordagem mais restrita, na qual predominam os aspectos econômicos, enquanto outros consideram não somente sua dimensão econômica, mas também seus aspectos políticos. Segundo Andrade, Serra e Santos (2001, p. 253), a ideia de que a “[...] pobreza está relacionada com a falta de acesso a algum padrão de vida considerado essencial ou mínimo para uma vida adequada em sociedade” é o ponto comum entre essas diferentes concepções.

Ao analisarmos o fenômeno da pobreza na microrregião de Montes Claros, em 2000, podemos observar que este era um problema comum a todos os municípios da microrregião, com uma variação relativamente pequena das porcentagens de pobres. Com exceção de Montes Claros (28,76%), Juramento (49,08%), Campo Azul (49,78%) e Claro dos Poções (50,07%), todos os demais municípios da microrregião apresentavam porcentagens relativamente elevadas, variando entre 56,76% e 73,75%, distribuídos, principalmente nas duas últimas classes do Mapa 12; enquanto na segunda classe, com taxas de 37,76 a 46,75%, não constava nenhum município.

Em 2010, as porcentagens de pobres reduziram de forma muito significativa, indicando uma melhoria das condições socioeconômicas e de acesso aos recursos de interesse da população. Todos os municípios apresentaram porcentagens de pobres inferiores a 50%, com destaque para os municípios de Juramento, com 20,77% de pobres, e Claro dos Poções com 20,98%, além de Montes Claros com apenas 11,99%. Entre os nove municípios com maiores porcentagens de pobres, excetuando Verdelândia e Ibiracatu, sete possuem população

predominantemente rural. Onde a maioria da população é urbana, a pobreza se caracteriza como urbana, contribuindo para uma configuração de um espaço complexo e bastante contraditório.

Mapa 12 – Mapas da porcentagem de pobres dos municípios da microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010



Fonte: Adaptado do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013.

No que se refere à sua rede de transportes e comunicações, embora mais concentrada em alguns municípios, como o de Montes Claros, tem suprido, de forma razoável, as necessidades do processo econômico em desenvolvimento. Atualmente, as articulações espaciais ocorrem, especialmente, através de algumas rodovias pavimentadas, as quais constituem os principais canais de circulação, tanto para os fluxos de pessoas quanto para escoar as mercadorias produzidas na microrregião, e também podem trazer matérias-primas e produtos de outras regiões, intensificando as atividades de produção e de comércio.

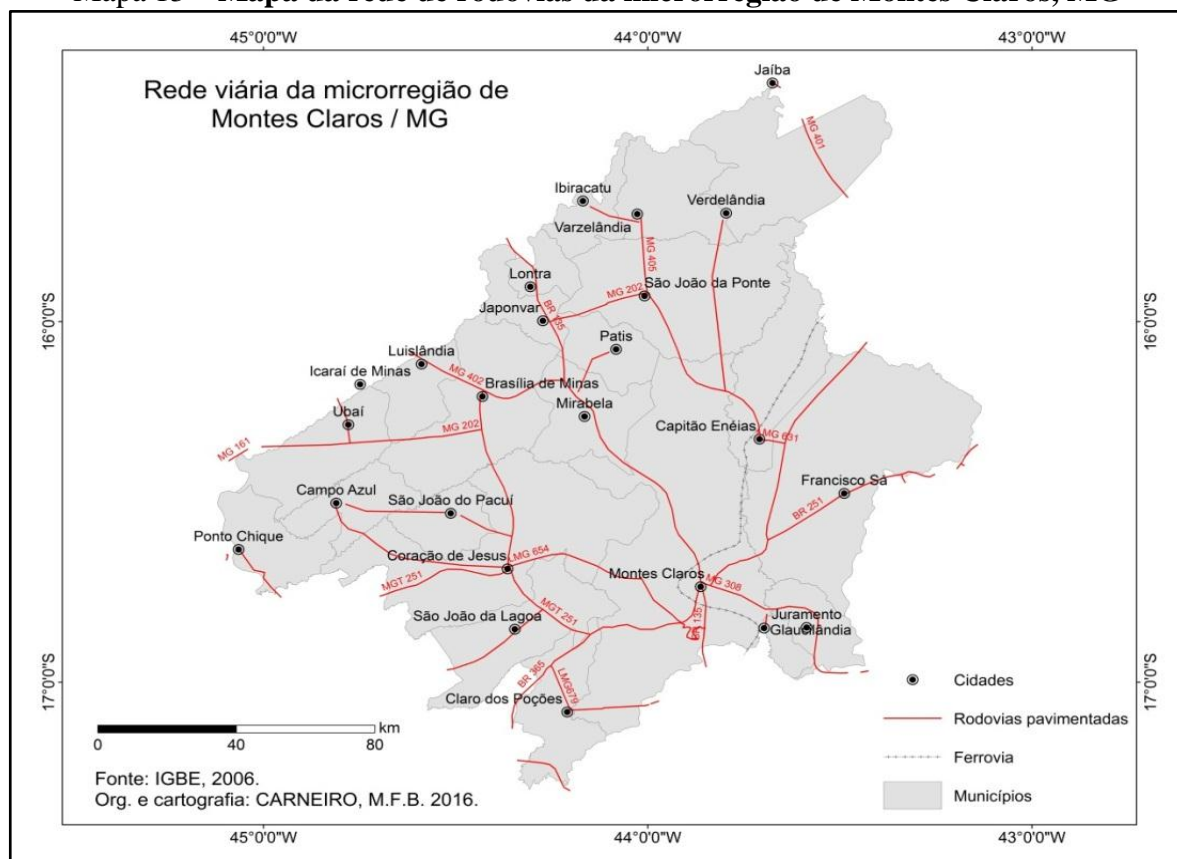
A localização geográfica da microrregião a coloca em uma posição estratégica, tendo Montes Claros como um importante entroncamento de rodovias federais e estaduais que possibilitam as articulações espaciais intra e inter-regionais, facilitando, desta forma, a realização de contínuos fluxos entre os municípios vizinhos e a sua interligação com as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-oeste do Brasil.

Neste contexto, destacamos a BR 135, que faz a ligação, em direção Sul, entre Montes Claros e Belo Horizonte (BR 040), daí podendo chegar a São Paulo e o Rio de Janeiro e, em direção Norte, até Januária (Rio São Francisco), seguindo em direção ao Sudoeste da Bahia; a BR 251, que liga Montes Claros a Salinas e daí à BR 116 (Rio-Bahia) e, conseqüentemente, ao Nordeste brasileiro; a BR 365, que faz as ligações entre Montes Claros, Pirapora, o Triângulo Mineiro e Brasília (DF); a BR 122, de Montes Claros à Janaúba e daí a Guanambi, no Centro-Sul da Bahia. Além destas rodovias federais, a microrregião conta, ainda, com duas rodovias estaduais de grande importância, a MG 308, de Montes Claros a Itacambira e daí interligando com a BR 367 e a MG 654, ligando a Coração de Jesus e daí interligando à BR 251 em direção ao Distrito Federal (MAPA 13).

Atualmente, a única ferrovia existente na microrregião é a Ferrovia Centro Atlântica S.A., dedicada exclusivamente ao transporte de combustíveis, no percurso Betim-MG a Montes Claros.

Quanto ao transporte aéreo, apenas Montes Claros possui aeroporto, o Aeroporto de Montes Claros – Mário Ribeiro, hoje administrado pela Infraero, com voos regulares que têm como destino principal a capital do estado, Belo Horizonte. Em 2010, a Gol Linhas Aéreas S/A começou suas operações e, em 2012, foi a vez da Azul Linhas Aéreas, ambas com voos diários para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, MG. Além do transporte de passageiros, o aeroporto possui uma equipe de salvamento e combate a incêndios e uma escola de pilotagem.

Mapa 13 – Mapa da rede de rodovias da microrregião de Montes Claros, MG



Fonte: Adaptado do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006.

Entretanto, com a melhoria e pavimentação de ligações e acessos rodoviários aos municípios da microrregião, interligando-os com a rede viária do Norte de Minas e daí conectando com outras regiões de Minas Gerais e outros estados vizinhos, proporcionado pelo Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (ProAcesso) e pelo Programa Caminhos de Minas, os quais foram concebidos para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de cidades com baixo IDH e precária conexão com a rede viária principal, têm favorecido o tráfico e o comércio de drogas ilícitas na região e, com isto, o aumento da criminalidade violenta. Além disto, a rede de transportes rodoviários tem favorecido a situação de rotas de fuga mais fáceis devido à conexão das rodovias, especialmente, com as cidades menores, facilitando a evasão dos criminosos e, por outro lado, dificultando as ações de controle e combate ao tráfico por parte dos órgãos de segurança pública, de acordo com a PMMG (2014).

Essa sintética contextualização da microrregião de Montes Claros, do ponto de vista de sua posição geográfica, aspectos físicos, históricos e socioeconômicos e espaciais, possibilita identificar as interações entre os elementos que compõem a sua geografia física, humana e cultural, exercendo fortes influências sobre a vida dos seus habitantes. A

microrregião está inserida numa região historicamente caracterizada como uma região com graves problemas de natureza socioeconômica e pelo baixo desempenho econômico, que, mesmo sendo foco de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento, nas últimas décadas, não conseguiu superar sua condição de periferia no contexto estadual.

As análises apresentadas neste capítulo servem de base para as discussões das análises acerca da geografia da criminalidade violenta na microrregião de Montes Claros, apresentadas no capítulo a seguir.

5 GEOGRAFIA DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NA MICRORREGIÃO DE MONTES CLAROS

Como não existe uma padronização de critérios para classificação das diversas naturezas de crimes, análises comparativas exigem esforços consideráveis na compatibilização das informações acessíveis, além das dificuldades no sentido de recuperar séries históricas, sendo esse um obstáculo significativo. É neste sentido que Waiselfisz tem procurado padronizar indicadores sobre a criminalidade violenta no Brasil, através da série de estudos intitulada Mapa da Violência, publicados desde 1998, inicialmente com apoio da UNESCO, do Instituto Ayrton Senna e da FLACSO, entre outras entidades e, mais recentemente, publicados pelo governo brasileiro, considerando, principalmente, os homicídios e a compatibilização das informações a partir de algumas categorias tais como: adolescentes, sexo, idade e cor das vítimas, o uso de armas de fogo, acidentes de trânsito, dentre outras (WAISELFISZ, 2015).

Entretanto, nova metodologia, adotada pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, a partir de 2012, considera como crimes violentos o grupo composto por sete naturezas criminais, tais como: homicídio consumado; homicídio tentado; sequestro e cárcere privado; roubo consumado; extorsão mediante sequestro; estupro consumado; e estupro tentado. Além disso, define como crimes violentos contra o patrimônio os roubos consumados e extorsão mediante sequestro. São considerados homicídios consumados conforme o quantitativo de Registros de Eventos de Defesa Social (REDS) e o quantitativo de vítimas.

Neste estudo adotamos como referência para analisar a criminalidade violenta na microrregião de Montes Claros, no período de 2010 a 2014, a classificação da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG para os crimes violentos que engloba as seguintes naturezas: homicídios consumados e tentados; estupros consumados e tentados; estupros de vulneráveis consumados e tentados; roubos consumados; sequestros e cárcere privado consumados e extorsão mediante sequestro. Além destas classes de crimes abordamos, também, os crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas, por serem considerados como um dos grandes males da atualidade (PMMG, 2014).

Convém destacar que esse capítulo discute os principais resultados obtidos pela pesquisa a partir das análises dos dados estatísticos obtidos no armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), da 11ª Região Integrada de Segurança Pública – RISP, 2014, da Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS (2016), do Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015, 2016), referentes ao período 2010 a 2014.

Com base nos resultados da classificação dos registros dos valores absolutos e da construção das taxas de risco de cada natureza ou modalidade de crime por 100 mil habitantes, no período de 2010 a 2014, quando estabelecemos os intervalos de classes de acordo com o método de *Sturges* (método estatístico bastante utilizado para a definição do número de classes em uma série), produzimos um conjunto de mapas de figuras geométricas proporcionais (classes de valores absolutos) e coropléticos (mosaicos de mapas das taxas brutas ou de risco), com o intuito de facilitar a visualização e a interpretação dos padrões de concentração espacial diferenciada das modalidades de crimes em tela, bem como da evolução espaço-temporal de cada modalidade.

Entretanto, esclarecemos que, embora a classificação, com aplicação do método *Sturges*, tenha sugerido a adoção de cinco classes de distribuição de frequências para todas as modalidades de crimes violentos na microrregião de Montes Claros, no período do estudo (intervalos de variável, os quais devem ser sempre iguais em todas as classes e não aparecer classes com frequência igual a zero – 0,0), para a elaboração do material cartográfico ano a ano, vários municípios não registraram algumas modalidades de crimes em alguns anos, assim, tivemos que isolar as classes com frequência igual a zero, bem como as frequências relativas ao município de Montes Claros, por apresentar valores muito discrepantes em relação aos registros dos crimes dos demais municípios. Desta forma, em algumas classificações anuais, de distribuição de frequências de todas as modalidades de crimes violentos para a microrregião, apresentaram seis ou sete classes incluindo as classes com frequência igual a zero e/ou Montes Claros. Além disto, com a ideia de comparar a evolução temporal e a organização espacial da criminalidade violenta verificamos que tivemos anos com frequência e anos em que não houve qualquer frequência para determinadas classes.

Inicialmente apresentamos, de forma sucinta, uma contextualização da evolução da criminalidade violenta ocorrida em Minas Gerais, seguida pela análise da evolução temporal e a organização espacial da criminalidade violenta específica da microrregião de Montes Claros, objeto principal desse estudo. Por último, fizemos uma breve análise dos fatores correlatos da criminalidade violenta.

5.1 Criminalidade violenta em Minas Gerais

Em Minas Gerais, a grande extensão territorial favorece um quadro geográfico diversificado, e aliado a fatores socioeconômicos, diversidade sociocultural e de exclusão

podem condicionar uma sociabilidade violenta e geograficamente desigual, evidenciando diferentes padrões de criminalidade.

Distintas teorias socioespaciais que se dedicam a analisar a criminalidade violenta podem contribuir para a compreensão do padrão de distribuição desse fenômeno em Minas Gerais. Neste sentido, Cohen e Felson (1979) destacam o contexto de oportunidades como fator que favorece a criminalidade. Melgaço (2006) sustenta que esse fenômeno seria resultado do atrito causado pela interação entre a solidariedade orgânica (lugar) e organizacional (redes).

Através de um estudo sobre homicídios em quatro regiões metropolitanas brasileiras, Batitucci (1998), chama a atenção para a existência de um padrão criminal baseado na projeção de crimes patrimoniais.

No atual momento histórico, social e espacial, as argumentações de Merton e Beato Filho (1968, 1998, 2012) se fortalecem, ao contextualizar na mudança do padrão cultural da pós-modernidade, principalmente, quando se observa como os indivíduos se relacionam e como o materialismo passa a orientar sua postura que, por meio da ostentação e das posses, elegeram no consumo a idealização de um padrão a ser buscado e alcançado a qualquer custo (GOMES, 2016).

Além desses autores, muitos outros poderiam ser citados, pois, são inúmeras as hipóteses a serem consideradas para compreensão do padrão espacial da criminalidade em Minas Gerais. Porém, desorganização social, desigualdades, privações, exclusão social e uso de meios ilegítimos para alcançar objetivos pessoais são variáveis frequentes em abordagens teóricas que guardam maior relação com o espaço e os seus indicadores prevalentes e podem explicar a existência de um padrão espacial da criminalidade no estado em diferentes períodos de tempo.

Neste contexto, observamos que, a exemplo do Brasil, tem ocorrido um recrudescimento da criminalidade violenta em Minas Gerais, especialmente nesse início do século XXI.

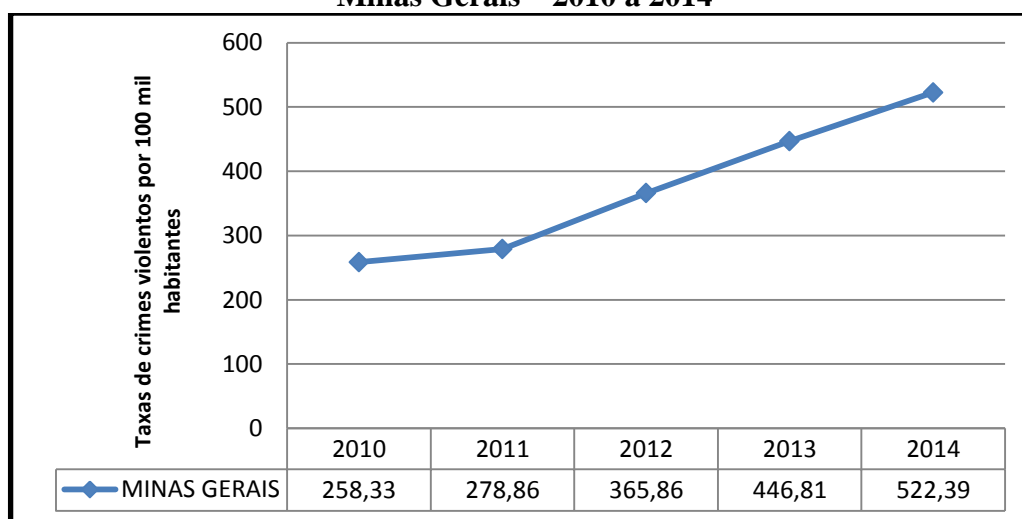
Os números divulgados pela SEDS (2016) para anos completos mostram que os registros de crimes violentos em Minas Gerais atingiram a marca de 108.313 em 2014, com elevação assustadora de 113,95% em relação aos 50.625 de 2010. O crescimento, ano a ano: 30,5% em 2011, com 66.061 casos, 8,6% em 2012, com 71.737, mais 22,66% em 2013, com 87.996 registros, e mais 23,1% em 2014 em relação ao ano anterior. A estatística considera sete tipos de crimes: homicídio consumado, homicídio tentado, sequestro e cárcere privado, roubo consumado, extorsão mediante sequestro, estupro consumado e estupro tentado.

O avanço da criminalidade violenta no Estado desde 2010 tem relação direta com a descontinuidade ou falta de investimentos e de manutenção ou renovação das políticas públicas para a segurança e defesa social. (PMMG, 2014).

O padrão espacial de distribuição desses crimes violentos varia de acordo com o período observado. Tomando os últimos cinco anos (2010-2014), percebemos que os maiores índices foram localizados na região central do estado, sobretudo na região metropolitana, em Belo Horizonte, Betim e Contagem, no município de Juatuba (não integra a região metropolitana) e no município de Nova Serrana localizado na região Oeste. Além destas regiões, apareceram, também com índices elevados, as regiões do Triângulo Mineiro, com destaque para os municípios de Uberlândia, Uberaba, Monte Alegre de Minas e Prata, e do Norte de Minas, para os municípios de Montes Claros, Janaúba, Nova Porteirinha, Pirapora e Várzea da Palma. O Vale do Jequitinhonha e o Campo das Vertentes constituem o contraponto das regiões com maiores concentrações desses crimes, uma vez que todos os seus municípios possuem índices considerados baixos ou baixíssimos. As regiões Sul, Zona da Mata e Vale do Mucuri se destacaram pelo fato de a grande maioria de seus municípios terem apresentado índices baixíssimos.

O Gráfico 1 mostra a evolução da taxa anual dos crimes violentos em Minas Gerais no período de 2010 a 2014. Pelos dados, percebemos que o índice sofreu aumento sistemático, se for considerado o ano de 2010 como base. A partir de 2010 a variação das taxas desses crimes por 100 mil habitantes se inseriu no intervalo entre 258,33% e 522,39% em 2014.

Gráfico 1 – Evolução do índice de criminalidade violenta em Minas Gerais – 2010 a 2014



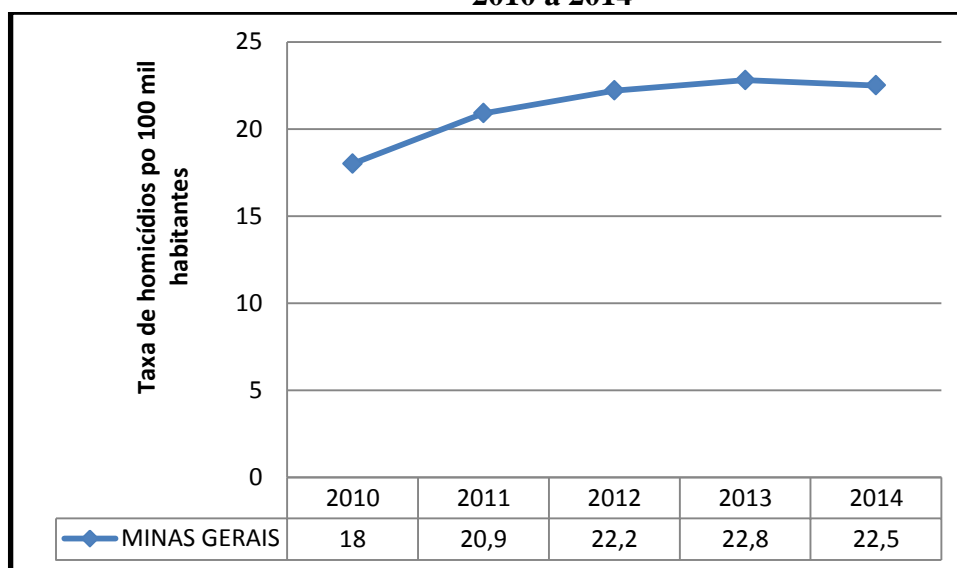
Fonte: SEDS / Seção de Estatística, Dados: REDS CINDS, 2016.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2016.

A distribuição espacial do crime contra o patrimônio apresenta o mesmo padrão observado para o crime violento. Neste padrão observou-se que as maiores taxas estão nos maiores municípios mineiros e respectivos entornos. Assim, destacaram a Região Metropolitana Belo Horizonte, o Triângulo Mineiro, a região Noroeste e municípios como Montes Claros, Governador Valadares e Pirapora.

A taxa anual do crime contra a pessoa no Estado de Minas Gerais, no período de 2010 a 2014 apresentou uma variação de 24,9%. A taxa de crescimento de ocorrências de crime contra a pessoa foi equivalente a 28,95%. O Gráfico 2 apresenta a evolução da taxa anual segundo as ocorrências registradas para o período em análise, onde podemos observar um crescimento ascendente a partir de 2010, com taxa de 18,0%, até 2013, quando apresentou a maior taxa, equivalente a 22,8%, e ligeira queda em 2014, com taxa de 22,5%.

Gráfico 2 – Evolução da taxa anual do crime contra a pessoa em Minas Gerais – 2010 a 2014



Fonte: Notas técnicas – Atlas da Violência 2016, Ipea e FBSP, 2016.

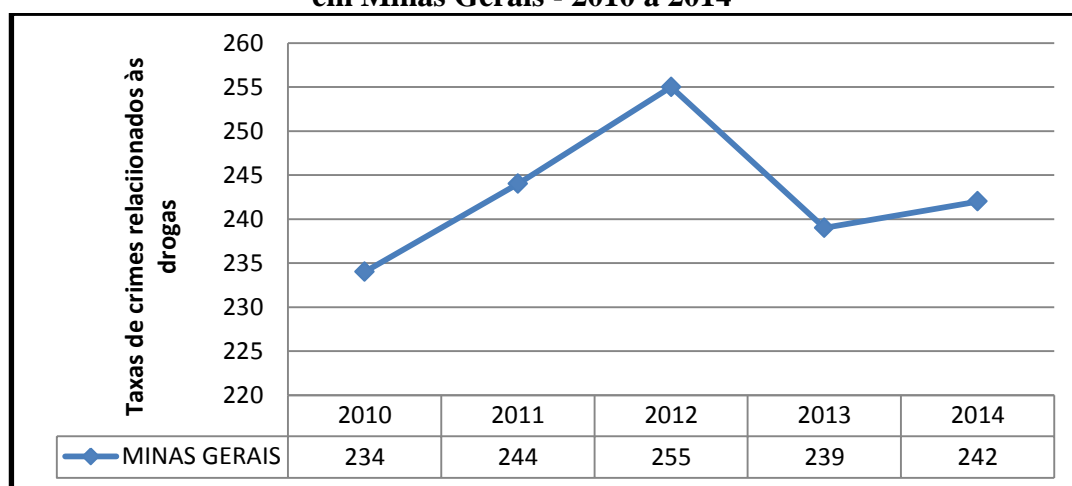
Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2016.

A distribuição espacial do crime contra a pessoa também manteve o padrão observado para os crimes anteriormente analisados. Entre 2010 e 2014, esta modalidade de crime se intensificou na Região Metropolitana de Belo Horizonte, além de outros municípios do interior do estado, sobretudo, da região do Vale do Rio Doce, com destaque para os municípios de Governador Valadares, Aimorés, Pingo D'Água, São Félix de Minas e Tumiritinga. Destacou, também, por apresentarem elevadas taxas desse crime as regiões do Triângulo Mineiro e Noroeste, e alguns municípios isolados. Ressaltamos que, além dessas regiões, na região Norte de Minas quatro municípios apresentaram taxa média de homicídios

por 100 mil habitantes, no período de 2010 a 2014, entre 34 e 112, são eles: Manga, Miravânia, Nova Porteirinha e Verdelândia. Este último pertence à microrregião de Montes Claros.

A SEDS atribui a elevação das taxas de criminalidade violenta em Minas Gerais a partir de 2011 ao aumento da violência associada ao tráfico de drogas, como brigas de gangues, disputa de quadrilhas pelo controle de territórios e pontos de drogas e da cobrança de dívidas de usuários.

Gráfico 3 – Evolução das taxas de crimes relacionados às drogas por 100 mil habitantes em Minas Gerais - 2010 a 2014



Fonte: CINDS/PMMG/PCMG. Org.: GOMES, P. I. J., 2015

No gráfico 2, verificamos o índice de crimes relacionados às drogas em Minas Gerais, indicando sua trajetória ascendente no período de 2010 a 2012, daí apresenta queda até 2013 e novo crescimento em 2014. A série de cinco anos aponta que a partir de 2010 até 2012, houve um aumento acumulado superior a 8,97% no número de envolvidos. Considerando o início e o final do período em questão, o dado acumulado das taxas de crimes relacionados às drogas para cada grupo de cem mil habitantes foi de 3,42%.

5.2 Evolução temporal e a organização espacial da criminalidade violenta

A criminalidade violenta geral, na microrregião de Montes Claros, apresentou crescimento desde 2010, com destaque para os crimes contra o patrimônio – roubos consumados, embora as demais modalidades de crimes tais como os crimes contra a pessoa, contra a dignidade sexual e os relacionados às drogas, tenham oscilado apresentando ora ascensão e ora redução ao longo dos anos, no período de 2010 a 2014.

Este subcapítulo apresenta os resultados da sistematização e análises dos dados referentes à criminalidade violenta na microrregião, bem como o seu comportamento no período do estudo, destacando os registros absolutos e as taxas de risco observadas.

5.2.1 Os crimes violentos na microrregião de Montes Claros - CV

A criminalidade violenta geral, na microrregião de Montes Claros, apresentou crescimento desde 2010, com destaque para os crimes contra o patrimônio – roubos consumados, embora as demais modalidades de crimes tenham oscilado apresentando ascensão e redução ao longo dos anos, no período de 2010 a 2014.

Este subcapítulo apresenta os resultados da sistematização e análises dos dados referentes à criminalidade violenta, bem como o seu comportamento no período do estudo, destacando os registros absolutos e as taxas de risco observadas.

Os somatórios dos números de ocorrências dos crimes violentos, por natureza, nos municípios da microrregião de Montes Claros, no período de 2010 a 2014, mostram que os registros apresentam valores muito expressivos, destacando os roubos consumados, que atingiram a marca total de 8.844, no período, seguidos pelos homicídios consumados com 680 e tentados com 638, totalizando 1.318 crimes contra a pessoa; enquanto os estupros tentados somaram 457 casos, os consumados 205 e os estupros de vulnerável consumados e tentados mostram 203 e 43 ocorrências, respectivamente, sendo que estes somam 908 crimes contra os costumes. Em menores quantidades registram-se os sequestros e cárcere privados consumados, com 16 ocorrências e as extorsões mediante sequestro consumadas com apenas quatro (4) registros, durante o período pesquisado (TAB. 2).

Tabela 2 – Crimes violentos, por natureza, nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

ANOS	Estupro Consumado	Estupro de Vulnerável Consumado	Estupro de Vulnerável Tentado	Estupro Tentado	Extorsão Mediante Sequestro Consumado	Homicídio Consumado	Homicídio Tentado	Roubo Consumado	Sequestro e cárcere Privado Consumado	TOTAL
2010	46	2	17	145	0	138	109	1407	3	1867
2011	30	24	3	93	0	189	66	1547	5	1957
2012	41	64	10	86	1	132	156	1456	4	1950
2013	56	65	7	102	1	125	161	2128	2	2647
2014	32	48	6	31	2	96	146	2306	2	2669
TOTAL	205	203	43	457	4	680	638	8844	16	11.090

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

As análises dos dados do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014, representados na Tabela 2, mostram crescimento de 42,96% da

taxa básica de crescimento anual dos crimes violentos total da microrregião de Montes Claros no período de 2010 a 2014, quando passou de 1.867 registros para 2.669, com ligeira queda em 2012 e retomada de crescimento nos dois últimos anos. O percentual médio de crescimento desses crimes, por intervalos regulares de tempo, é de 9,19% e o percentual médio de crescimento anual foi de 20,01%.

Além disso, verificamos uma grande diferença interna na microrregião, uma vez que o município de Montes Claros apresentava taxa de criminalidade violenta de aproximadamente 91,62%, equivalente a 10.161 registros, muito acima daquelas encontradas nos municípios do seu entorno.

Constatamos, relativamente à distribuição espacial, que, do total de 11.090 ocorrências de crimes violentos registrados na microrregião, além do município de Montes Claros, seis municípios apresentaram registros expressivos em relação ao conjunto dos municípios, quais sejam: Francisco Sá com 175 ocorrências, Mirabela com 90, Brasília de Minas e Verdelândia com 84 cada, Coração de Jesus com 81 e Varzelândia com 74, valores correspondentes a porcentagens entre 0,67% e 1,58% do total de crimes. Destacamos que esses municípios possuem maiores taxas de urbanização e melhores estruturas e condições socioeconômicas, exceto Varzelândia, ainda, com população e atividades econômicas predominantemente rurais, com piores condições socioeconômicas em relação aos demais. Os outros 15 municípios mostraram registros variando entre 11 e 50 ocorrências, com porcentagens de ocorrências abaixo de 0,50% e observa-se que a maioria deles possui população predominantemente rural, condições socioeconômicas mais precárias e localiza-se mais distante de Montes Claros, município sede e mais dinâmico da microrregião, conforme dados de Tabela 3.

Tabela 3 – Crimes violentos nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

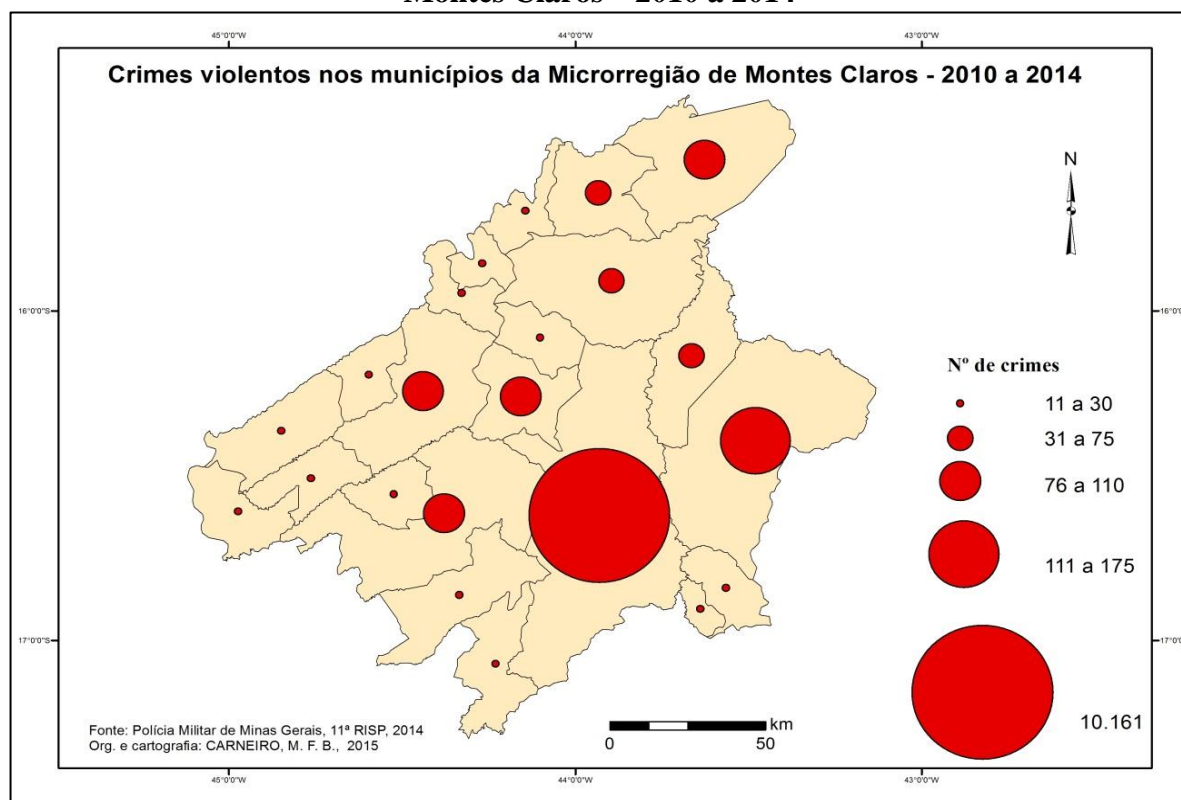
MUNICÍPIOS	Crimes violentos					TOTAL	2010-2014 (% do Total)
	2010	2011	2012	2013	2014		
Brasília de Minas	11	15	19	21	18	84	0,76
Campo Azul	1	2	2	6	2	13	0,12
Capitão Enéas	8	13	11	11	7	50	0,45
Claro dos Poções	0	7	3	6	13	29	0,26
Coração de Jesus	13	11	20	21	16	81	0,73
Francisco Sá	32	20	33	47	43	175	1,58
Glaucilândia	3	3	1	3	2	12	0,11
Ibiracatu	2	5	6	9	0	22	0,20
Japonvar	0	0	9	11	6	26	0,23
Juramento	4	3	3	4	3	17	0,15
Lontra	5	6	5	5	3	24	0,22
Luislândia	4	0	2	3	3	12	0,11
Mirabela	8	8	28	25	21	90	0,81
Montes Claros	1741	1823	1748	2386	2463	10.161	91,62
Patis	3	6	3	9	1	22	0,20
Ponto Chique	2	2	4	6	1	15	0,14
São João da Lagoa	1	1	1	4	4	11	0,10
São João da Ponte	5	7	10	16	9	47	0,42
São João do Pacuí	2	6	3	3	1	15	0,14
Ubaí	3	2	9	7	5	26	0,23
Varzelândia	12	12	11	18	21	74	0,67
Verdelândia	7	5	19	26	27	84	0,76
Microrregião	1867	1957	1950	2647	2669	11.090	100

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

Ao observarmos o mapa da distribuição espacial dos crimes violentos nos municípios da microrregião de Montes Claros, no período de 2010 a 2014, percebemos a heterogeneidade da manifestação espacial destes crimes. Neste sentido, verifica-se que a maioria dos municípios, totalizando 13, apresentou menor quantidade de registros no período, agrupados no primeiro intervalo de classes do mapa em análise, com valores de 11 a 30 ocorrências no total. O segundo intervalo de classes conta com três municípios com 31 a 75 registros, são eles: São João da Ponte (47), Capitão Enéas (50) e Varzelândia (74). No terceiro intervalo de classes, com 76 a 110 ocorrências, aparecem quatro municípios: Coração de Jesus (81), Brasília de Minas e Verdelândia (84 cada) e Mirabela (90). Apenas um município, Francisco Sá, figura na quarta classe com 175 registros e, por último, Montes Claros com o total de 10.161 registros, ficando evidente a grande discrepância entre este município e os demais municípios da microrregião (MAPA 14).

Mapa 14 – Mapa dos crimes violentos nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Ao analisarmos os dados da Tabela 4 percebemos que as taxas de risco (bruta) do total dos crimes violentos por 100 mil habitantes (obtidas através da divisão do número de crimes pela população x 100.000), para o total da microrregião de Montes Claros, foram progressivas, com taxas de 312,03; 322,57; 318,96; 416,89 e 417,01, nos respectivos anos do período de 2010 a 2014, com ligeira queda em 2012, apresentando taxa média de crescimento anual de aproximadamente 8%.

Além disso, observamos que, na microrregião, não há homogeneidade na ocorrência espacial dos crimes violentos, no período de 2010 a 2014, como já mencionado, pois é grande a variação das taxas médias de crescimento anual. Assim, é possível observar que, 10 municípios apresentaram taxas médias de crescimento anual negativas, variando entre – 5% e – 100%, os quais, em ordem crescente foram: Capitão Enéas, Juramento, Luislândia, Japonvar, Glaucilândia, Lontra, Ponto Chique, São João do Pacuí, Patis e Ibiracatu. Quanto aos outros 12 municípios que exibiram taxas médias positivas de crescimento, observamos que quatro deles, tais como Coração de Jesus, Francisco Sá e Montes Claros, apresentaram taxas de 4%, 6% e 7% respectivamente; seis municípios apresentaram taxas de 12% a 18%, ou seja, em ordem crescente: Brasília de Minas, Ubaí, Varzelândia, São João da Ponte, Claro

dos Poções e Campo Azul, enquanto os municípios de Mirabela, Verdelândia e São João da Lagoa foram os que apresentaram as maiores taxas médias de crescimento anuais, com 26%, 38% e 40% respectivamente.

Podemos observar, ainda, que os municípios que apresentaram menores taxas médias de crescimento positivo de risco de crimes violentos, a maioria apresentava maiores populações absolutas e expressivas taxas de urbanização.

Tabela 4 – Taxas de risco (brutas) de crimes violentos nos municípios da microrregião de Montes Claros– 2010 a 2014

Municípios	População Total	Taxa de Urbanização 2010 (%)	TAXAS DE RISCO (%)					2010-2014
			2010	2011	2012	2013	2014	Tx. Média Cresc. (%)
Brasília de Minas	31.213	66,24	35,24	47,94	60,59	64,86	55,43	12
Campo Azul	3.684	42,10	27,14	54,16	54,04	157,03	52,19	18
Capitão Enéas	14.206	81,09	56,31	90,97	76,54	73,86	46,71	-5
Claro dos Poções	7.775	67,54	0	90,40	38,90	75,86	164,87	16
Coração de Jesus	26.033	56,72	49,94	42,22	76,69	78,10	59,41	4
Francisco Sá	24.912	59,80	128,45	79,95	131,39	180,89	164,74	6
Glaucilândia	2.962	35,38	101,28	100,77	33,42	96,87	64,23	-11
Ibiracatu	6.155	50,74	32,49	81,62	98,39	144,00	0	-100
Japonvar	8.298	36,76	0	0	108,03	127,92	69,59	-10
Juramento	4.113	55,24	97,25	72,64	72,36	93,28	69,65	-8
Lontra	8.397	67,05	59,55	70,98	58,78	56,68	33,78	-13
Luislândia	6.400	46,70	62,50	0	31,04	45,05	44,88	-8
Mirabela	13.042	76,89	61,34	61,16	213,48	184,47	154,43	26
Montes Claros	361.915	95,17	481,05	497,90	472,16	618,30	631,20	7
Patis	5.579	41,24	53,77	106,93	53,17	153,95	17,00	-25
Ponto Chique	3.966	65,08	50,43	50,11	99,65	144,20	23,88	-17
São João da Lagoa	4.656	52,30	21,48	21,39	21,30	82,34	81,97	40
São João da Ponte	25.358	34,14	19,72	27,66	39,59	61,63	34,70	15
São João do Pacuí	4.060	47,32	49,26	146,66	72,82	70,16	23,21	-17
Ubaí	11.681	48,50	25,68	17,02	76,16	57,15	40,57	12
Varzelândia	19.116	46,58	62,77	62,79	57,57	91,47	106,65	14
Verdelândia	8.346	57,06	83,87	59,27	222,93	292,96	301,10	38
Microrregião	601.867	79,49	312,03	322,57	318,96	416,89	417,01	8

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

Portanto, verifica-se que houve pouca variação do número dos municípios da microrregião, especialmente, com as maiores taxas de crimes violentos por grupo de 100 mil habitantes, ao longo dos cinco anos do estudo. Com base nos resultados da distribuição de frequência das taxas de risco, destes crimes, produzimos mosaicos de mapas coropléticos, com o intuito de facilitar a visualização e a interpretação da evolução na distribuição espaço-temporal das taxas de cada modalidade de crime, como já explicitado anteriormente.

A análise dos mapas do mosaico dos crimes violentos revela os municípios onde incidiram as ocorrências de frequências iguais a zero (0): Claro dos Poções e Japonvar, em 2010; Japonvar e Luislândia, em 2011, e Ibiracatu, em 2014. No outro extremo destaca-se o município de Montes Claros, isolado, com taxas brutas anuais muito mais elevadas em relação às dos demais municípios, apresentando taxas de 481,05, em 2010; 497,90, em 2011; 472,16, em 2012; 618,30, em 2013 e 631,20, em 2014 (MAPA 15).

No ano de 2010, as outras distribuições com classes de taxas de risco (brutas) de crimes violentos revelaram a seguinte distribuição: quinze municípios na primeira classe, compreendendo os menores valores de 17,0 a 73,82: Campo Azul, Brasília de Minas, São João da Lagoa, São João da Ponte, Ubaí, Ibiracatu, Capitão Enéas, Coração de Jesus, Lontra, Luislândia, Mirabela, Patis, Ponto Chique, São João do Pacuí e Varzelândia. Na segunda classe apareceram quatro municípios, com valores intermediários menores, equivalentes a 73,83 a 130,64: Verdelândia, Glaucilândia, Juramento e Francisco Sá. Entretanto, as maiores taxas de risco, integrando os intervalos de 130,65 a 301,10, os quais compõem os três últimos intervalos de classes, ficaram vazios. O município de Montes Claros figura isoladamente, como já explicitado com taxa de 481,05.

Observa-se que, de 2010 para 2011 houve um pequeno aumento do número de municípios com taxas um pouco mais altas. Além das mudanças dos municípios com taxas iguais a zero, percebe-se que dois municípios tiveram suas taxas reduzidas: Juramento e Verdelândia, enquanto Capitão Enéas, Ibiracatu e Patis, que passaram a figurar no segundo intervalo de classes e São João do Pacuí, no terceiro intervalo, apresentaram taxas mais elevadas.

No ano de 2012, o crescimento das taxas de risco foi um pouco mais expressivo em relação ao ano anterior. Verifica-se que houve uma alternância entre os municípios com menores taxas, as quais compõem os dois primeiros intervalos de classes, somando um total de 18 municípios. Destaca-se que Mirabela e Verdelândia, que pertenciam a esse conjunto, tiveram suas taxas aumentadas, com isso, subiram para o quarto intervalo de classes, enquanto o município de São João do Pacuí, que havia aumentado sua taxa de risco passando a integrar o terceiro intervalo, sofreu redução e voltou a figurar no primeiro intervalo. O município de Francisco Sá que, com taxa menor, vinha aparecendo na segunda classe, teve sua taxa de risco aumentada e passou a compor o terceiro intervalo de classes. A quinta classe permaneceu vazia.

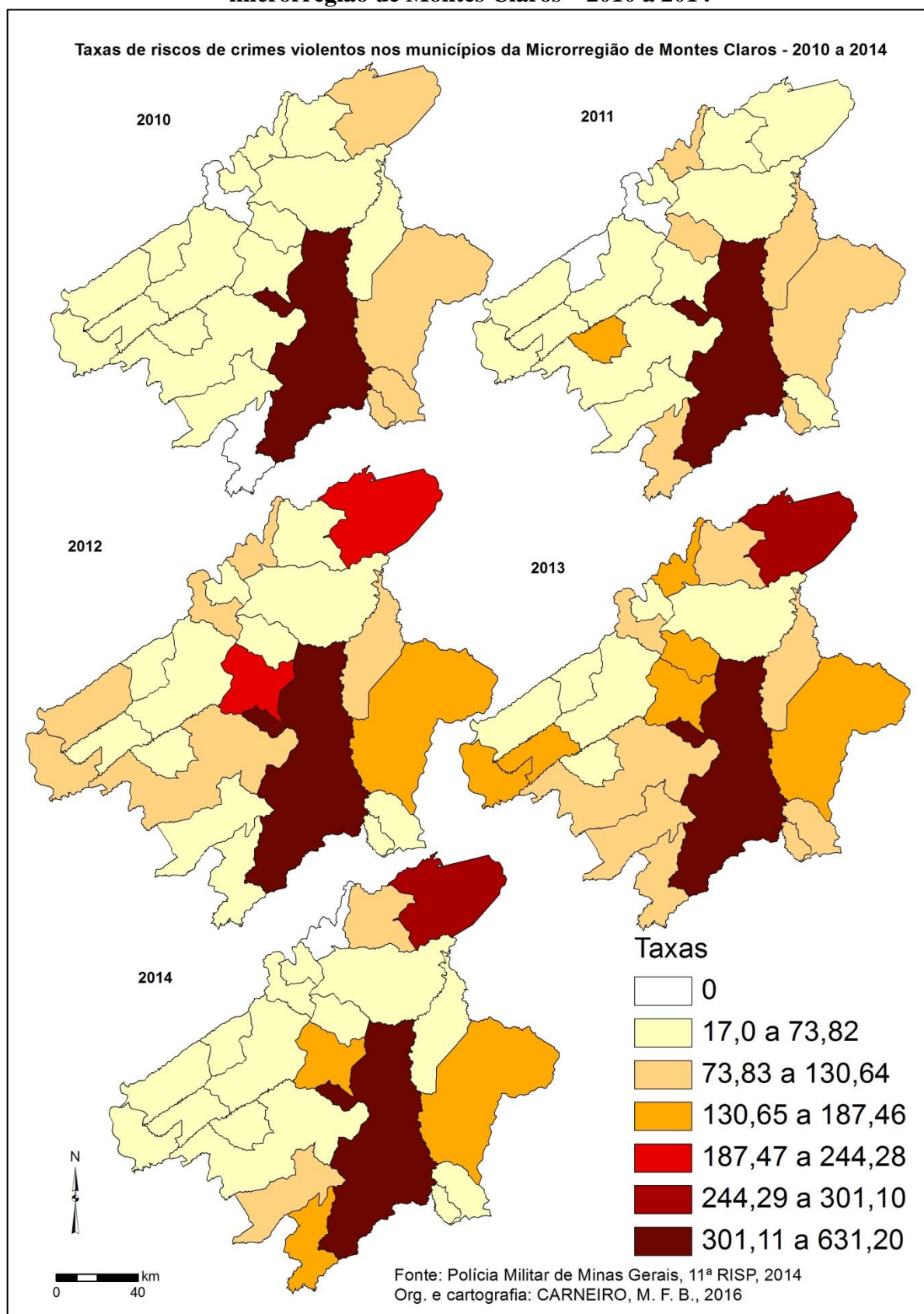
No mapa de 2013, nota-se que aconteceu uma maior alternância entre os municípios com maiores e menores taxas de risco, sendo que apenas dez dentre eles permaneceram nos

mesmos intervalos de classes em relação ao ano anterior, incluindo o de Montes Claros, são eles: Brasília de Minas, Capitão Enéas, Coração de Jesus, Francisco Sá, Japonvar, Lontra, Luislândia, São João da Ponte e São João da Pacuí. Verifica-se que cinco municípios, que tiveram suas taxas aumentadas, subiram para o segundo intervalo de classes - Claro dos Poções, Glaucilândia, Juramento, São João da Lagoa e Varzelândia. Outros cinco municípios também aumentaram suas taxas de risco e juntamente com Francisco Sá passaram a compor o terceiro intervalo, enquanto o município de Verdelândia subiu para o quinto intervalo de classes. A quarta classe ficou vazia e apenas o município de Ubaí teve sua taxa de risco diminuída, voltando a compor o primeiro intervalo.

Por fim, em 2014, o município de Ibiracatu reaparece com classe de risco zerada e percebemos que as menores taxas de risco ocorreram em 14 municípios que compõem o primeiro intervalo de classes: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Coração de Jesus, Glaucilândia, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Patis, Ponto Chique, São João da Ponte, São João da Pacuí e Ubaí, sendo que dentre esses, oito tiveram suas taxas de risco reduzidas. Observa-se que apenas o município de Claro dos Poções teve sua taxa de risco aumentada, vindo a integrar-se ao terceiro intervalo de classes, enquanto os demais municípios permaneceram nos respectivos intervalos e a quarta classe ficou vazia.

Com as análises podemos inferir que houve uma expressiva oscilação entre os municípios, ora exibindo maiores taxas de risco, ora com menores taxas, sendo que apenas cinco municípios se destacavam exibindo as maiores taxas de risco de crimes violentos ao longo do período de 2010 a 2014, os quais apresentaram, entre si, diversificados valores absolutos e/ou taxas de risco. Foram eles: Claro dos Poções, Francisco Sá, Mirabela, Montes Claros e Verdelândia. Tais municípios apresentam como principais fatores correlatos à criminalidade, médias a elevadas taxas de urbanização e melhores condições socioeconômicas, relacionadas à renda per capita, IDHM e porcentagens de pobres (exceto Verdelândia), além de terem se beneficiado com a melhoria de acesso à rede de rodovias asfaltadas, nos últimos anos.

Mapa 15 – Mapa da evolução das taxas de risco de crimes violentos nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

5.2.2 Os crimes contra o patrimônio – CCP-R

Os crimes violentos contra o patrimônio são considerados como crimes que atentam contra a propriedade material, e neste estudo incluem todos os tipos de roubos (roubo, roubo a mão armada, roubo seguido de morte etc.), podendo ser de pessoas, de veículos, de cargas, comércio, de bancos etc. Estes crimes são os de maior recrudescimento entre os indicadores de criminalidade da microrregião de Montes Claros, acompanhando uma tendência em todo o país, conforme dados da pesquisa e o balanço da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS, 2015).

Ao observarmos os dados da Tabela 5, verificamos que Montes Claros registrava valores absolutos muito próximos do total dos crimes contra o patrimônio da sua microrregião, no período de 2010 a 2014, com 8.480 ocorrências, representando 95,88% dessa modalidade de crime.

Em relação aos demais municípios, no período da análise, destacaram Francisco Sá, com o segundo maior número de ocorrências, isto é, 91 registros no total, seguido por cinco municípios com registros relativamente expressivos de ocorrências, isto é, em ordem crescente: Brasília de Minas e Varzelândia com 29 registros cada, representando 0,33% do total de crimes da microrregião, Coração de Jesus com 34 registros e 0,38%, Verdelândia com 37 registros, 0,42% e Mirabela com 41 registros, representando 0,46%.

A taxa básica de crescimento dos crimes contra o patrimônio nessa microrregião é relativamente elevada, 63,8%, enquanto a taxa média de crescimento anual foi de 9% a cada ano.

Tabela 5 – Ocorrências de crimes contra o patrimônio nos municípios e microrregião de Montes Claros – 2010-2014

MUNICÍPIOS	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	2010-2014 (% do Total)
Brasília de Minas	0	4	7	9	9	29	0,33
Campo Azul	0	0	1	1	0	2	0,02
Capitão Enéas	2	4	5	5	3	19	0,21
Claro dos Poções	0	2	1	1	8	12	0,14
Coração de Jesus	2	2	11	11	8	34	0,38
Francisco Sá	4	3	16	35	33	91	1,03
Glaucilândia	0	0	0	2	2	4	0,05
Ibiracatu	0	0	0	2	0	2	0,02
Japonvar	0	0	4	5	6	15	0,17
Juramento	0	1	1	1	0	3	0,03
Lontra	0	2	2	1	1	6	0,07
Luislândia	0	0	0	00	2	2	0,23
Mirabela	2	4	6	16	13	41	0,46
Montes Claros	1.393	1.519	1.380	2.006	2.182	8.480	95,88
Patis	0	0	0	5	1	6	0,07
Ponto Chique	0	0	1	1	1	3	0,03
São João da Lagoa	0	0	0	1	2	3	0,03
São João da Ponte	1	2	3	5	3	14	0,16
São João do Pacuí	0	1	0	1	0	2	0,02
Ubaí	0	0	4	4	2	10	0,11
Varzelândia	2	1	5	10	11	29	0,33
Verdelândia	1	2	7	9	18	37	0,42
Total Microrregião	1.407	1.547	1.454	2.131	2.305	8.844	100,00

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)

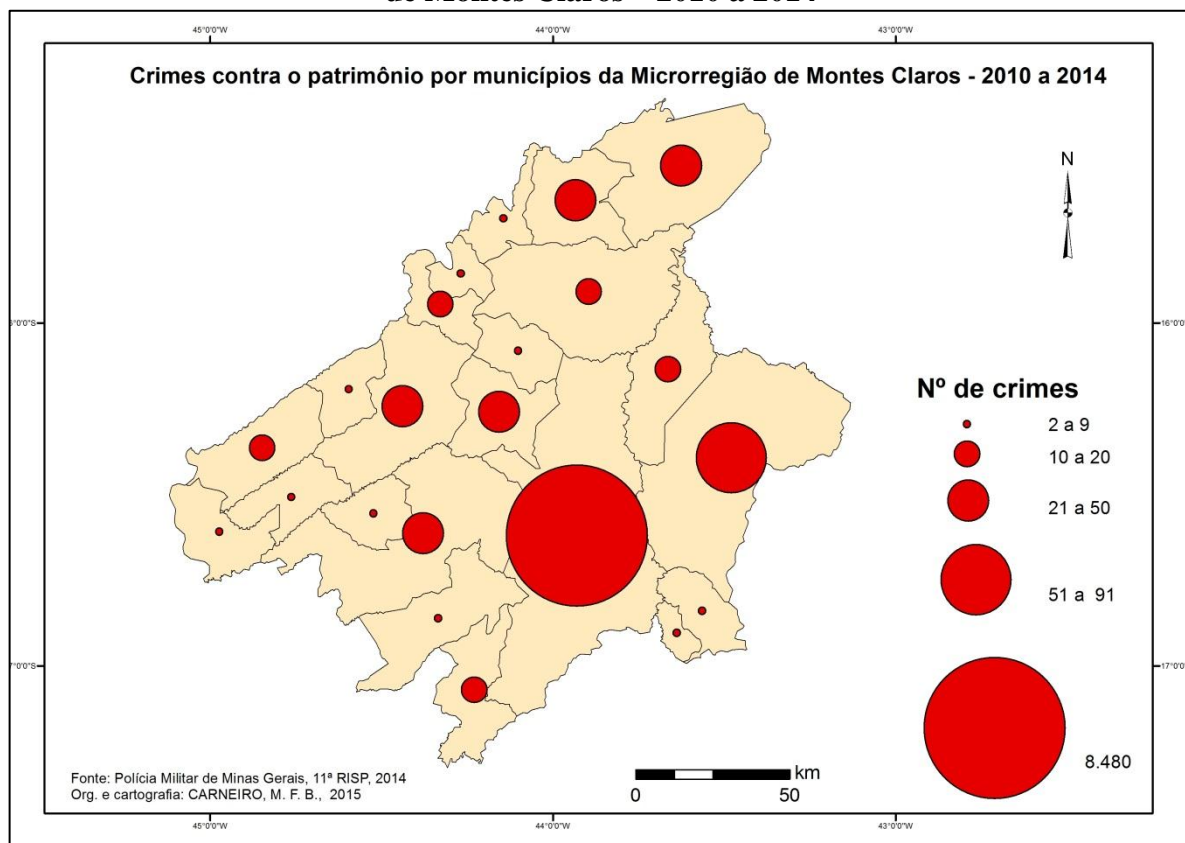
– 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

No que diz respeito à distribuição espacial dos crimes contra o patrimônio (roubos) nos municípios da microrregião, representados no Mapa 16, verificamos que 10 municípios, agrupados no primeiro intervalo de classes, apresentavam registros de duas a 9 ocorrências, são eles, em ordem crescente: Campo Azul, Ibiracatu, Luislândia e São João do Pacuí (dois cada um), Juramento, Ponto Chique e São João da Lagoa (com três), Glaucilândia (com quatro), Lontra e Patis (com seis). Com valores entre 10 e 20 ocorrências e compondo o segundo intervalo de classes observamos: Ubaí (10), Claro dos Poções (12), São João da Ponte (14), Japonvar (15) e Capitão Enéas (19). No terceiro intervalo apareciam, com número de ocorrências entre 21 a 50, outros cinco municípios, quais sejam: Brasília de Minas e Varzelândia (29 cada), Coração de Jesus (34), Verdelândia (37) e Mirabela (41). Apenas o município de Francisco Sá figurava no quarto intervalo de classes com 91 ocorrências registradas. Por fim, observamos Montes Claros, de forma extremamente discrepante, com

8.480 dos casos registrados, e se destaca como o grande polo econômico, não apenas da microrregião, mas do Norte de Minas, Noroeste e Sul da Bahia.

Mapa 16 – Mapa dos crimes contra o patrimônio nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014

Como observado na Tabela 6 e Mapa 17, a seguir, a evolução na distribuição espacial dos crimes contra o patrimônio na microrregião, no período de 2010 a 2014, também é bastante heterogênea, apresentando taxa média de crescimento em intervalos regulares de tempo geral de 9%, com evidente discrepância entre os municípios.

Assim, verificamos que nove municípios apresentam taxas médias de crescimento anual, de risco dos crimes contra o patrimônio, negativas, são eles: Campo Azul, Ibiracatu, Juramento e São João do Pacuí com -100% cada, Patis com -33%, Lontra e Ubaí com -17%, respectivamente, Capitão Enéas com -8% e Ponto Chique com -1%. Por outro lado, 12 municípios mostram taxas médias de crescimento anual positivas variando entre 8% e 81%, quais sejam, em ordem crescente: Montes Claros (8%), Japonvar e São João da Ponte (10% cada um), São João da Lagoa (19%), Brasília de Minas (21%), Luislândia (30%), Mirabela (33%), Coração de Jesus (40%), Claro dos Poções (41%), Verdelândia (71%), Francisco Sá

(80%) e Varzelândia (81%). A maioria desses municípios possui população absoluta mais elevada e taxas de urbanização superiores a 50%. Ressalta-se que, o município de Glaucilândia, com população total de aproximadamente 2.962 habitantes e taxa de urbanização de 35,38%, apresenta taxa média de crescimento anual igual a zero.

Tabela 6 – Taxas de risco dos crimes contra o patrimônio nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

MUNICÍPIOS	População Total	Taxa de Urbanização 2010 (%)	TAXAS DE RISCO					2010-2014
			2010	2011	2012	2013	2014	Tx. Média Cresc. (%)
Brasília de Minas	31.213	66,24	0	12,79	22,32	27,80	27,72	21
Campo Azul	3.684	42,10	0	0	27,02	26,17	0	-100
Capitão Enéas	14.206	81,09	14,08	27,99	34,79	33,57	20,02	-8
Claro dos Poções	7.775	67,54	0	25,83	12,97	12,64	101,46	41
Coração de Jesus	26.033	56,72	7,68	7,68	42,18	40,91	29,70	40
Francisco Sá	24.912	59,80	16,06	11,99	63,70	134,70	126,43	80
Glaucilândia	2.962	35,38	0	0	0	64,58	64,23	0
Ibiracatu	6.155	50,74	0	0	0	32,00	0	-100
Japonvar	8.298	36,76	0	0	48,01	58,15	69,59	10
Juramento	4.113	55,24	0	24,21	24,12	23,32	0	-100
Lontra	8.397	67,05	0	23,66	23,51	11,34	11,26	-17
Luislândia	6.400	46,70	0	0	0	0	29,92	30
Mirabela	13.042	76,89	15,34	30,58	45,75	118,06	95,60	33
Montes Claros	361.915	95,17	384,90	414,87	372,76	519,83	559,18	8
Patis	5.579	41,24	0	0	0	85,53	17,00	-33
Ponto Chique	3.966	65,08	0	0	24,91	24,03	23,88	-1
São João da Lagoa	4.656	52,30	0	0	0	20,58	40,98	19
São João da Ponte	25.358	34,14	3,94	7,90	11,88	19,26	11,57	10
São João do Pacuí	4.060	47,32	0	24,44	0	23,39	0	-100
Ubaí	11.681	48,50	0	0	33,85	32,66	16,23	-17
Varzelândia	19.116	46,58	10,46	5,23	26,17	50,82	55,87	81
Verdelândia	8.346	57,06	11,98	23,71	82,13	101,41	200,74	71
Microrregião	601.867	79,49	233,77	254,99	237,83	335,62	360,14	9

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

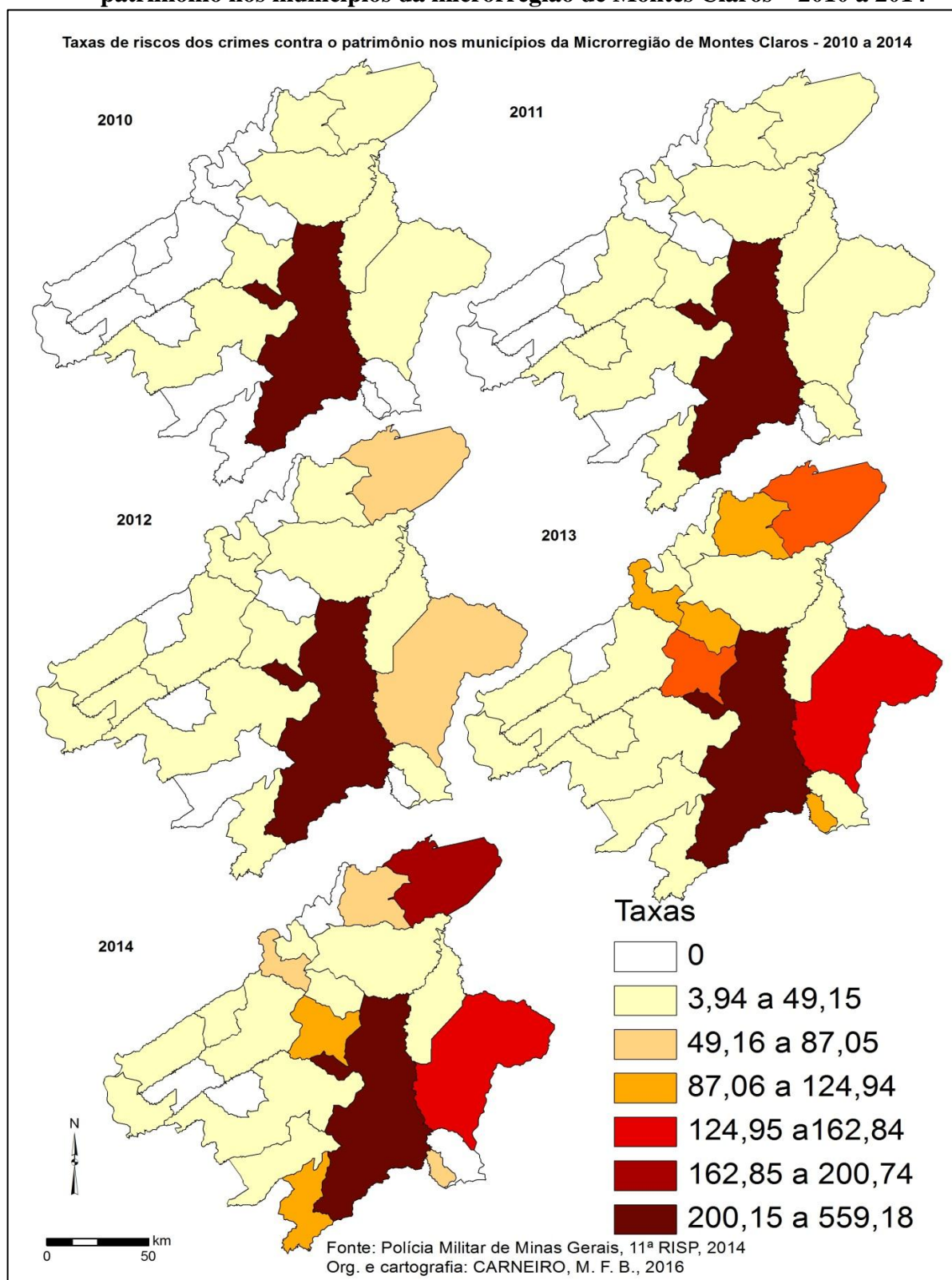
Ao observarmos o mosaico dos mapas da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra o patrimônio (MAPA 17), ao longo do período de 2010 a 2014, percebemos que, o município de Montes Claros, isoladamente e em todos os anos, exibe taxas muito mais elevadas em relação às taxas apresentadas pelos outros municípios da microrregião, razão pela qual aparece sozinho integrando o último intervalo de classes.

Da mesma forma, mas no outro extremo, isolamos os municípios com frequência igual a zero. Assim, verificamos que 14 municípios apresentaram frequência zero em 2010, sendo que houve uma redução desses para nove municípios em 2011, seis em 2012, apenas um em 2013, e uma retomada para quatro municípios com taxa zero em 2014.

Destacamos que a quase totalidade dos municípios oscilaram, ora em intervalos de classes de risco com maiores taxas, ora em intervalos com taxas menores, ano a ano. Ressaltamos que, o único município que permaneceu sempre no intervalo de classe das menores taxas de risco, em todos os anos, foi São João da Ponte.

Percebemos, ainda, que os municípios com diversificadas taxas de riscos, ao longo do período em análise, se alternaram agrupando no entorno dos municípios com melhores condições socioeconômicas (maiores PIB, renda per capita, IDHM e menores porcentagens de pobres), significativa urbanização e população mais elevada, localizados na área centro-sul da microrregião, tais como Montes Claros, Brasília de Minas, Coração de Jesus e Francisco Sá.

Mapa 17 – Mapa da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra o patrimônio nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

5.2.3 Os crimes contra a pessoa – CCP-H

Os crimes violentos contra a pessoa, aqui analisados, são os crimes que atentam contra a vida, tais como os homicídios consumados e os homicídios tentados.

Considerando o período de 2010 a 2014, percebemos que houve redução no número de registros desses crimes na microrregião a partir de 2012, quando foram registradas 291 ocorrências, e nos anos de 2013 e 2014 apresentaram valores inferiores, passando de 288 ocorrências para 243, respectivamente, como retratados na Tabela 7. A taxa básica de crescimento, no período, foi de -5,45, portanto, negativa. Quanto à taxa média de crescimento por intervalo de tempos regulares foi igual a -1%.

Tabela 7 – Crimes contra a pessoa nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

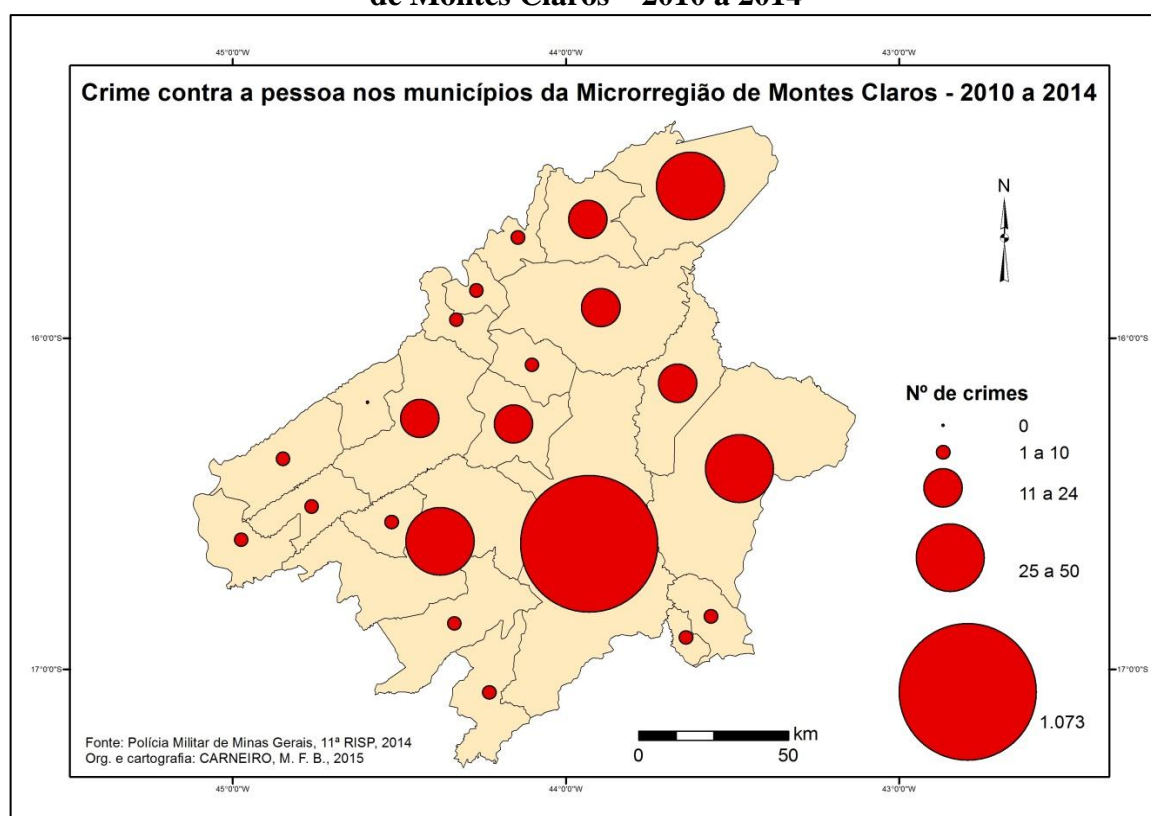
MUNICÍPIOS	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	2010-2014 (% do Total)
Brasília de Minas	7	4	3	4	5	23	1,72
Campo Azul	1	1	1	1	2	6	0,45
Capitão Enéas	3	7	2	1	3	16	0,19
Claro dos Poções	0	3	0	1	2	6	0,45
Coração de Jesus	5	5	4	6	7	27	2,02
Francisco Sá	14	11	8	4	5	42	3,15
Glaucilândia	1	1	0	0	0	2	0,15
Ibiracatu	2	2	3	2	0	9	0,67
Japonvar	0	0	1	2	0	3	0,22
Juramento	1	1	0	0	0	2	0,15
Lontra	2	2	0	0	0	4	0,30
Luislândia	0	0	0	0	0	0	0,00
Mirabela	2	1	12	4	5	24	1,80
Montes Claros	211	202	242	228	190	1073	80,43
Patis	0	1	0	2	0	3	0,22
Ponto Chique	2	2	0	1	0	5	0,37
São João da Lagoa	0	0	1	1	1	3	0,22
São João da Ponte	1	3	4	6	5	19	1,42
São João do Pacuí	1	2	0	0	1	4	0,30
Ubaí	1	1	2	2	2	8	0,60
Varzelândia	5	4	2	2	7	20	1,50
Verdelândia	3	2	6	11	8	30	2,25
Total Microrregião	257	255	291	288	243	1334	100,00

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

Do total de homicídios registrados nos municípios da microrregião de Montes Claros, no período em tela, 1.073 ocorreram no município homônimo, correspondendo a 80,43%, uma taxa altíssima em relação aos demais municípios dessa microrregião. Esta discrepância fica mais evidente ao observarmos que Francisco Sá, com apenas 42 ocorrências registradas era o segundo município mais violento, seguido por Verdelândia com 30 e Coração de Jesus com 27, integrando o quarto intervalo de classes. No terceiro intervalo apareciam cinco municípios com valores entre 11 e 24 ocorrências, eram eles, em ordem crescente: Capitão Enéas (16), São João da Ponte (19), Varzelândia (20), Brasília de Minas (23) e Mirabela (24). Os outros municípios, totalizando 12 unidades, apresentavam registros de total de ocorrências de um a 10, enquanto o município de Luislândia não apresentou nenhum registro de homicídio no período de 2010 a 2014 (MAPA 18).

Mapa 18 – Mapa dos crimes contra a pessoa nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Relativamente às taxas de risco de ocorrências de homicídios, notamos que apenas sete municípios exibiam taxas médias de crescimento anuais positivas. Dentre estes, o município de São João da Ponte, onde 65,86% da população eram rurais e apresentava uma população absoluta igual a 25.358 habitantes, revelou a mais alta taxa média de crescimento

de risco anual, com 49%. Os demais municípios que possuíam taxas positivas, em ordem crescente, são: Coração de Jesus e Varzelândia com 8% cada um, Ubaí com 17%, Campo Azul com 18%, Mirabela com 24% e Verdelândia com 26% (TAB. 8).

Tabela 8 – Taxas de risco dos crimes contra a pessoa nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

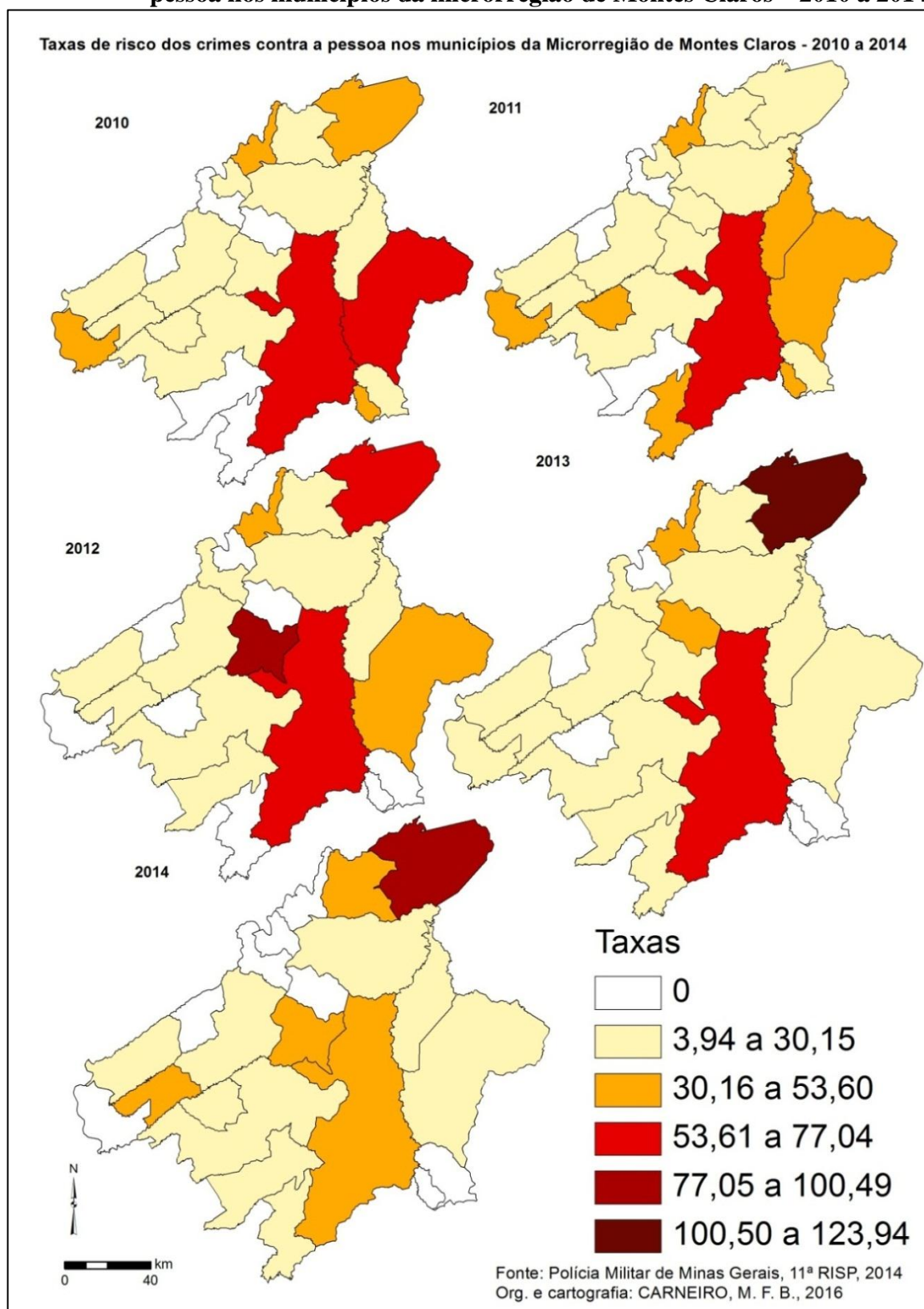
MUNICÍPIOS	População Total	Taxa de Urbanização 2010 (%)	TAXAS DE RISCO					2010-2014
			2010	2011	2012	2013	2014	Tx. Média Cresc. (%)
Brasília de Minas	31.213	66,24	22,43	12,79	9,57	12,35	15,40	-9
Campo Azul	3.684	42,10	27,14	27,08	27,02	26,17	52,19	18
Capitão Enéas	14.206	81,09	21,12	48,99	13,92	6,71	20,02	-1
Claro dos Poções	7.775	67,54	0,00	38,74	0,00	12,64	25,36	-10
Coração de Jesus	26.033	56,72	19,21	19,19	15,34	22,31	25,99	8
Francisco Sá	24.912	59,80	56,20	43,97	31,85	15,39	19,16	-24
Glaucilândia	2.962	35,38	33,76	33,59	0,00	0,00	0,00	-100
Ibiracatu	6.155	50,74	32,49	32,65	49,20	32,00	0,00	-100
Japonvar	8.298	36,76	0,00	0,00	12,00	23,26	0,00	-100
Juramento	4.113	55,24	24,31	24,21	0,00	0,00	0,00	-100
Lontra	8.397	67,05	23,82	23,66	0,00	0,00	0,00	-100
Luislândia	6.400	46,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Mirabela	13.042	76,89	15,34	7,65	91,49	29,52	36,77	24
Montes Claros	361.915	95,17	58,30	55,17	65,37	59,08	48,69	-4
Patis	5.579	41,24	0,00	17,82	0,00	34,21	0,00	-100
Ponto Chique	3.966	65,08	50,43	50,11	0,00	24,03	0,00	-100
São João da Lagoa	4.656	52,30	0,00	0,00	21,30	20,58	20,49	-1
São João da Ponte	25.358	34,14	3,94	11,85	15,84	23,11	19,28	49
São João do Pacuí	4.060	47,32	24,63	48,89	0,00	0,00	23,21	-1
Ubaí	11.681	48,50	8,56	8,51	16,92	16,33	16,23	17
Varzelândia	19.116	46,58	26,16	20,93	10,47	10,16	35,55	8
Verdelândia	8.346	57,06	35,95	23,71	70,40	123,94	89,22	26
Microrregião	601.867	79,49	42,70	42,03	47,60	45,36	37,97	-3

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

Além das taxas de risco já mencionadas, faz-se importante destacar que, outros 14 municípios apresentavam taxas médias de crescimento anual, do fenômeno, negativas. Nesse grupo, sete municípios exibiam taxas iguais a -100%, três mostravam taxas de -1%: Capitão Enéas, São João da Lagoa e São João do Pacuí, enquanto os demais apresentavam taxas de 4%, 9%, 10% e 24%, ou seja, Montes Claros, Brasília de Minas, Claro dos Poções e Francisco Sá, respectivamente. Apenas Luislândia exibiu taxa média de crescimento anual igual a 0%.

Mapa 19 – Mapas da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra a pessoa nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

O mosaico dos mapas da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra a pessoa – homicídios, nos municípios da microrregião de Montes Claros, no período de 2010 a 2014 (MAPA 19), revelavam que os municípios com taxas de risco igual a zero apresentavam frequência oscilatória ao longo do período, sendo que no ano de 2010 eram cinco municípios e nos anos subsequentes eram três, oito, cinco e oito novamente. Do mesmo modo, os demais municípios, inclusive o município de Montes Claros, variaram bastante as suas posições na distribuição espacial, ano a ano, relativas às maiores ou menores taxas de risco.

Destaca-se que os municípios que apresentavam maior quantidade de registros de homicídios representavam 87,32% da população total da microrregião e, ainda, a maioria detinham taxas de urbanização médias a elevadas, economias mais consolidadas e onde, no geral, são encontradas melhores condições socioeconômicas, exceto São João da Ponte e Varzelândia que são eminentemente rurais e com condições mais precárias.

5.2.4 Os crimes contra a dignidade sexual - CCDS

Os crimes contra a dignidade sexual, de que trata esse estudo, englobam os estupros tentados, os estupros consumados, os estupros de vulnerável consumados e tentados.

Os dados brutos dos crimes contra a dignidade sexual, apresentados na Tabela 9 e espacializados no Mapa 20, também revelam heterogeneidade entre os valores registrados por municípios da microrregião de Montes Claros, no período de 2010 a 2014. Assim, à exceção de Montes Claros, que mostrava 604 casos, representando 66,45% do total de registros da microrregião, equivalente a 909 ocorrências, os demais registravam valores bem menores. Desses, apenas o município de Francisco Sá, com 41 registros, integrava o quarto intervalo de classes, enquanto três municípios, compondo o terceiro intervalo, apresentavam registros com valores entre 21 a 32 ocorrências, sendo assim distribuídos: Mirabela e Varzelândia com 25 ocorrências cada e Brasília de Minas com 32 casos. Em seguida, aparecem nove municípios com números de ocorrências entre 10 e 20, no segundo intervalo de classes, tais como Claro dos Poções e Ibiracatu (11 cada um), Juramento (12), Patis e São João da Ponte (13 cada um), Capitão Enéas e Lontra (14 cada), Verdelândia (17) e Coração de Jesus (19). Os demais municípios apresentavam registros que variavam de cinco a 10 ocorrências, são eles: Campo Azul e São João da Lagoa com cinco, Glaucilândia com seis, Japonvar e Ponto Chique com sete cada um, Ubaí com oito, São João do Pacuí com nove e Luislândia com 10.

Quanto aos valores totais desses crimes exibidos pela microrregião, a cada ano, nota-se que houve uma redução significativa no registro de 2011 em relação a 2010, quando passou

de 210 para 150 ocorrências; com um período de crescimento de 2012 a 2013, com 201 e 232 casos, respectivamente; e nova redução em 2014, quando o número de registros caiu para a metade dos registros do ano anterior, isto é, 116 ocorrências.

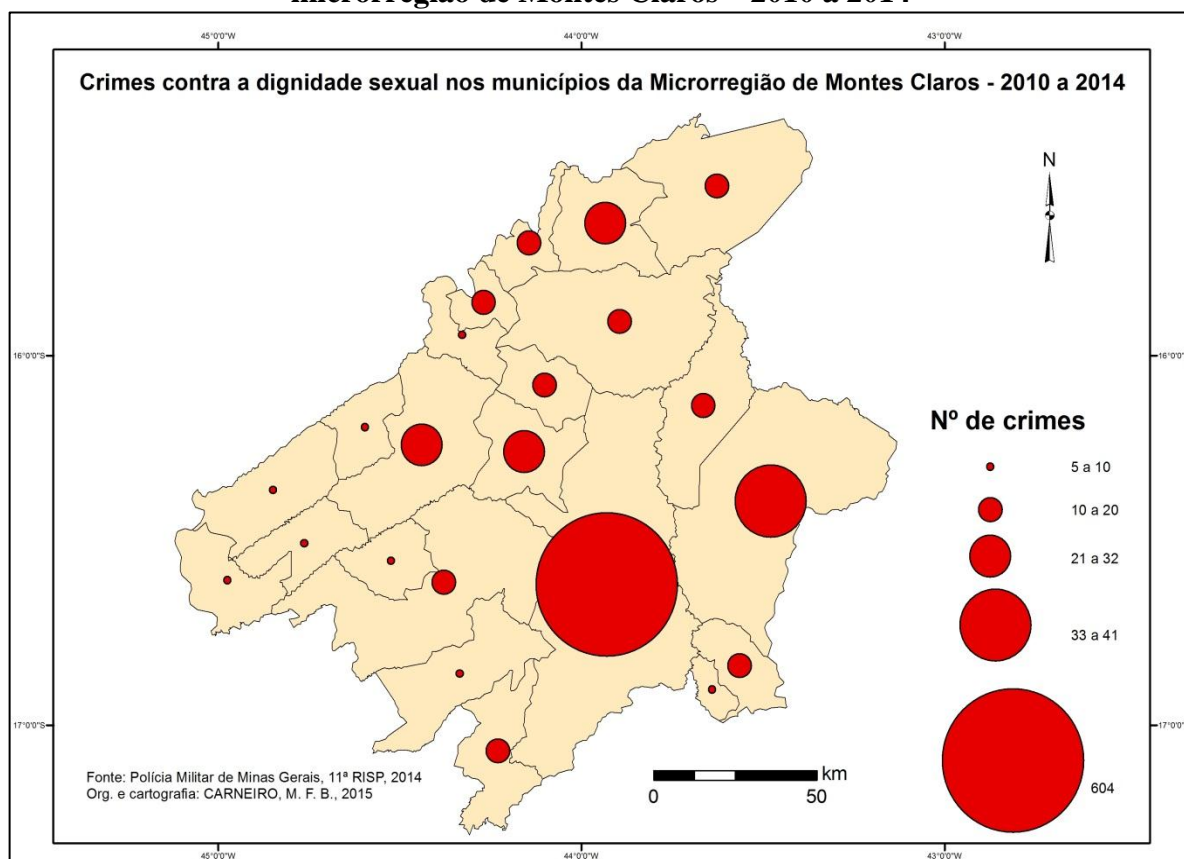
Tabela 9 – Crimes contra a dignidade sexual nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

MUNICÍPIOS	2010	2011	2012	2013	2014	Total	2010-2014 (% d0 Total)
Brasília de Minas	4	7	9	8	4	32	3,52
Campo Azul	0	1	0	4	0	5	0,55
Capitão Enéas	2	2	4	5	1	14	1,54
Claro dos Poções	0	2	2	4	3	11	1,21
Coração de Jesus	6	3	5	4	1	19	2,09
Francisco Sá	13	6	9	8	5	41	4,51
Glaucilândia	2	2	1	1	0	6	0,66
Ibiracatu	0	3	3	5	0	11	1,21
Japonvar	0	0	4	3	0	7	0,77
Juramento	3	1	2	3	3	12	1,32
Lontra	3	2	3	4	2	14	1,54
Luislândia	4	0	2	3	1	10	1,10
Mirabela	4	3	10	5	3	25	2,75
Montes Claros	151	98	122	146	87	604	66,45
Patis	3	5	3	2	0	13	1,43
Ponto Chique	0	0	3	4	0	7	0,77
São João da Lagoa	1	1	0	2	1	5	0,55
São João da Ponte	3	2	3	5	0	13	1,43
São João do Pacuí	1	3	3	2	0	9	0,99
Ubaí	2	1	3	1	1	8	0,88
Varzelândia	5	7	4	6	3	25	2,75
Verdelândia	3	1	6	6	1	17	1,87
Total Microrregião	210	150	201	232	116	909	100,00

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

Mapa 20 – Mapa dos crimes contra a dignidade sexual nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Conforme disposto na Tabela 10, observamos que, a taxa média de crescimento por intervalo de tempo dos crimes contra a dignidade sexual, nos municípios da microrregião, é negativa, isto é, -15%, assim como a taxa básica de crescimento foi igual a -44,76%, no período de 2010 a 2014.

Quanto às taxas de risco de ocorrência desses crimes, nota-se que apenas o município de Claro dos Poções apresentava taxa média de crescimento anual positiva, com valor igual 10%, com população total em torno de 7.775 habitantes. Esse município é o quarto município da microrregião com taxas de urbanização mais elevadas, igual a 67,54%, menor apenas que as porcentagens retratadas pelos municípios de Montes Claros, com 95,17% e população total de aproximadamente 361.915 habitantes, Capitão Enéas, com 81,09% e população igual a 14.206 e Mirabela, com taxa de 76,89% e 13.042 habitantes (TAB. 10 e MAPA 21).

Em relação aos outros 21 municípios da microrregião, com taxas médias de crescimento negativas para as ocorrências dos crimes contra a dignidade sexual, verifica-se que oito municípios mostraram taxas de -100% e os demais apresentaram taxas negativas crescentes, variando entre -30% e -1%. Dentre esses, Montes Claros apresenta taxa de -15%,

indicando uma redução da modalidade desses crimes em 2012, voltando a aumentar nos dois anos subsequentes e nova redução em 2014.

Tabela 10 – Taxas de risco dos crimes contra a dignidade sexual nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

MUNICÍPIOS	População Total	Taxa de Urbanização 2010 (%)	TAXAS DE RISCO					2010-2014
			2010	2011	2012	2013	2014	Tx. Média Cresc. (%)
Brasília de Minas	31.213	66,24	12,82	22,37	28,70	24,71	12,32	-1
Campo Azul	3.684	42,10	0,00	27,08	0,00	104,68	0,00	-100
Capitão Enéas	14.206	81,09	14,08	14,00	27,83	33,57	6,67	-17
Claro dos Poções	7.775	67,54	0,00	25,83	25,93	50,58	38,05	10
Coração de Jesus	26.033	56,72	23,05	11,51	19,17	14,88	3,71	-25
Francisco Sá	24.912	59,80	52,18	23,98	35,83	30,79	19,16	-22
Glaucilândia	2.962	35,38	67,52	67,18	33,42	32,29	0,00	-100
Ibiracatu	6.155	50,74	0,00	48,97	49,20	80,00	0,00	-100
Japonvar	8.298	36,76	0,00	0,00	48,01	34,89	0,00	-100
Juramento	4.113	55,24	72,94	24,21	48,24	69,96	69,65	-1
Lontra	8.397	67,05	35,73	23,66	35,27	45,35	22,52	-1
Luislândia	6.400	46,70	62,50	0,00	31,04	45,05	14,96	-30
Mirabela	13.042	76,89	30,67	22,94	76,24	36,89	22,06	-8
Montes Claros	361.915	95,17	41,72	26,77	32,95	37,83	22,30	-15
Patis	5.579	41,24	53,77	89,11	53,17	34,21	0,00	-100
Ponto Chique	3.966	65,08	0,00	0,00	74,74	96,13	0,00	-100
São João da Lagoa	4.656	52,30	21,48	21,39	0,00	41,17	20,49	-1
São João da Ponte	25.358	34,14	11,83	7,90	11,88	19,26	0,00	-100
São João do Pacuí	4.060	47,32	24,63	73,33	72,82	46,77	0,00	-100
Ubaí	11.681	48,50	17,12	8,51	25,39	8,16	8,11	-17
Varzelândia	19.116	46,58	26,16	36,63	20,93	30,49	15,24	-13
Verdelândia	8.346	57,06	35,95	11,85	70,40	67,61	11,15	-25
Microrregião	601.867	79,49	34,89	24,72	32,88	36,54	18,12	-15

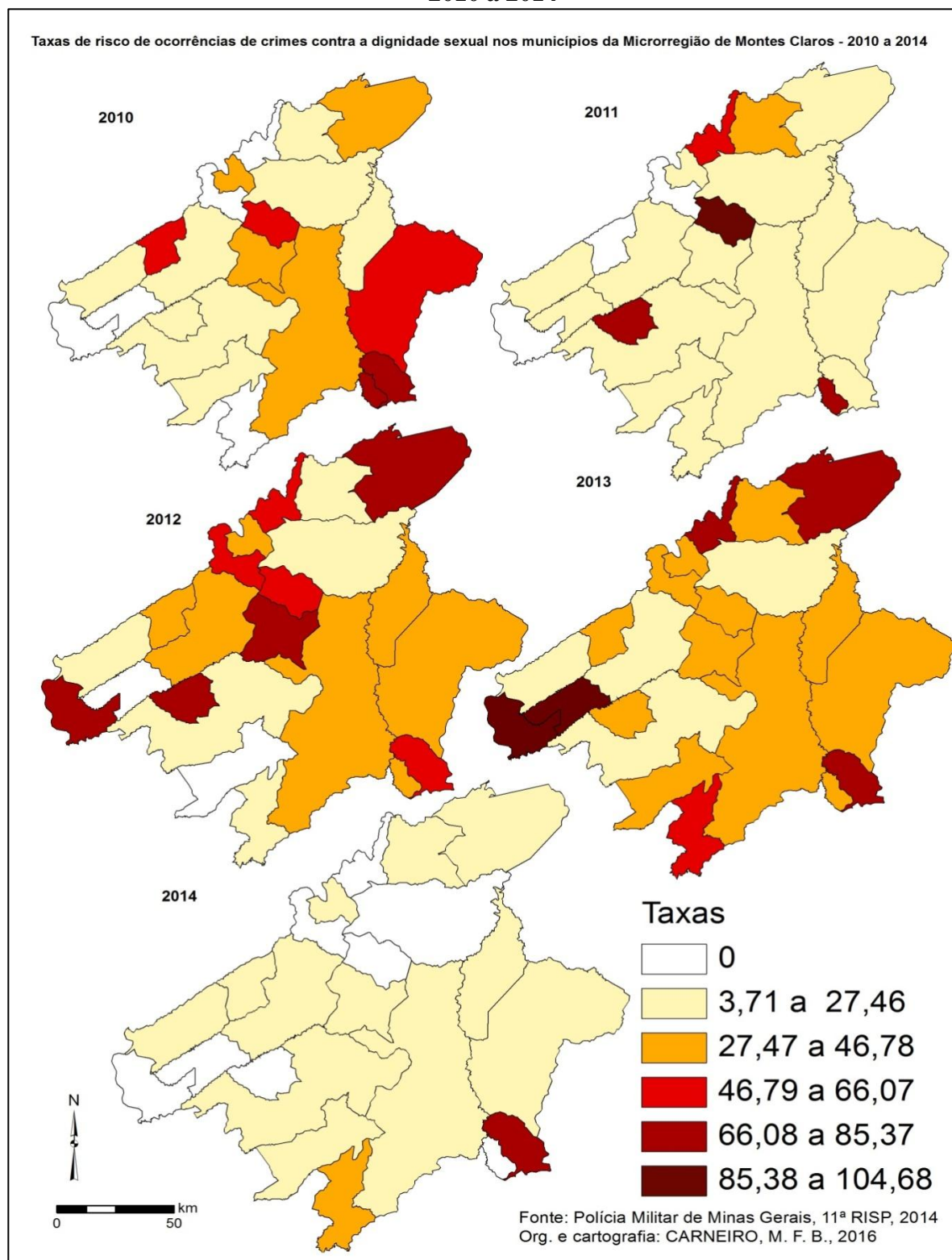
Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

A distribuição espacial da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra a dignidade sexual, representada no mosaico de mapas (MAPA 21), é relativamente heterogênea, com os municípios movimentando alternadamente, de um ano para o outro no período de 2010 a 2014, com taxas de riscos maiores ou menores.

Além disso, verifica-se que, exceto o ano de 2013, o qual foi o que apresentou municípios com as maiores taxas de risco, os demais anos apresentaram municípios com taxas de risco de frequência igual a zero, espacializados, nos mapas, da seguinte forma: cinco municípios em 2010, três em 2011, dois em 2012 e oito em 2014.

Mapa 21 – Mapa da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra a dignidade sexual nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptação do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

5.2.5 Crimes relacionados às drogas - CRD

Nesse subcapítulo, analisamos os resultados da pesquisa referentes aos crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas.

Ressaltamos que, essa modalidade de crime tem se tornado uma das mais preocupantes e visíveis formas de violência, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais brasileira na atualidade. Esse fenômeno, a cada dia vai se interiorizando, cada vez mais, em todas as regiões do país, complicando a vida cotidiana, tanto em regiões metropolitanas, quanto nos grandes, médios e pequenos centros urbanos, atingindo as áreas rurais.

No que se refere à microrregião de Montes Claros, observamos, de acordo com os dados da Polícia Militar de Minas Gerais - 11ª RISP (2014), que o número de ocorrências registrado tem sido bastante expressivo, conforme demonstrado na Tabela 11, onde o total de registros foi de 7.168 ocorrências, no período de 2010 a 2014.

Tabela 11 – Crimes relacionados às drogas na microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

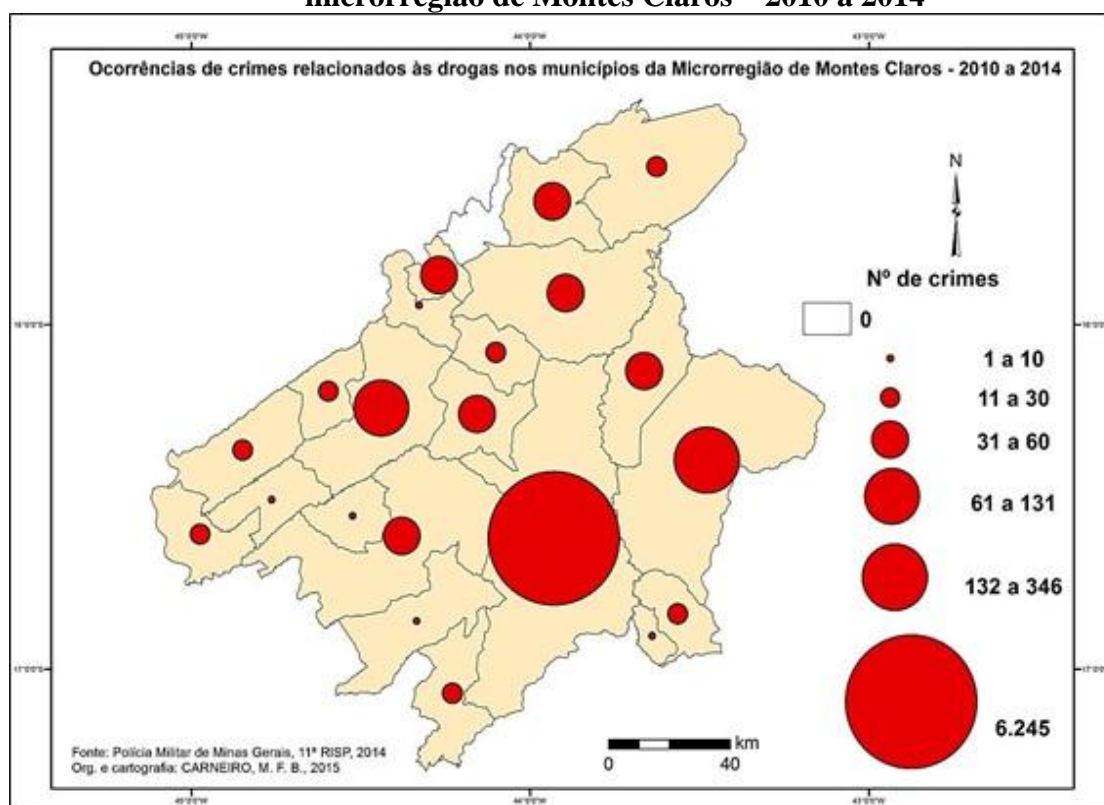
MUNICÍPIOS	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL	2010-2014 (% do Total)
Brasília de Minas	18	32	37	18	26	131	1,83
Campo Azul	0	0	0	0	1	1	0,01
Capitão Enéas	8	14	6	14	13	55	0,77
Claro dos Poções	0	2	12	10	3	27	0,38
Coração de Jesus	17	0	9	6	13	45	0,63
Francisco Sá	28	44	79	114	81	346	4,83
Glaucilândia	0	0	4	0	1	5	0,07
Ibiracatu	0	0	0	0	0	0	0
Japonvar	0	1	0	3	2	6	0,08
Juramento	14	2	2	0	4	22	0,31
Lontra	10	12	9	5	3	39	0,54
Luislândia	1	2	5	3	0	11	0,15
Mirabela	0	6	16	27	10	59	0,82
Montes Claros	994	1322	1654	1247	1028	6245	87,12
Patis	6	10	5	0	3	24	0,33
Ponto Chique	2	7	2	3	0	14	0,20
São João da Lagoa	0	1	2	0	3	6	0,08
São João da Ponte	6	2	1	17	11	37	0,52
São João do Pacuí	0	0	4	0	1	5	0,07
Ubaí	3	0	6	11	4	24	0,33
Varzelândia	6	4	11	16	11	48	0,67
Verdelândia	0	3	6	0	9	18	0,25
Total Microrregião	1113	1464	1870	1494	1227	7168	100,00

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

Percebe-se que, à exceção de Ibiracatu, que não apresentava nenhum registro, no período da análise, cinco outros municípios exibiam registros muito baixos, de um a 10 ocorrências, quais sejam, em ordem crescente: Campo Azul, Glaucilândia, São João do Pacuí, Japonvar e São João da Lagoa. A maioria dos municípios, num total de 13, apresentava diferentes registros na casa das dezenas de ocorrências distribuídos em dois intervalos de classes, sendo que sete destes integravam o segundo intervalo com valores entre 11 e 30 casos e seis apareciam no terceiro intervalo com 31 a 59 registros. Apenas Brasília de Minas mostrava 131 registros, Francisco Sá contava com 346 ocorrências e Montes Claros se destacava pelo elevado número de ocorrências, apresentando 6.245 registros, o que representa 87,12% do total de crimes relacionados às drogas ilícitas da microrregião, no período de 2010 a 2014 (MAPA 22).

Mapa 22 – Mapa dos crimes relacionados às drogas nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

A taxa média de crescimento dos crimes relacionados às drogas, por intervalos regulares de tempo, na microrregião de Montes Claros foi de 2%, enquanto a taxa básica de crescimento anual desses crimes foi igual a 10,24%.

Tabela 12 – Taxas de risco dos crimes relacionados às drogas nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014

MUNICÍPIOS	População Total	Taxa de Urbanização 2010	TAXAS DE RISCO					2010-2014
			2010	2011	2012	2013	2014	Tx. Média Cresc. (%)
Brasília de Minas	31.213	66,24	57,67	102,28	118,00	55,59	80,07	9
Campo Azul	3.684	42,10	0,00	0,00	0,00	0,00	26,10	26
Capitão Enéas	14.206	81,09	56,31	97,97	41,75	94,00	86,75	11
Claro dos Poções	7.775	67,54	0,00	25,83	155,60	126,44	38,05	10
Coração de Jesus	26.033	56,72	65,30	0,00	34,51	22,31	48,27	-7
Francisco Sá	24.912	59,80	112,40	175,89	314,54	438,75	310,32	29
Glaucilândia	2.962	35,38	0,00	0,00	133,69	0,00	32,11	-30
Ibiracatu	6.155	50,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Japonvar	8.298	36,76	0,00	12,03	0,00	34,89	23,20	18
Juramento	4.113	55,24	340,38	48,43	48,24	0,00	92,87	-28
Lontra	8.397	67,05	119,09	141,96	105,81	56,68	33,78	-27
Luislândia	6.400	46,70	15,63	31,14	77,60	45,05	0,00	-100
Mirabela	13.042	76,89	0,00	45,87	121,99	199,23	73,54	13
Montes Claros	361.915	95,17	274,65	361,07	446,77	323,14	263,45	-1
Patis	5.579	41,24	107,55	178,22	88,62	0,00	51,01	-17
Ponto Chique	3.966	65,08	50,43	175,39	49,83	72,10	0,00	-100
São João da Lagoa	4.656	52,30	0,00	21,39	42,60	0,00	61,48	30
São João da Ponte	25.358	34,14	23,66	7,90	3,96	65,48	42,42	16
São João do Pacuí	4.060	47,32	0,00	0,00	97,09	0,00	23,21	-30
Ubaí	11.681	48,50	25,68	0,00	50,77	89,81	32,46	6
Varzelândia	19.116	46,58	31,39	20,93	57,57	81,31	55,87	16
Verdelândia	8.346	57,06	0,00	35,56	70,40	0,00	100,37	30
MICRORREGIÃO	601.867	79,49	184,92	202,24	305,87	235,30	191,71	1

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

Quanto às taxas de risco de ocorrências desses crimes nos municípios e microrregião de Montes Claros, no período em análise, verifica-se que nove municípios apresentavam taxas médias de crescimento negativas, são eles, em ordem crescente: Luislândia e Ponto Chique com taxas de -100%, Glaucilândia e São João do Pacuí com taxas de -30%, Juramento com taxa de -28%, Lontra com -27%, Patis com -17%, Coração de Jesus com taxa de -7% e Montes Claros com taxa de -1% (TAB. 12).

Os 12 municípios que apresentaram taxas médias de crescimento de risco positivas, variando de 6% a 30% foram: Ubaí, Brasília de Minas, Claro dos Poções, Capitão Enéas, Mirabela, São João da Ponte e Varzelândia, Japonvar, Campo Azul, Francisco Sá, São João da Lagoa e Verdelândia. O município de Ibiracatu apresentou taxa de risco igual a zero e a microrregião mostrou taxa de média de crescimento de risco de apenas 1%.

No que diz respeito à evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas nos municípios da microrregião de

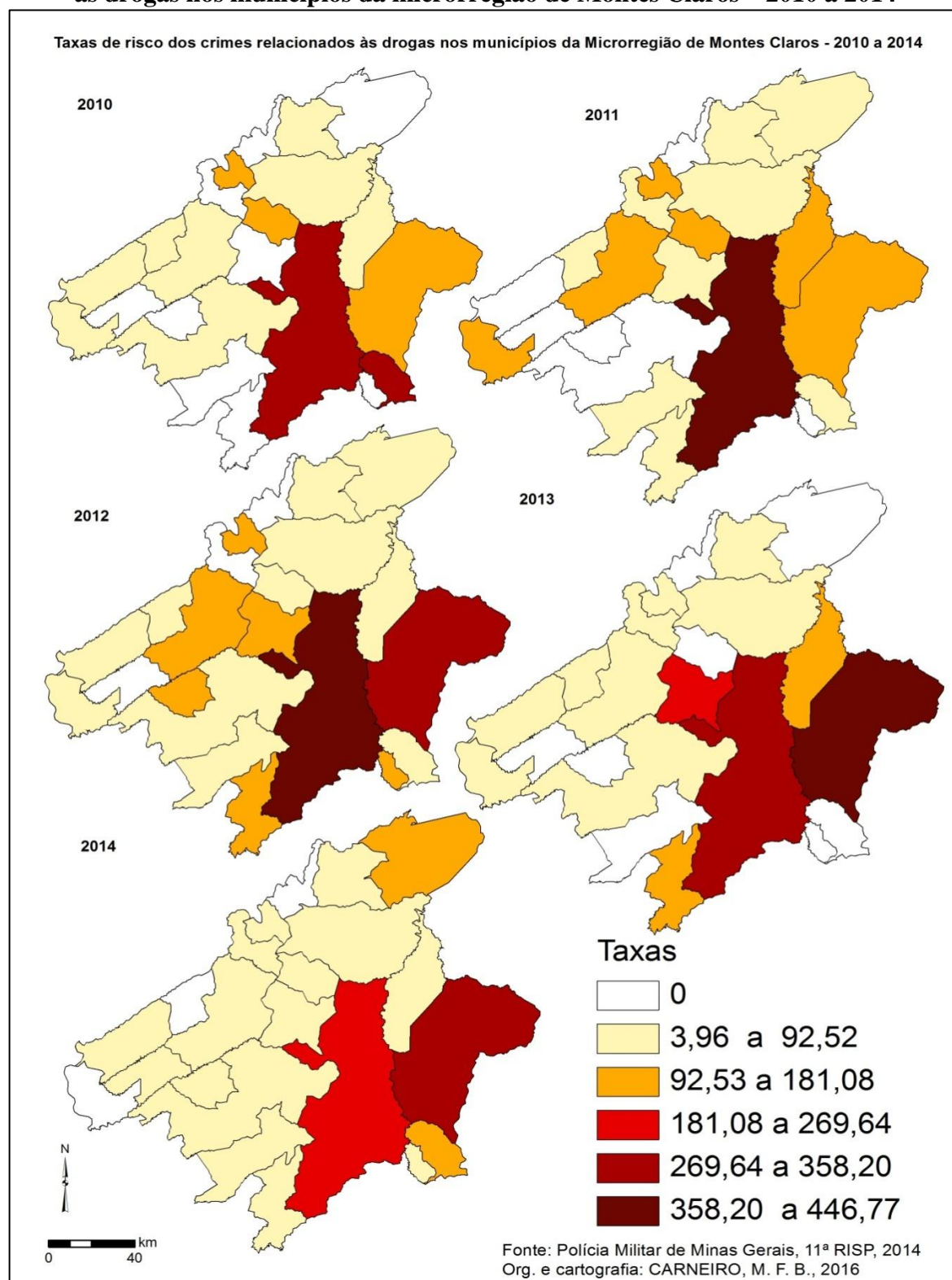
Montes Claros, no período de 2010 a 2014, percebe-se, como ocorreu em relação às outras modalidades de crimes já analisadas, um movimento oscilatório, ano a ano, de municípios ora apresentando frequência igual à zero, desta forma ficando isolados, ora exibindo taxas menores e integrando, principalmente, um dos dois primeiros intervalos de classes, também em movimentos alternados. Dessa forma, observa-se que, em 2010, apareceram nove municípios com taxa zero, em 2011, foram seis municípios, em 2012 caiu para três municípios, aumentando para oito em 2013 e reduzindo novamente para três em 2014 (MAPA 23).

Destaca-se que, apenas seis municípios apresentaram taxas de risco maiores, integrando, de forma alternada, a cada ano, os três últimos intervalos de classes, quais sejam: Juramento e Montes Claros em 2010, sendo que o 3º intervalo de classes ficou vazio; em 2011 Montes Claros, Francisco Sá, Patis e Ponto Chique, e o 4º intervalo vazio; em 2012 aparecem Montes Claros e Francisco Sá, enquanto o 3º intervalo ficou vazio; em 2013, notamos Francisco Sá, Montes Claros e Mirabela; por último, em 2014, observamos Montes Claros e Francisco Sá no 5º intervalo de classes e o 4º e 3º intervalos ficaram vazios. Os demais municípios oscilaram com taxas de risco menores figurando, alternadamente, nos dois primeiros intervalos de classes dos mapas de cada ano do período em análise.

Os seis municípios que apresentaram maiores taxas de risco de crimes relacionados às drogas, na microrregião de Montes Claros, representavam 68,71% da população total da microrregião, apresentando taxas de urbanização mais elevadas, variando de 55,24% a 95,17%, exceto Patis, que mostra taxa de 41,24%. Além disso, quatro deles têm condições socioeconômicas mais precárias, ou seja, Juramento, Mirabela, Patis e Ponto Chique. Entretanto, hoje, já estão integrados a uma rede de fluxos e de circulação, através de uma rede de rodovias pavimentadas, interligando todos os municípios da microrregião entre si e com outros municípios e regiões de Minas Gerais e do país, além dos meios de comunicação, especialmente a telefonia celular.

Hoje há novos problemas decorrentes do emaranhado de fluxos e circulação econômicos, culturais, políticas e de informações que marcam o mundo, cada vez mais globalizado, e as dinâmicas e os fluxos do tráfico de drogas ilegais têm contribuído bastante para agravar ainda mais os problemas, segundo informações da PMMG (2014), e, consequentemente, provocado a morte de um grande número de jovens envolvidos com o mesmo, como já exposto, e a microrregião de Montes Claros faz parte deste contexto.

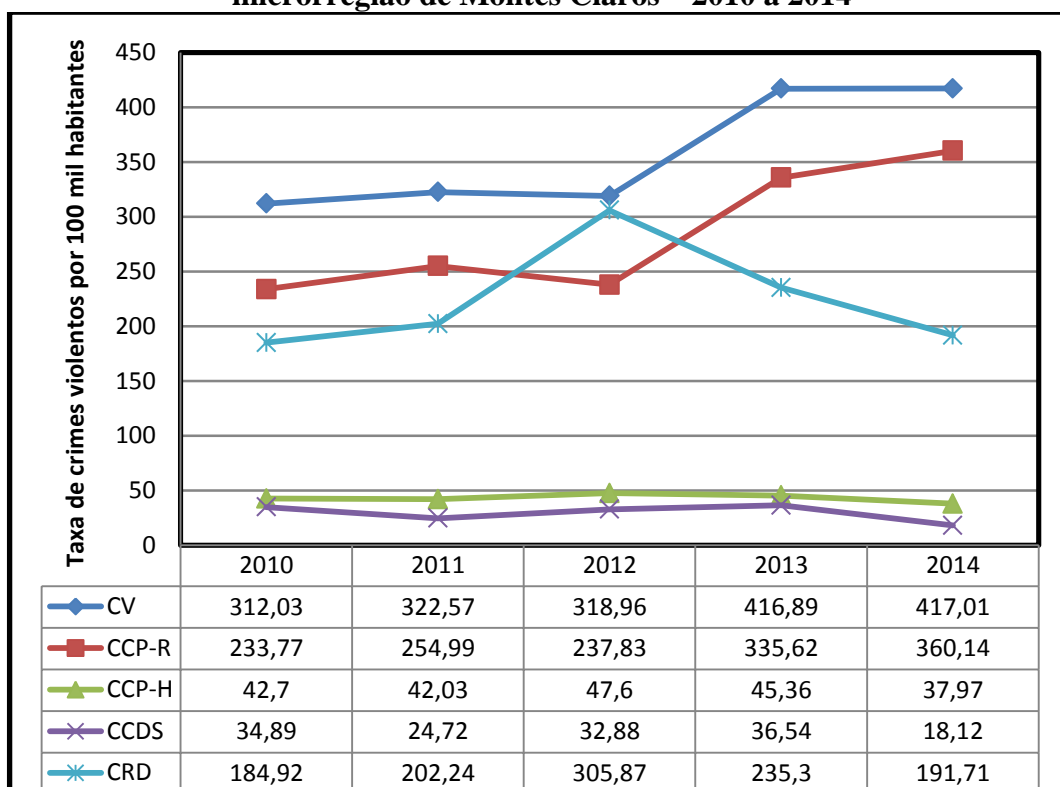
Mapa 23 – Mapas da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes relacionados às drogas nos municípios da microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Adaptado do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Em resumo, o Gráfico 1 mostra a evolução anual das taxas da criminalidade violenta por 100 mil habitantes na microrregião de Montes Claros, no período de 2010 a 2014. Pelos dados, percebemos que durante todo o período analisado, as taxas dos crimes violentos e dos crimes contra o patrimônio (roubos), foram as que tiveram maiores aumentos, se for considerado o ano de 2010 como base, apresentando taxas de crescimento acumulado no período equivalentes as 33,64% e 54,06% respectivamente. Estes crimes apresentaram ligeira queda em 2012, com taxas de 318,96 e 237,83 respectivamente, e retomada do crescimento de forma mais acentuada até 2014, quando apresentaram taxas de 417,01% e 360,14% cada. Notamos uma semelhança na evolução dessas duas naturezas de crimes, o que contribui para inferirmos que o crescimento dos crimes contra o patrimônio, ou seja, os roubos é que determinou a evolução do crescimento dos crimes violentos, em geral, na microrregião.

Gráfico 4 – Evolução da taxa anual dos crimes violentos por 100 mil habitantes na microrregião de Montes Claros – 2010 a 2014



Fonte: Dados da pesquisa.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2016.

Quanto aos crimes relacionados às drogas, verificamos um crescimento no período de 2010 a 2012 quando atingiu a maior taxa, equivalente a 305,87%, e que durante todo o período posterior, os indicadores apresentaram redução, com taxa de 235,3% em 2013 e 191,71% em 2014, apresentando um crescimento acumulado de aproximadamente 3,67% no

período em análise. Movimento semelhante pode ser observado na evolução das taxas anuais dos crimes contra a pessoa (homicídios) demonstrando haver uma relação entre estas naturezas de crimes. Entretanto, verificamos que os homicídios tiveram taxa de crescimento acumulado negativo, de menos 11,08%, no período.

No que diz respeito aos crimes contra a dignidade sexual, percebemos um crescimento oscilatório, com redução das taxas de 2010 para 2011, crescimento de 2011 até 2013 e nova redução em 2014, apresentando taxa de crescimento acumulado negativa equivalente a menos 48,07%.

Outro aspecto que consideramos importante ressaltar, em relação aos tipos ou naturezas de crimes violentos aqui analisados, diz respeito ao fato de que, nos municípios da microrregião onde ainda predomina a população rural, se destacaram com mais ocorrências, em primeiro lugar, os crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas e os crimes contra a dignidade sexual, seguidos, com menos ocorrências, pelos crimes contra o patrimônio (roubos) e por último os crimes contra a pessoa (homicídios). Por outro lado, quanto aos municípios mais urbanizados, predominaram em primeiro lugar, os crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas e os crimes contra o patrimônio (roubos), e em segundo lugar, destacaram os crimes contra a dignidade sexual e depois os homicídios.

Portanto, especialmente na última década, excetuando os crimes relacionados às drogas, nas áreas urbanas a criminalidade tem um caráter específico, isto é, há um predomínio de crimes contra o patrimônio, em detrimento das áreas rurais ou pouco urbanizadas, marcada por uma maior concentração de crimes contra a dignidade sexual, contra o patrimônio e em menor evidência o crime contra a pessoa. Para Felix (2002) tal fenômeno é caracterizado pela impessoalidade das relações urbanas, pelo afrouxamento dos mecanismos de controle social informal, pelo anonimato diante do grande número de pessoas, bem como pela fraca estrutura da vida familiar, enquanto no meio rural existe menor individualismo, forte identificação do grupo e mais mecanismos de controle social informais, desta forma, o crime se caracteriza por relações interpessoais conflitantes.

Beato Filho (1998, 2012), abordando a questão criminal nas cidades, salienta a hipótese de que a criminalidade violenta seria buscada na desigualdade de condições socioeconômicas, influência da privação que leva à frustração do indivíduo e, com isto, à violência. Esta abordagem, ao considerar variáveis como privação relativa e absoluta, coincide com as análises de Merton (1968) sobre os meios legítimos e ilegítimos de conquistar sucesso individual e *status* social.

Além disso, o crescimento dos crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas demonstra uma relação direta com a melhor integração dos municípios da microrregião entre si, especialmente com o município de Montes Claros, e com os demais municípios do Norte e Noroeste de Minas e com o Sul da Bahia, configurando uma rede geográfica conectada pela rede de rodovias, a maioria já pavimentada, como anteriormente mencionado, e pela facilidade de uso de meios de comunicações modernos como a telefonia celular e internet.

5.3 Fatores correlatos da criminalidade violenta

Neste subcapítulo correlacionamos as diferentes modalidades de crimes violentos com variáveis que buscam mensurar o contexto de oportunidades da ação criminosa, tais como PIB, Renda Per capita, Índice de GINI, IDHM e Taxa de pobreza.

As tabelas a seguir apresentam, de modo geral, índices de correlação fortes e seus resultados são coerentes com a primeira hipótese sugerida, ou seja, esperar-se-ia encontrar entre os municípios da microrregião em níveis mais avançados de desenvolvimento econômico, maior intensidade de criminalidade.

a) Crimes violentos

Como consta na Tabela 13, as taxas de crimes violentos, na microrregião de Montes Claros, para os anos de 2010 a 2014 guardam relação positiva e forte com as variáveis PIB, Renda Per capita e IDHM, sendo que a relação com a taxa de pobreza é negativa e mediana para o conjunto dos anos. Por outro lado, não se encontrou qualquer relação estatisticamente significativa com o índice de GINI. Ressalte-se, ainda, que a taxa de crescimento do número de crimes violentos entre 2010 e 2014 também não apresentou resultados estatisticamente significativos com as variáveis socioeconômicas analisadas.

Tabela 13– Coeficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes violentos/100.000 habitantes no período de 2010 a 2014

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON - TAXA DE CRIMES VIOLENTOS/100.000							
		TCV10	TCV11	TCV12	TCV13	TCV14	CCV1014
PIB10	Correlação de Pearson	0,947**	0,932**	0,851**	0,876**	0,872**	0,035
	Sig. (2-caudas)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,879
	N	22	22	22	22	22	22
REND10	Correlação de Pearson	0,873**	0,882**	0,740**	0,714**	0,787**	-0,034
	Sig. (2-caudas)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,881
	N	22	22	22	22	22	22
GINI10	Correlação de Pearson	0,182	0,210	0,099	0,024	0,021	-0,039
	Sig. (2-caudas)	0,418	0,349	0,661	0,917	0,928	0,864
	N	22	22	22	22	22	22
IDHM10	Correlação de Pearson	0,743**	0,744**	0,567**	0,557**	0,647**	-0,088
	Sig. (2-caudas)	0,000	0,000	0,006	0,007	0,001	0,697
	N	22	22	22	22	22	22
POBRE10	Correlação de Pearson	-0,606**	-0,612**	-0,505*	-0,517*	-0,621**	0,029
	Sig. (2-caudas)	0,003	0,002	0,016	0,014	0,002	0,900
	N	22	22	22	22	22	22
**. Correlação significativa a 0.01 (2-caudas).							
*. Correlação significativa a 0.05 (2-caudas).							

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

Os crimes violentos, em geral, correlacionam-se positivamente com todos os indicadores de contextos de oportunidades para a ação criminosa. Na maioria das vezes eles estão presentes nos municípios da microrregião que apresentaram taxas expressivas de urbanização, superior a 55%, e em cidades maiores, em que há presença significativa de atividades de serviços, de comércio e de empresas, além de maior adensamento populacional, especialmente em bairros com infraestrutura mais precária, ocupados por grande parcela dos habitantes socioeconomicamente excluídos, com isso, a desorganização social é mais intensa (FELIX, 2002). Além disso, a urbanização favorece o despertar, em maior quantidade de população, de diferentes e mais altas aspirações, independente da classe social, com isso coloca o indivíduo frente a processos desviantes, os quais podem leva-lo à criminalidade (PAIXÃO, 1983, 1990, 1993; FELIX, 2002).

b) Crimes contra o patrimônio - roubos

O exame da Tabela 14 indica que as taxas de roubos para os anos de 2010 a 2014 apresentam relação positiva e forte com as variáveis PIB, Renda Per capita e IDHM e a relação com a taxa de pobreza é negativa e mediana para o conjunto dos anos.

Neste sentido, percebemos que, quanto maior a taxa de pobreza, menor os crimes contra o patrimônio, o que corrobora com a hipótese em que se esperaria encontrar, entre os municípios em níveis mais avançados de desenvolvimento econômico, maior intensidade de criminalidade, pois estes apresentam um contexto de oportunidades para os autores dos crimes, além de se tratar de um problema típico de cidades maiores e mais desenvolvidas economicamente. Isso reforça os argumentos de Beato (1998, 2012), ao evidenciar que melhoria de indicadores socioeconômicos não contribui com a redução da criminalidade.

Não se verificou qualquer relação estatisticamente significativa com o índice de GINI. Dessa forma, consideramos que a desigualdade de renda é um condicionante pouco significativo para explicar as ocorrências criminais. Entre os autores que discutem esta questão, destacamos os estudos de Coelho (1988) ao criticar as tentativas de se associar pobreza e desigualdade socioeconômica como fatores que podem provocar a criminalidade.

Ressalta-se, ainda, que a taxa de crescimento da taxa de crimes contra o patrimônio, entre 2010 e 2014, também não apresentou resultados estatisticamente significativos em relação às variáveis socioeconômicas analisadas, razão pela qual ser consideradas condicionantes pouco significativas para explicar a incidência criminal.

Tabela 14 – Coeficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes contra o patrimônio/100.000 habitantes no período de 2010 a 2014

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON - TAXA DE ROUBOS/100.000							
		TR10	TR11	TR12	TR13	TR14	CR1014
PIB10	Correlação de Pearson	0,998**	0,992**	0,964**	0,946**	0,914**	-0,014
	Sig. (2-caudas)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,952
	N	22	22	22	22	22	22
REND10	Correlação de Pearson	0,883**	0,911**	0,843**	0,835**	0,811**	-0,098
	Sig. (2-caudas)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,665
	N	22	22	22	22	22	22
GINI10	Correlação de Pearson	0,174	0,175	0,109	0,125	0,054	-0,086
	Sig. (2-caudas)	0,439	0,436	0,628	0,581	0,812	0,705
	N	22	22	22	22	22	22
IDHM10	Correlação de Pearson	0,707**	0,739**	0,668**	0,692**	0,662**	-0,186
	Sig. (2-caudas)	0,000	0,000	0,001	0,000	0,001	0,406
	N	22	22	22	22	22	22
POBRE10	Correlação de Pearson	-0,588**	-0,636**	-0,587**	-0,575**	-0,604**	0,073
	Sig. (2-caudas)	0,004	0,001	0,004	0,005	0,003	0,747
	N	22	22	22	22	22	22

****.** Correlação significativa a 0.01 (2-caudas).

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

c) Crimes contra a pessoa – homicídios

A análise da Tabela 15 indica que as taxas de homicídio para o ano de 2010 apresenta relação positiva e mediana com a variável PIB, e positiva para variável renda per capita nos anos 2010 e 2011. A correlação diz que as maiores concentrações de crimes contra a pessoa correspondem às áreas economicamente mais deprimidas.

Não se verificou qualquer relação linear estatisticamente significativa com o índice de IDHM, GINI e taxa de pobreza. Entretanto, nota-se que quanto maior o IDHM, menor a incidência de crimes contra a pessoa.

Ressalte-se, ainda, que a taxa de crescimento do número de taxa de homicídios, entre 2010 e 2014, também não apresentou resultados estatisticamente significativos com as variáveis socioeconômicas analisadas, daí serem considerados, em geral, como condicionantes pouco significativos para explicar a incidência criminal.

O que se observa é uma baixa variação das taxas de crimes contra a pessoa entre os municípios da microrregião.

Tabela 15– Coeficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes contra a pessoa/100.000 habitantes no período de 2010 a 2014

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON - TAXA DE HOMICÍDIOS/100.000							
		TH10	TH11	TH12	TH13	TH14	CH1014
PIB10	Correlação de Pearson	0,460*	0,397	0,389	0,305	0,294	-0,041
	Sig. (2-caudas)	0,031	0,067	0,073	0,168	0,185	0,855
	N	22	22	22	22	22	22
REND10	Correlação de Pearson	0,449*	0,446*	0,267	0,065	0,172	-0,188
	Sig. (2-caudas)	0,036	0,037	0,231	0,773	0,445	0,402
	N	22	22	22	22	22	22
GINI10	Correlação de Pearson	0,117	0,082	-0,013	-0,200	0,010	-0,026
	Sig. (2-caudas)	0,603	0,717	0,955	0,372	0,964	0,910
	N	22	22	22	22	22	22
IDHM10	Correlação de Pearson	0,372	0,394	0,186	-0,093	0,052	-0,388
	Sig. (2-caudas)	0,089	0,070	0,406	0,681	0,817	0,075
	N	22	22	22	22	22	22
POBRE10	Correlação de Pearson	-0,322	-0,383	-0,161	-0,047	-0,085	0,244
	Sig. (2-caudas)	0,145	0,079	0,473	0,835	0,707	0,273
	N	22	22	22	22	22	22
**. Correlação significativa a 0.01 (2-caudas).							
*. Correlação significativa a 0.05 (2-caudas).							

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

d) Crimes contra a dignidade sexual – estupro

A análise da Tabela 16 indica que as taxas de estupro não apresentam qualquer relação linear estatisticamente significativa com o índice de IDHM, o de GINI, o PIB, a renda per capita e taxa de pobreza. Salienta-se que a taxa de crescimento do índice de estupro entre 2010 e 2014, também, não apresentou resultados estatisticamente significativos com as variáveis socioeconômicas analisadas, exceto uma relação mediana e positiva com o IDHM em 2014 e negativa com a taxa de pobreza também em 2014.

Observa-se que, pelo fato da distribuição espacial da evolução das taxas de risco de ocorrências de crimes contra a dignidade sexual ser heterogênea e discrepante, movimentando alternadamente entre os municípios com taxas de riscos maiores ou menores de um ano para o outro, no período de 2010 a 2014, tais crimes não apresentaram resultados estatisticamente significativos.

Tabela 16– Coeficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes contra a dignidade sexual por 100.000 habitantes no período de 2010 a 2014

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON - TAXA DE ESTUPROS/100.000							
		TE10	TE11	TE12	TE13	TE14	CE1014
PIB10	Correlação de Pearson	0,133	-0,016	-0,059	-0,092	0,124	-0,010
	Sig. (2-caudas)	0,556	0,943	0,794	0,685	0,582	0,964
	N	22	22	22	22	22	22
REND10	Correlação de Pearson	0,234	0,034	0,017	-0,146	0,345	0,038
	Sig. (2-caudas)	0,295	0,880	0,940	0,515	0,115	0,868
	N	22	22	22	22	22	22
GINI10	Correlação de Pearson	0,064	0,179	0,070	-0,195	-0,237	-0,306
	Sig. (2-caudas)	0,776	0,427	0,756	0,386	0,288	0,166
	N	22	22	22	22	22	22
IDHM10	Correlação de Pearson	0,355	0,122	-0,047	-0,132	0,452*	0,113
	Sig. (2-caudas)	0,105	0,590	0,836	0,557	0,034	0,616
	N	22	22	22	22	22	22
POBRE10	Correlação de Pearson	-0,237	0,039	0,003	-0,018	-0,607**	-0,268
	Sig. (2-caudas)	0,288	0,865	0,990	0,935	0,003	0,228
	N	22	22	22	22	22	22
*. Correlação significativa a 0.05 (2-caudas).							
**. Correlação significativa a 0.01 (2-caudas).							

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

e) Crimes relacionados às drogas

Verifica-se na Tabela 17 que, as taxas referentes ao tráfico e consumo de drogas, para os anos de 2010 a 2014, guardam relação positiva e forte com as variáveis PIB, positiva e mediana para renda per capita e para o IDHM, sendo que a relação com a taxa de pobreza é negativa e mediana para o conjunto dos mesmos anos. Por outro lado, não se encontrou qualquer relação estatisticamente significativa com o índice de GINI. Ressalte-se, ainda, que a taxa de crescimento do tráfico e consumo de drogas entre 2010 e 2014, também, não apresentou resultados estatisticamente significativos com as variáveis socioeconômicas em questão.

Tabela17– Coeficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes relacionados às drogas /100.000 habitantes no período de 2010 a 2014

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON - TAXAS DE CRIMES RELACIONADOS ÀS DROGAS/100.000							
		TD10	TD11	TD12	TD13	TD14	CD1014
PIB10	Correlação de Pearson	0,539**	0,731**	0,762**	0,515*	0,596**	0,037
	Sig. (2-caudas)	0,010	0,000	0,000	0,014	0,003	0,870
	N	22	22	22	22	22	22
REND10	Correlação de Pearson	0,608**	0,716**	0,860**	0,595**	0,655**	0,050
	Sig. (2-caudas)	0,003	0,000	0,000	0,004	0,001	0,825
	N	22	22	22	22	22	22
GINI10	Correlação de Pearson	-0,060	0,103	0,241	0,172	0,134	0,146
	Sig. (2-caudas)	0,791	0,649	0,281	0,445	0,551	0,516
	N	22	22	22	22	22	22
IDHM10	Correlação de Pearson	0,581**	0,587**	0,790**	0,512*	0,572**	-0,031
	Sig. (2-caudas)	0,005	0,004	0,000	0,015	0,005	0,891
	N	22	22	22	22	22	22
POBRE10	Correlação de Pearson	-0,636**	-0,569**	-0,649**	-0,442*	-0,533*	0,056
	Sig. (2-caudas)	0,001	0,006	0,001	0,039	0,011	0,804
	N	22	22	22	22	22	22
**. Correlação significativa a 0.01 (2-caudas).							
*. Correlação significativa a 0.05 (2-caudas).							

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

f) Correlação entre as taxas referentes às drogas/100.000 habitantes x demais modalidades de crimes

O exame da Tabela 18 indica que a taxa de crimes violentos apresentou correlação positiva e forte com as ocorrências de tráfico de drogas para os anos 2010, 2011 e 2013, e não foi significativa para a TCV12 com a TD10, o mesmo aconteceu com a TCV14. Entretanto, verificou-se que a taxa de crimes violentos entre 2010 e 2014 não apresentou resultados estatisticamente significativos em correlação com a taxa de tráfico e consumo de drogas.

A correlação entre a taxa de roubos e a taxa de tráfico e consumo de drogas é positiva e mediana para os anos avaliados, exceto, a taxa de roubo em 2014, o que está de acordo com o que propõe a segunda hipótese, isto é, em decorrência do estigma social, dos conflitos interpessoais inerentes e da natureza ilegal do comércio de drogas, era de se esperar encontrar uma maior incidência de crimes contra a pessoa nos municípios onde os crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas é maior. Deste modo, verifica-se que a taxa de crimes

contra a pessoa (os homicídios) aumenta, quando a taxa de tráfico e consumo de drogas também aumenta (CANO e RIBEIRO, 2008).

Não houve efeito significativo nos anos 2012, 2013, 2014 entre a taxa de homicídio e taxa de tráfico de drogas, o mesmo ocorreu para o conjunto dos anos. Entretanto, a Th10 apresentou correlação mediana e positiva com a taxa de tráfico de drogas nos anos 2011, 2012, 2013 e 2014. Apresentou o mesmo comportamento a TH11 com a taxa de tráfico de drogas em 2011 e 2012.

A taxa de estupros apresentou correlação positiva com a taxa de tráfico de drogas apenas no ano 2010 e 2014. Os demais anos e conjunto dos anos não apresentaram valores estatisticamente significativos.

Tabela 18– Coeficiente de correlação de Pearson – Taxas de crimes relacionados às drogas /100.000 habitantes X demais modalidades de crimes, 2010-2014

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON - TAXA DE TRÁFICO DE DROGAS/100.000 X DEMAIS MODALIDADES DE CRIME							
		TD10	TD11	TD12	TD13	TD14	CD1014
TCV10	Correlação de Pearson	0,636**	0,767**	0,834**	0,570**	0,704**	0,049
	Sig. (2-caudas)	0,001	0,000	0,000	0,006	0,000	0,829
	N	22	22	22	22	22	22
TCV11	Correlação de Pearson	0,545**	0,728**	0,790**	0,468**	0,578**	0,032
	Sig. (2-caudas)	0,009	0,000	0,000	0,028	0,005	0,887
	N	22	22	22	22	22	22
TCV12	Correlação de Pearson	0,422	0,657**	0,700**	0,570**	0,636**	0,070
	Sig. (2-caudas)	0,050	0,001	0,000	0,006	0,001	0,757
	N	22	22	22	22	22	22
TCV13	Correlação de Pearson	0,431*	0,698**	0,707**	0,504*	0,639**	0,048
	Sig. (2-caudas)	0,045	0,000	0,000	0,017	0,001	0,832
	N	22	22	22	22	22	22
TCV14	Correlação de Pearson	0,418	0,617**	0,786**	0,579**	0,699**	0,143
	Sig. (2-caudas)	0,053	0,002	0,000	0,005	0,000	0,525
	N	22	22	22	22	22	22
CCV1014	Correlação de Pearson	-0,164	-0,104	-0,007	0,035	0,226	0,239
	Sig. (2-caudas)	0,467	0,644	0,975	0,877	0,313	0,284
	N	22	22	22	22	22	22
TR10	Correlação de Pearson	0,533*	0,730**	0,767**	0,527*	0,606**	0,040
	Sig. (2-caudas)	0,011	0,000	0,000	0,012	0,003	0,860
	N	22	22	22	22	22	22
TR11	Correlação de Pearson	0,560**	0,728**	0,772**	0,513*	0,595**	0,009
	Sig. (2-caudas)	0,007	0,000	0,000	0,015	0,003	0,968
	N	22	22	22	22	22	22
TR12	Correlação de Pearson	0,529*	0,723**	0,760**	0,582**	0,676**	0,099
	Sig. (2-caudas)	0,011	0,000	0,000	0,005	0,001	0,661
	N	22	22	22	22	22	22
TR13	Correlação de Pearson	0,500*	0,748**	0,824**	0,623**	0,718**	0,148
	Sig. (2-caudas)	0,018	0,000	0,000	0,002	0,000	0,510
	N	22	22	22	22	22	22
TR14	Correlação de Pearson	0,405	0,675**	0,816**	0,596**	0,687**	0,127
	Sig. (2-caudas)	0,061	0,001	0,000	0,003	0,000	0,572
	N	22	22	22	22	22	22

Continua

Conclusão

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO DE PEARSON - TAXA DE TRÁFICO DE DROGAS/100.000 X DEMAIS MODALIDADES DE CRIME							
		TD10	TD11	TD12	TD13	TD14	CD1014
CR1014	Correlação de Pearson	-0,106	-0,002	0,144	0,252	0,399	0,355
	Sig. (2-caudas)	0,638	0,994	0,524	0,258	0,066	0,105
	N	22	22	22	22	22	22
TH10	Correlação de Pearson	0,373	0,546**	0,558**	0,494*	0,584**	0,211
	Sig. (2-caudas)	0,087	0,009	0,007	0,020	0,004	0,347
	N	22	22	22	22	22	22
TH11	Correlação de Pearson	0,292	0,486*	0,488*	0,367	0,386	0,140
	Sig. (2-caudas)	0,188	0,022	0,021	0,093	0,076	0,535
	N	22	22	22	22	22	22
TH12	Correlação de Pearson	-0,025	0,178	0,310	0,398	0,414	0,230
	Sig. (2-caudas)	0,913	0,429	0,161	0,067	0,055	0,304
	N	22	22	22	22	22	22
TH13	Correlação de Pearson	-0,038	0,202	0,145	0,054	0,262	0,024
	Sig. (2-caudas)	0,866	0,366	0,518	0,813	0,238	0,917
	N	22	22	22	22	22	22
TH14	Correlação de Pearson	-0,114	0,028	0,207	0,170	0,334	0,278
	Sig. (2-caudas)	0,614	0,902	0,354	0,450	0,128	0,211
	N	22	22	22	22	22	22
CH1014	Correlação de Pearson	-0,317	-0,291	-0,228	-0,026	-0,066	0,304
	Sig. (2-caudas)	0,150	0,189	0,307	0,907	0,770	0,169
	N	22	22	22	22	22	22
TE10	Correlação de Pearson	0,518*	0,232	0,381	0,138	0,354	-0,137
	Sig. (2-caudas)	0,014	0,300	0,080	0,539	0,106	0,544
	N	22	22	22	22	22	22
TE11	Correlação de Pearson	0,020	0,040	0,133	-0,181	-0,035	0,004
	Sig. (2-caudas)	0,929	0,858	0,555	0,421	0,878	0,987
	N	22	22	22	22	22	22
TE12	Correlação de Pearson	0,046	0,170	0,073	0,020	-0,034	-0,303
	Sig. (2-caudas)	0,838	0,449	0,745	0,928	0,882	0,170
	N	22	22	22	22	22	22
TE13	Correlação de Pearson	0,019	0,004	-0,207	-0,253	-0,218	-0,428*
	Sig. (2-caudas)	0,935	0,985	0,356	0,256	0,330	0,047
	N	22	22	22	22	22	22
TE14	Correlação de Pearson	0,649**	0,135	0,261	0,205	0,305	-0,134
	Sig. (2-caudas)	0,001	0,550	0,240	0,361	0,167	0,552
	N	22	22	22	22	22	22
CE1014	Correlação de Pearson	0,086	0,019	-0,125	0,001	-0,077	-0,148
	Sig. (2-caudas)	0,704	0,934	0,580	0,998	0,735	0,512
	N	22	22	22	22	22	22
**. Correlação significativa a 0.01 (2-caudas).							
*. Correlação significativa a 0.05 (2-caudas).							

Fonte: Adaptada do Armazém de dados da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – 11ª RISP, 2014.

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2014.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos ocuparmos com um tema tão complexo como o proposto nessa pesquisa a primeira consideração que fazemos é que, para uma melhor compreensão da dinâmica e evolução da criminalidade violenta, as abordagens espaciais têm, cada vez mais, ganhado relevância, constituindo uma variável muito importante. Por essa razão, a microrregião de Montes Claros foi adotada como objeto de nosso estudo sobre a criminalidade violenta, explorando os seus fatores correlatos, no período de 2010 a 2014. A seguir, apresentamos outras considerações sobre o desenvolvimento do estudo em seu conjunto, porém, procurando não repetirmos o que já foi exposto no formato de um resumo empobrecido e repetitivo.

Percebemos que um trabalho analítico de uma realidade tão complexa como o recrudescimento da criminalidade violenta, com o qual vivenciamos no nosso cotidiano, pode ser de grande contribuição para diversos ramos da ciência, especialmente para a Geografia, e para a sociedade em geral.

Desse modo, pensamos uma metodologia que privilegiasse tanto o conhecimento científico, epistemológico, quanto empírico, fundamentando o estudo através da capacidade explicativa dos conceitos, rompendo com o senso comum, contudo, sem transferi-los diretamente para o estudo de caso analisado. Além disso, realizamos análises estatísticas dos dados referentes à criminalidade violenta e seus fatores correlatos, com o intuito de compreender a evolução deste fenômeno, bem como a grande relevância da incidência dos crimes relacionados às drogas ilícitas nos municípios da microrregião e na vida dos seus habitantes.

Nesse sentido, para entender a importância, a grande complexidade e o significado da violência, do crime e criminalidade violenta investigamos um referencial teórico-conceitual resultante de estudos de inúmeros autores nacional e internacionais sobre esses temas, além de buscarmos nos embasar em diversas construções teóricas que têm procurado explicar a maior ou menor propensão de indivíduos para o crime e os fatores mais expressivos como condicionantes da criminalidade violenta, com isso, fundamentar as nossas análises sobre esse multifacetado fenômeno na microrregião de Montes Claros. Da mesma forma, verificamos a importância de entender que a criminalidade violenta se manifesta conforme padrões espaciais específicos e com intensidades diversificadas, recorrendo aos esclarecimentos relativos à dimensão espacial dado pela Geografia do crime.

Destacamos que, por se tratar de um estudo de caráter regional, nos embasamos em alguns estudos de autores que discutem os conceitos e significados de região e regionalização,

com o propósito de entender a importância dessa categoria espacial e para elucidar sobre os critérios adotados pelo IBGE para definir o recorte espacial escolhido como objeto desse estudo, ou seja, a microrregião. Além disso, tendo como base ideias de diversos autores, fizemos algumas reflexões sobre redes geográficas, considerando que estas são parte fundamental da espacialidade humana. Dessa forma, percebe-se que as redes foram de grande importância para os nossos propósitos, especialmente no que se refere aos movimentos que contribuíram para as transformações socioeconômicas, políticas e culturais intra e inter-regionais, bem como para a circulação do tráfico de drogas ilícitas na microrregião de Montes Claros, acentuando os problemas relacionados à criminalidade violenta.

Neste contexto, apresentamos uma caracterização da microrregião de Montes Claros, quando procuramos identificar suas potencialidades naturais, as transformações históricas do/no seu espaço físico, socioeconômico, político e cultural, suas as disparidades socioeconômica se suas limitações, de modo que não fosse uma mera descrição da realidade, mas que servisse de suporte para as análises geográficas da criminalidade violenta regional. Para tanto, analisamos, ainda, algumas variáveis demográficas, econômicas e sociais que consideramos relevantes para entender a evolução da criminalidade violenta.

Ressaltamos que as transformações que vêm ocorrendo no espaço físico da microrregião, em função das intensas mudanças nas formas de uso e ocupação da terra e dos seus recursos naturais, têm propiciado a degradação ambiental e na vida de grande parte dos seus habitantes. Tais acontecimentos, juntamente com outros fatores, tais como adensamento populacional, urbanização, desigualdades socioeconômicas etc., têm contribuído para a desorganização social e, dessa forma, gerado as condições para o recrudescimento da criminalidade violenta na microrregião.

Na sequência, apresentamos as análises geográficas da criminalidade violenta. Assim, percebemos que os expressivos números de crimes violentos registrados, no período de 2010 a 2014, refletem a desorganização social caracterizada pelo processo de urbanização ocorrido na microrregião de Montes Claros, com seus desdobramentos nas desigualdades socioeconômicas, na exclusão social, no desemprego estrutural, na insuficiência de infraestrutura básica, bem como na falta de uma educação de qualidade, de atenção à saúde, lazer e cultura, além da segurança pública deficiente, de forma a atender os interesses e necessidades de uma grande parcela da população local. Além de tudo isso, o tráfico de drogas tem contribuído enormemente para intensificar a criminalidade nos últimos anos, principalmente os homicídios de pessoas envolvidas com o consumo e o tráfico das mesmas.

Nesse sentido, observamos que a associação entre o processo de urbanização, tamanho populacional, juntamente com os níveis de desigualdade socioeconômica e diversas taxas de criminalidade violenta, bem como taxas de crimes de diferentes naturezas, aqui analisadas, podem ser parcialmente justificadas ao tomarmos como referência as argumentações de Paixão (1983) e Felix (2002) quando eles afirmam que os centros urbanos, objetos de intensos movimentos migratórios, são lugares de confrontos de valores culturais, desorganização social e, conseqüentemente, fraca coesão social.

Assim, a intensificação do processo de urbanização leva à concentração de grande parcela da população migrante de áreas rurais e pequenas localidades nas periferias dos centros urbanos maiores, submetendo-a a condições de vida precárias e desorganização social. Desta forma, fomentando privações socioeconômicas e frustrações em relação ao acesso a bens de consumo e enfraquecendo os mecanismos de controle social formal e informal. Além disso, a cidade, pela maior concentração populacional, caracteriza-se como o espaço das oportunidades para atos criminosos, seja pela quantidade de alvos ou pelo anonimato que a vida urbana oferece (PAIXÃO, 1983, 1988; ZALUAR, 1985; PEZZIN, 1986; COELHO, 1988; SAMPSON e GROVES, 1989; MIETHE, HUGHES e McDOWALL, 1991; WARNER e PIERCE, 1993; KAHN E BARBOSA, 2000; BEATO FILHO e REIS, 2000; SAPORI e WANDERLEY, 2001; CANO e SANTOS, 2001; FELIX, 2002, 2003; CERQUEIRA e LOBÃO, 2003, 2004; DINIZ, 2005a; DINIZ e BATELLA, 2004; dentre outros).

Na atualidade, os municípios da microrregião de Montes Claros refletem o processo de urbanização, o qual tem sido intensificado pela melhoria das redes de fluxos, especialmente da rede de rodovias asfaltadas e de telefonia celular, facilitando maior interação intra e inter-regionais. Diante disso, verificamos que na microrregião a violência, especialmente a criminalidade violenta, não acontece num lugar específico. Ela está presente tanto nos bairros com melhor infraestrutura, quanto nas periferias urbanas com condições de vida precárias, nos maiores e menores centros urbanos e, até mesmo, nas áreas rurais, perpassando pelas diversas classes sociais.

Os resultados da análise revelam que, dentre as modalidades de crimes em questão, os crimes contra o patrimônio são os que apresentaram maior heterogeneidade na distribuição espacial, enquanto os crimes contra a pessoa e contra a dignidade sexual são as modalidades que se encontravam um pouco mais homogeneamente concentradas espacialmente. Dessa forma, verificamos, também, que em muitos casos essa diferenciação na distribuição espacial está relacionada aos principais fatores condicionantes da criminalidade, tais como o tamanho

populacional, urbanização, indicadores socioeconômicos e de infraestrutura urbana e regional, como a rede de rodovias.

As análises das variáveis que buscam mensurar o contexto de oportunidades da ação criminosa, tais como PIB, Renda Per capita, Índice de GINI, IDHM e Taxa de pobreza, isto é, fatores correlatos às taxas das diferentes naturezas de crimes violentos, mostraram que os resultados são coerentes com as hipóteses sugeridas. No que diz respeito à primeira hipótese encontramos, entre os municípios da microrregião em níveis mais avançados de desenvolvimento econômico, maior intensidade de criminalidade violenta. Quanto à segunda hipótese nossos resultados apontam, também, que encontramos uma maior incidência de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, nos municípios onde os crimes relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas é maior. Deste modo, verificamos que a taxa de crimes contra a pessoa (os homicídios) aumentaram, quando a taxa de tráfico e consumo de drogas também aumentaram.

Embora alguns índices de criminalidade da microrregião venham caindo ao longo dos últimos anos, tais como os índices de homicídios e crimes relacionados às drogas, eles ainda estão em patamares altos. Compreender os motivos que possam ter colaborado para esta redução, ou para a continuidade do crescimento de índices como o de crimes contra o patrimônio é um ponto importante de contribuição aos formuladores de políticas públicas.

Percebemos que se torna urgente a elaboração de políticas que envolvam um número maior de atores comprometidos com a redução da criminalidade e, com isto, apresentar resultados positivos para a comunidade, concomitante com um maior investimento na prevenção do crime, através de políticas públicas de longo prazo, bem como para institucionalização de práticas de envolvimento com a comunidade e fortalecimento dos laços de controle social.

Esperamos que esse trabalho tenha conseguido demonstrar a importância da análise espacial nos estudos da criminalidade violenta. Acreditamos que esta metodologia poderá auxiliar na implantação de estratégias e ações de combate e controle do crime, se utilizada por órgãos e/ou instituições ligadas à segurança pública, auxiliando no planejamento, nas atuações policiais e de agentes de segurança, bem como em futuras intervenções por parte dos gestores públicos, especialmente na elaboração de políticas de controle e combate do avanço desse fenômeno. Além disto, os resultados apresentados pela pesquisa, também, podem abrir um leque de opções para pesquisadores e indivíduos da sociedade civil ligados, de alguma forma, aos estudos da violência e da criminalidade em geral.

Diante do exposto, consideramos que é bastante relevante a ausência, muitas vezes, e/ou ineficácia do poder público no tratamento das questões relacionadas às diferentes formas de práticas de violência e criminalidade, bem como das desigualdades socioeconômicas, da exclusão social, do desemprego estrutural, da pobreza e da melhoria da infraestrutura urbana, as quais são fatores condicionantes da criminalidade violenta e da insegurança pública, não só nas áreas urbanas, mas, também, nas áreas rurais da microrregião de Montes Claros.

Concluindo observamos que, assim como não existe uma única forma de prática de violência, não existe uma solução única para todas elas. Apesar da visão, cada vez mais abrangente, dos problemas relacionados à violência e criminalidade por parte da sociedade e, até mesmo, do poder público, além de várias medidas já tomadas, dos avanços alcançados, mesmo com todos os obstáculos e dificuldades, percebe-se que os desafios nas áreas de segurança pública e do combate à violência são muito grandes. Acreditamos que a busca de soluções para o enfrentamento desses problemas passa pela solução de outros grandes desafios, tais como os das áreas de educação, de saúde pública, de desenvolvimento econômico, de geração de emprego e renda e de inclusão tecnológica e social, principalmente para a população mais jovem.

Não pretendemos, aqui, esgotar as possibilidades de análise ao tratarmos de um tema tão amplo como o proposto nesta pesquisa, pois a complexidade dos fatores que influenciam no processo de produção e organização socioespacial da microrregião de Montes Claros, e os fatores correlatos à criminalidade violenta é algo que não poderia ser descrito sem se tornar limitado, especialmente quando interpretados na perspectiva geográfica, haja vista a multiplicidade de relações que pressupõe. Muitas análises ainda poderiam ter sido feitas, sob outras óticas ou abordagens.

REFERÊNCIAS

ABREU, Evandro Limongi Marques de. **O meio urbano ante a criminalidade violenta**. 1. ed. Petrópolis: KBR Editora Digital Ltda., 2011.

AMORIM FILHO, Oswaldo. B.; BUENO, Guilherme T.. A base física. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG. **Minas Gerais do Século XXI: reinterpretando o espaço mineiro**. Belo Horizonte: Roma Editora, 2002. v. 2. Cap. 1, p. 13-32.

ALEXANDRE, Alessandro Rafael Bertollo de. O conceito de crime. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, Ano 8, n. 62, fev. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3705>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

ALMEIDA, F. F. M. de. O Cráton do São Francisco. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, n.7 (4), p. 349-364, 1977.

ARENDT, Hannah. **Du mensonge à laviolence**. Paris: Calmann-Lévy, 1972.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1979.

BATELLA, Wagner Barbosa. **Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais – 2005**: contribuições da Geografia do Crime. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2008.

BATELLA, Wagner B.; DINIZ, Alexandre M. A. Representações cartográficas da criminalidade violenta em Minas Gerais: possibilidades metodológicas. In: SEMINÁRIO CLÁUDIO PERES DE PRÁTICA DE ENSINO E GEOGRAFIA APLICADA, 4, 2006, Belo Horizonte, MG. **Resultados dos trabalhos apresentados - Caderno de Geografia**. v. 16, p. 01– 06. CD-ROM.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. O uso de técnicas elementares de estatística espacial no estudo da reestruturação espacial da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais: 1996-2003. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 16, n.26, p. 153-167, 2006b.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22(1), p. 151-163, abr. 2010.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A.; TEIXEIRA, A. P. Explorando os determinantes da Geografia do Crime nas cidades médias mineiras. **Revista de Biologia e Ciências da Terra da Universidade Estadual da Paraíba**, João Pessoa (PB), v. 8, n. 1, p. 21-31, 1º sem. 2008.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. O homicídio em quatro regiões metropolitanas brasileiras: dados do sistema de informações sobre mortalidade. In: REUNIÃO DA ANPOCS, 22, 1998, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1998.

BATITUCCI, Eduardo C.; CRUZ, Marcus Vinicius G. da; RIBEIRO, Ludmila M. L. Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): reflexos nas políticas de segurança. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA – SBS, 12, 31 maio a 3 jun. 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte (MG). GT 25.

BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, p. 74–89, 1998.

BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BEATO FILHO, C. et al. **Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte de 1995 a 1999**. Belo Horizonte: Editora UFMG, ano 2001.

BEATO FILHO, C. C.; REIS, I. A. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. In: HENRIQUES, R. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap. 13, p. 385-403.

BEATO FILHO, Cláudio C; SILVA, Bráulio F. Alves da; SILVEIRA, Andréa Maria. Prevenção de crimes urbanos: o Programa Fica Vivo. In: LIMA, R. S. de; PAULA, L. de (Org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 77-88.

BECKER, G. S. Crime and punishment: an economic approach. **The Journal of Political Economy**. Chicago Journals.v. 76, n. 2, p. 169-217, Mar./Apr. 1968. Disponível em: <<http://www.nber.org/chapters/c3625.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRICEÑO-LEÓN, R. La nueva violencia urbana de América Latina. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 34–51, jul./dez. 2002.

CANO, Ignacio. **Introdução à avaliação de programas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CANO, I. A importância do micro-desarmamento na prevenção da violência. In: OLIVEIRA, N. V. **Insegurança pública - Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2002.

CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2001.

CANO, I.; SOARES, G. D. **As teorias sobre as causas da criminalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G. da; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 51-78.

CARBONARI, Paulo César. **Violência e Política: Propostas de Ação**. CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 7, Câmara dos Deputados, Brasília, 15 a 17 de maio de 2002.

CARDOSO, José Maria A. **A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. 1996. 258 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Recife (PE), 1996.

CARNEIRO, Geralda V. N. F. B.. O lugar e a vida de pequenos produtores. In: SANTOS, Gilmar R. dos (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.p. 13-35.

CARNEIRO, Marina de F. B. O Regionalismo Mineiro. **Caderno Geográfico**, Montes Claros, Imprensa Universitária, v. 01, n. 03, p. 31-35, out. 1999.

CARNEIRO, Marina de F. B. **Organização Espacial de Montes Claros e a Região Norte de Minas**. 2002.74 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo (SP), 2002.

CARNEIRO, Marina de F. B. Região Norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – breves considerações. **Revista Cerrados**. Montes Claros: Ed. Unimontes, v. 1, n. 1. p. 91-106, 2003.

CARNEIRO, Marina de F. B. As bases da região de Montes Claros/MG: uma resumida leitura geológica e geomorfológica. **Revista Cerrados**. Montes Claros: Ed. Unimontes, v. 7, n. 1, p. 91-100, 2009.

CARVALHO, Ailton Mota de. **Gestão do Estado na Organização do Espaço Mineiro**. Trabalho apresentado no Encontro Regional de Geografia, 3, promovido pelo Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Montes Claros, realizado em 1999, em Montes Claros, MG.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - A sociedade em rede**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O fim do milênio**. v. 3. Lisboa: Fundação Caloustegulbenkian, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE– CEM. **Descrição e método de cálculo dos indicadores**. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/857>> Acesso em:15 jul. 2016.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003a.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003b.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Criminalidade: social versus polícia**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003c.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da Criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n.2, p. 233–269, 2004.

CHEDIEK, J.; PERAL, A.; NERI, M. C.; CHAVES, M.. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. In: PNUD, IPEA, FJP, **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**, Brasília, 2013. 96 p. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> Acesso em: 20 out. 2015.

COELHO, Edmundo Campos. A criminalidade urbana violenta. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v.31, n.2, p.141-270, 1988.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COHEN, A. K. **Delinquent Boys**. New York: Free Press, 1955.

COHEN, Laurence E. FELSON, Marcus. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity approach. In: **American Sociological Review**, v. 44. p. 588-608, 1979.

CONSULTÓRIO ETIMOLÓGICO. **Origem da palavra violência**. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/origem-da-palavra-violencia/>> Acesso em: 10 out. 2015.

CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geoeologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, J.L.S. (Org.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP/FDE, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

CORRÊA, R. L.. A periodização da Rede Urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16, 2012.

CRETTEZ, Xavier. As formas da violência. Tradução de MALIMPENSA, L. C. de; CUNHA, M. P. S. da. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

CUNHA, Helenice Rêgo dos Santos (Org.). **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. 9. ed. rev., ampl., atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

DECANINI, Mônica M. S. **Cartografia Temática: métodos de classificação dos dados quantitativos**. Presidente Prudente: UNESP, Departamento de Cartografia – FCT, 2003. Notas de aula.

DIAS, Leila Christina. Rede: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 141-162.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. A geografia do medo: reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. **O Alferes**, v.18, p. 119-133, out. 2003. (Edição especial).

DINIZ, A. M. A. Migração, desorganização social e violência urbana em Minas Gerais. **Revista RAÍÇA**. Curitiba: Editora UFPR, n. 9, p. 9-23, 2005a.

DINIZ, A. M. A. Violência urbana nas cidades médias mineiras: fim de um mito? In: MOURA, Ana M. S.; SENA FILHO, N. (Org.) **Cidades: relações de poder e cultura urbana**. Goiânia: Vieira, p. 133-170, 2005b.

DINIZ, A. M. A. **Crises contemporâneas: a criminalidade em evidência**. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 10, “Região: Crises Contemporâneas e Recursos Hídricos”, Montes Claros: Unimontes, nov. 2014. (Conferência de abertura).

DINIZ, Alexandre M. A.; NAHAS, Maria I. P.; MOSCOVITCH, Samy K. Geografia da violência urbana em Belo Horizonte. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, v. 13, n.20, p. 39-56, 1º sem. 2003.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. Criminalidade Violenta nas Regiões de Planejamento de Minas Gerais: uma abordagem quantitativa. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, v. 14, n. 23, p.51-72, 2º sem. 2004.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia: v.17, n.33, p. 59-77, dez. 2005.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias mineiras. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS, 2, 2006, Uberlândia. “Dinâmica Econômica e Produção do Espaço”. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006. v. único. p. 1-20.

DINIZ, A. M. A.; RIBEIRO, J. G. da P. Violência urbana nas cidades médias mineiras: determinantes e implicações. **Geosul**, Florianópolis, v.20, n.40, p. 77-103, jul./dez. 2005.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro (SP), v. 10, n. 20, p. 5-32, 1980.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. **Os pensadores**. São Paulo: Editora Abril, 1978a.

ELEUTÉRIO, Fernando. Análise do conceito de crime. **Revista Jurídica da UEPG**. Ponta Grossa, ano 1, v. 1, 1998. Disponível em: < <http://www.uepg.br/rj/a1v1at09.htm>>. Acesso em: 10 out. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema brasileiro de classificação de solos** – SiBCS, EMBRAPA, Centro Nacional de Pesquisa de Solos. 2. Ed., Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006.

FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (Org.). **Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

FELIX, Sueli Andrucio. **Geografia do crime: análise da bibliografia da criminalidade numa perspectiva espacial**. 1989. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita, Instituto de Geociências – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 1989.

FELIX, S. A. **A geografia do crime urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília**. 1996. 322f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita, Instituto de Geociências – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 1996a.

FELIX, S. A. A. Geografia do crime. **Revista de Geografia**. São Paulo: v.13, p. 127-144, 1996b.

FELIX, S. A. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevância**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2002.

FELIX, S. A. Universidade, polícia e comunidade: parceria necessária na prevenção à violência. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 3, n. 24, maio 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24cfelix.htm>> Acesso em: 10 mai. 2014.

FELIX, S. A.; POSSAS, L. M. V. Reflexões sobre espaços, crime e representações sociais: revendo conceitos e paradigmas. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, p. 113-117, 2003.

FERRAZ, H. **A violência urbana**. São Paulo: João Scortecci, 1994.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. da. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115-146, 2009.

FRAGA, Paulo César Pontes. Juventude, narcotráfico e violência no Brasil: para além do rural e do urbano. In: RIBEIRO, A. M. M.; IULIANELI, J. A. S. **Narcotráfico e violência no campo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREITAS, Wagner C. de P. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago**. São Paulo: Método, 2004.

GERARDI, L. H. de O.; SILVA, B. C. N. **Quantificação em geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GOMES, P. C. da C.. Estranhos vizinhos: o lugar da favela na cidade brasileira. **Anuário Americanista Europeo**, Paris, França, v. 1, n.1, p. 171-178, 2003.

GOMES, Pedro Ivo Jorge. **Território, criminalidade e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG**. 220f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2016.

GONÇALVES, Carlos Walter P. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 7 FÓRUM LATINO-AMERICANO, 1, out. 1997, Curitiba. **Anais...** Curitiba: (s.n.). 1997. p. 244-260.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. Cap. 7, p. 169-189.

HAESBAERT, Rogério. Regiões transfronteiriças e redes “brasileiras” no Mercosul. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 8, 2001, Santiago. **Anais...** Santiago/Chile, 4 a 10 mar. 2001. p. 277-285.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. (Conferência).

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo (SP). **Anais...** Universidade de São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério e PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HAYECK, Cynara Marques. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/8>>. Acesso em: 20 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos 2000 e 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 mai. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base cartográfica de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base cartográfica de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA E FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica nº 17 – Atlas da Violência 2016**. Brasília: IPEA, FBSP, 2016.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE – ILANUD. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: [s.n.], 2002.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM. **Hidrografia Monitorada**. Disponível em: <<http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/downloads/mapoteca/bases-cartograficas/8472-hidrografia-monitorada>>. Acesso em: 15 abr. 2016

JACOMINE, P. K. T. et al. **Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Norte de Minas, área de atuação da SUDENE**. Recife: EMBRAPA/SNLCS – SUDENE/DRN, 1979.

KAHN, Túlio. Os Custos da Violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 42-48, 1999.

KAHN, Túlio; BARBOSA, Cristina. Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes. In: ENCONTRO BRASILEIRO DO PROJETO POLÍCIA E SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, 3, 01 jan. 2000, CENTRO DE ESTUDIOS DEL DESAROLLO (CED) - Viva Rio. *Anais...*São Paulo, 2000.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LESSA, Simone Narciso (Org.). **Mesonorte: diagnóstico para a agenda de desenvolvimento integrado e sustentável da Mesorregião do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2007.

LIMA, Renato Sérgio de. **Criminalidade Urbana: conflitos sociais e criminalidade urbana dos homicídios cometidos no Município de São Paulo**. São Paulo: Sicurezza, 2002.

LIMA, Renato S. de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. 1893. Tradução Sebastião José Roque. São Paulo: Ed. Ícone, 2007.

LONDOÑO, Juan L.; GUERRERO, Rodrigo. Violencia en América Latina: Epidemiología y Costos. In: LONDOÑO, Juan L.; GAVIRIA, Alejandro; GUERRERO, Rodrigo. (Org.) **As altoal desarrollo – Violencia en América Latina**. Washington, D. C. EUA: Banco Interamericano de Desarrollo, 2000. Cap. 1, p.11-58.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **A História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Ed. Imprensa Oficial, 1991.

MACHADO, Lia Osório. Região, fronteiras e redes ilegais: estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana. **Revista Italiana di Geopolítica**. Quaderni Speciali, Supllementoal. n. 3. 2007.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os Construtores da Paz**: caminhos da prevenção da violência. São Paulo: Moderna, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva** (online). São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MASSENA, Rosa Maria Ramalho. A distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 48, n. 3, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Rio de Janeiro, 1986.

MELGAÇO, Lucas Melo. **A geografia do atrito: dialética espacial e violência em Campinas – SP**. 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 2005.

MERTON, Robert King. Social Structure and Anomie. In: MERTON, R. K. **American Sociological Review**. 1938. v.3, p. 672-682.

MERTON, Robert King. Estrutura Social e Anomia. In: MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968. p. 203-270.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989. 119p.

MIETHE, R. D.; HUGHES, M.; MCDOWALL, D. Social change and crime rates: an evaluation of alternative theoretical approaches. **Social Forces**, 1991. v. 70, p. 165-185.

MINAYO, M. C. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Espaço, Tempo e Crítica**: Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, v.1, n.1, p 55-70, jun. 2007.

NOGUEIRA, J. M. **Avaliação da relação espacial entre homicídios e aspectos socioeconômicos utilizando técnicas e ferramentas de geoprocessamento**. 2010. Monografia (Especialização), Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Departamento de Cartografia, Programa de Pós-graduação em Geoprocessamento, Belo Horizonte, 2010.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Cidadania, violência e intervenções urbanas. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 175-183.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde**. 2002.

PAIXÃO, Luiz Antônio. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 11-44.

PAIXÃO, Luiz Antônio. Crime, controle social e consolidação da cidadania. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

PAIXÃO, Luiz Antônio. A violência urbana e a sociedade: sobre crenças e fatos, mitos e teorias. **Religião e sociedade**. v. 15, n. 1, p. 68-81, 1990.

PAIXÃO, L. A.; ANDRADE, L. T. Crime e segurança pública. In: PAIXÃO, L. e ANDRADE, L. **Poder, políticas e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Belo Horizonte com Arte e UFMG, 1993. p. 109-123.

PAULA, Hermes A. de. **Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes**. v. 1. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1979.

PEDRAZZINI, Yves. **A Violência das Cidades**. Tradução de Gisele Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PEREIRA, André Luiz Greve. **Análise espacial da criminalidade no Espírito Santo e em Vitória**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Vitória, ES, 2010.

PEREIRA, Anete. M. A urbanização no sertão Norte-mineiro: algumas reflexões. In: PEREIRA, A.; ALMEIDA, M. I. S. de (Org.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004. p. 11-32.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. 350 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, MG, 2007.

PEREIRA, Eduardo Godinho. **A repressão ao tráfico de drogas ilícitas e sua relação com a oscilação dos registros de eventos de defesa social roubo à mão armada, na área do 13º**

Batalhão de Polícia Militar no período de 2005 e 2006. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar. 2007.

PEREIRA, Paulo Affonso Soares. **Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres.** Porto Alegre: AGE, 2000.

PEZZIN, L. **Criminalidade urbana e crise econômica.** São Paulo: IPE/USP, 1986.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. A. de. **Violência Urbana.** São Paulo: Publifolha, 2003.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG) - 11ª REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA - RISP. **Armazém de dados.** Montes Claros, 2014.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Região e regionalização no contexto da globalização: a região sob diferentes óticas, no contexto do método dialético. **Cronos.** Natal, RN, v. 8, n. 2, p. 489-499, jul./dez. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013).Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf>. Acesso em: jan. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993. Título original: Pour une géographie Du pouvoir.

RAMOS, Silvia. **Criminalidade, segurança pública e respostas brasileiras à violência.** Disponível em: <[www.observatorioseguranca.org/pdf/01%2520\(11\).pdf](http://www.observatorioseguranca.org/pdf/01%2520(11).pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2013.

REIS, Geraldo A. dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da Região Mineira do Nordeste. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais.** Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

RIBEIRO, Júlio Giovanni da Paz. **Análise têmporo-espacial da criminalidade violenta em Belo Horizonte (2005).** 2008. (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, MG, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Geografia e violência urbana. In: PONTUSCHKA, N. N., OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa.** São Paulo: Contexto, 2002. p. 77-86.

ROSA, João Guimarães. **Grande serão: veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em perspectiva.** São Paulo, 1999. v. 13, n.4, p. 100-111.

SAADI, Allaoua. **Ensaio sobre a morfotectônica de Minas Gerais:** tensões intra-placa, descontinuidades crustais e morfogênese. Belo Horizonte, 1991. 290 f. Tese (Livre-docência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 1991.

SAMPSON, R. J.; GROVES, W. B. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. *American Journal of Sociology*, 1989. v. 94, p. 774-802.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 1979.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1979a.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, et al (Org.) **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território.** Rio de Janeiro, Ano 4, n. 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 5 ed. São Paulo: Nobel, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, José V. T. dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 4, n.8, p.16-32, jul./dez. 2002.

SANTOS, José V. T. dos. **Juventude, agressividade e violência.** Porto Alegre: IFCH, UFRGS, 2002.

SANTOS, J. V. T. dos; TEIXEIRA, A. N.; RUSSO, M. (Org.). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais.** Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. (Coleção Cenários do Conhecimento).

SAPORI, L. F. e WANDERLEY, C. B. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. In: **Cadernos Adenauer.** A violência do cotidiano. São Paulo: Fundação KinradAdenauer, 2001, p. 42-73.

SCHNEIDER, Alexandre Alves. **Determinantes da criminalidade na Região Metropolitana de São Paulo**. 2005. 78 f. Dissertação (Mestrado), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL – SEDS. **Evolução dos crimes violentos por natureza de 2012 a março de 2015**. Belo Horizonte: SEDS, 2015. Disponível em: <<http://www.seds.mg.gov.br/integracao/estatisticas>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL – SEDS. **Seção de Estatística, Dados: REDS CINDS**. Belo Horizonte: SEDS, 2016. Disponível em: <<http://seds.mg.gov.br/images/documentos/Abril%202013.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. **Juvenile delinquency in urban areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, B. F. A. **Coesão social, desordem percebida e vitimização em Belo Horizonte**. 2004. 80 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2004.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Biblio3w (Barcelona)**, Barcelona, v. 8, n. 451, p. 01-20, 2003. [publicação online]. Educação. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-451.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

SOARES, G. A. D. **Homicídios no Brasil: vários factoides em busca de uma teoria**. Relatório parcial do projeto *covariatas* macroestruturais do homicídio no Brasil. Miami: Latin American Studies Association, 2000.

SOARES, L. E. et al. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SOARES, L. E. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança do Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SOUZA, Marcelo L. de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008.

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa (MG): Imprensa Universitária, 1991.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Pensamento criminológico, 7).

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: mortes matadas por arma de fogo**. 2015. Brasília: Projeto Gráfico, Diagramação e Revisão: Njobs Comunicação. 2015. Disponível em:

<www.juventude.gov.br/juventudeviva.www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO/Brasil, 2016.

WARNER, B. D.; PIERCE, L. Reexamining social disorganization theory calls to the police as measure of crime. **Criminology**, v. 31, 1993. p. 493-517

WILSON, James Q.; HERRENSTEIN, Richard J. **Crime and human nature**: the definitive Study of the causes of crime. New York: Touchstone Book; Simon & Schuster, Inc., 1985.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Evan/UFRJ, 1994.

ZALUAR, A.. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A. & ALVITO, M. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 209-232.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, L. (Org). **História da vida privada no Brasil**. v. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

ZALUAR, A. e MONTEIRO, M. **Determinantes socioeconômicos da mortalidade de jovens no município do Rio de Janeiro**. Paper apresentado na REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 21, Caxambu, MG, 1998.

ZALUAR, Alba; NOROÑA, José C. de; ALBUQUERQUE, Ceres. Violência: pobreza ou grandeza institucional. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 10, 1994. p. 213-217 (Suplemento 1).

APÊNDICE A – TABELAS DE DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS

Tabela 1– População estimada dos Municípios da Microrregião de Montes Claros, 2010 - 2014

MUNICÍPIOS	2010	2011	2012	2013	2014
Brasília de Minas	31.213	31.286	31.356	32.378	32.473
Campo Azul	3.684	3.693	3.701	3.821	3.832
Capitão Enéas	14.206	14.290	14.372	14.894	14.986
Claro dos Poções	7.775	7.743	7.712	7.909	7.885
Coração de Jesus	26.033	26.057	26.079	26.889	26.933
Francisco Sá	24.912	25.016	25.116	25.983	26.102
Glaucilândia	2.962	2.977	2.992	3.097	3.114
Ibiracatu	6.155	6.126	6.098	6.250	6.228
Japonvar	8.298	8.315	8.331	8.599	8.622
Juramento	4.113	4.130	4.146	4.288	4.307
Lontra	8.397	8.453	8.506	8.821	8.881
Luislândia	6.400	6.422	6.443	6.660	6.685
Mirabela	13.042	13.080	13.116	13.552	13.598
Montes Claros	361.915	366.135	370.216	385.898	390.212
Patis	5.579	5.611	5.642	5.846	5.881
Ponto Chique	3.966	3.991	4.014	4.161	4.187
São João da Lagoa	4.656	4.676	4.695	4.858	4.880
São João da Ponte	25.358	25.307	25.257	25.961	25.933
São João do Pacuí	4.060	4.091	4.120	4.276	4.308
Ubaí	11.681	11.751	11.818	12.248	12.324
Varzelândia	19.116	19.112	19.108	19.678	19.690
Verdelândia	8.346	8.436	8.523	8.875	8.967
MICRORREGIÃO	601.867	606.698	611.361	634.942	640.028

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2015.

Tabela 2 – População rural e urbana da Microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010

MUNICÍPIOS	2000				2010			
	Rural	%	Urbana	%	Rural	%	Urbana	%
Brasília de Minas	12.686	41,92	17.580	58,08	10.538	33,76	20.675	66,24
Campo Azul	2.252	63,01	1.322	36,99	2.133	57,90	1.551	42,10
Capitão Enéas	3.146	23,99	9.967	76,01	2.686	18,91	11.520	81,09
Claro dos Poções	3.136	38,28	5.057	61,72	2.524	32,46	5.251	67,54
Coração de Jesus	11.781	45,79	13.948	54,21	11.267	43,28	14.766	56,72
Francisco Sá	10.371	44,02	13.191	55,98	10.015	40,20	14.897	59,80
Glaucilândia	2.004	72,43	763	27,57	1.914	64,62	1.048	35,38
Ibiracatu	3.678	56,29	2.856	43,71	3.032	49,26	3.123	50,74
Japonvar	5.401	66,51	2.577	31,73	5.248	63,24	3.050	36,76
Juramento	2.028	51,99	1.873	48,01	1.841	44,76	2.272	55,24
Lontra	2.830	37,04	4.954	64,84	2.767	32,95	5.630	67,05
Luislândia	3.913	63,93	2.208	36,07	3.411	53,30	2.989	46,70
Mirabela	3.076	24,51	9.476	75,49	3.014	23,11	10.028	76,89
Montes Claros	17.764	5,79	289.183	94,21	17.488	4,83	344.427	95,17
Patis	3.130	60,61	2.034	39,39	3.278	58,76	2.301	41,24
Ponto Chique	1.531	41,93	2.120	58,07	1.385	34,92	2.581	65,08
São João da Lagoa	2.472	56,18	1.928	43,82	2.221	47,70	2.435	52,30
São João da Ponte	18.166	69,79	7.862	30,21	16.702	65,86	8.656	34,14
São João do Pacuí	2.139	58,38	1.525	41,62	2.139	52,68	1.921	47,32
Ubaí	6.153	57,11	4.621	42,89	6.016	51,50	5.665	48,50
Varzelândia	10.638	55,50	8.531	44,50	10.212	53,42	8.904	46,58
Verdelândia	3.492	48,64	3.687	51,36	3.584	42,94	4.762	57,06
MICRORREGIÃO	131.787	24,45	407.263	75,55	123.415	20,51	478.452	79,49

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_dou.shtm>

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2015.

Tabela 3 – PIB dos Municípios da Microrregião de Montes Claros em 2010

MUNICÍPIOS	PIB - A preços correntes (R\$1.000)
	2010
Brasília de Minas	167 618
Campo Azul	22 174
Capitão Enéas	175 080
Claro dos Poções	59 905
Coração de Jesus	157 937
Francisco Sá	177 306
Glaucilândia	17 970
Ibiracatu	28 392
Japonvar	35 325
Juramento	32 767
Lontra	34 095
Luislândia	31 422
Mirabela	62 900
Montes Claros	4 501 662
Patis	28 720
Ponto Chique	23 262
São João da Lagoa	32 656
São João da Ponte	119 089
São João do Pacuí	23 262
Ubaí	54 137
Varzelândia	88 587
Verdelândia	68 139
MICRORREGIÃO	5.946.330
Minas Gerais	351.380.905

Fonte: PNUD, Ipea e FJP – Atlas Brasil 2013
 Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2015.

Tabela 4 – Renda per capita dos Municípios da Microrregião de Montes Claros – 2000 – 2010

MUNICÍPIOS	Renda per capita– R\$	Renda per capita – R\$
	2000	2010
Brasília de Minas (MG)	227,50	360,93
Campo Azul (MG)	216,94	244,97
Capitão Enéas (MG)	201,98	282,97
Claro dos Poções (MG)	204,34	337,07
Coração de Jesus (MG)	244,91	287,28
Francisco Sá (MG)	199,65	344,32
Glaucilândia (MG)	198,21	293,97
Ibiracatu (MG)	110,95	225,72
Japonvar (MG)	111,23	254,77
Juramento (MG)	197,00	335,93
Lontra (MG)	152,00	312,77
Luislândia (MG)	146,52	273,73
Mirabela (MG)	203,28	326,06
Montes Claros (MG)	485,55	650,62
Patis (MG)	118,02	244,72
Ponto Chique (MG)	159,67	269,28
São João da Lagoa (MG)	214,78	286,35
São João da Ponte (MG)	168,59	258,77
São João do Pacuí (MG)	124,28	346,53
Ubaí (MG)	155,28	247,91
Varzelândia (MG)	147,51	238,92
Verdelândia (MG)	119,94	233,27
MICRORREGIÃO	186,73	302,58

Fonte: PNUD, Ipea e FJP – Atlas Brasil 2013

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2015.

Tabela 5 – Índice de Gini dos Municípios da Microrregião de Montes Claros, 2000 – 2010

MUNICÍPIOS	Índice de Gini	Índice de Gini
	2000	2010
Brasília de Minas (MG)	0,62	0,54
Campo Azul (MG)	0,58	0,48
Capitão Enéas (MG)	0,54	0,47
Claro dos Poções (MG)	0,48	0,42
Coração de Jesus (MG)	0,65	0,49
Francisco Sá (MG)	0,54	0,53
Glaucilândia (MG)	0,49	0,43
Ibiracatu (MG)	0,64	0,50
Japonvar (MG)	0,56	0,46
Juramento (MG)	0,45	0,43
Lontra (MG)	0,54	0,50
Luislândia (MG)	0,44	0,57
Mirabela (MG)	0,56	0,48
Montes Claros (MG)	0,61	0,53
Patis (MG)	0,54	0,47
Ponto Chique (MG)	0,61	0,45
São João da Lagoa (MG)	0,61	0,48
São João da Ponte (MG)	0,55	0,48
São João do Pacuí (MG)	0,49	0,64
Ubaí (MG)	0,63	0,49
Varzelândia (MG)	0,62	0,51
Verdelândia (MG)	0,51	0,45

Fonte: PNUD, Ipea e FJP – Atlas Brasil 2013

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2015.

Tabela 6 – IDHM dos Municípios da Microrregião de Montes Claros – 2000 – 2010

MUNICÍPIOS	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Brasília de Minas (MG)	0,513	0,656
Campo Azul (MG)	0,488	0,621
Capitão Enéas (MG)	0,506	0,639
Claro dos Poções (MG)	0,537	0,670
Coração de Jesus (MG)	0,517	0,642
Francisco Sá (MG)	0,480	0,654
Glaucilândia (MG)	0,548	0,679
Ibiracatu (MG)	0,399	0,591
Japonvar (MG)	0,424	0,608
Juramento (MG)	0,535	0,669
Lontra (MG)	0,480	0,646
Luislândia (MG)	0,428	0,614
Mirabela (MG)	0,515	0,665
Montes Claros (MG)	0,661	0,770
Patis (MG)	0,413	0,614
Ponto Chique (MG)	0,462	0,606
São João da Lagoa (MG)	0,487	0,634
São João da Ponte (MG)	0,406	0,569
São João do Pacuí (MG)	0,382	0,625
Ubaí (MG)	0,456	0,609
Varzelândia (MG)	0,419	0,594
Verdelândia (MG)	0,358	0,584
MICRORREGIÃO	0,473	0,635

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. (Com dados dos Censos2000 e 2010).

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2015.

Tabela 7 – **Porcentagem de pobres dos Municípios da Microrregião de Montes Claros – 2000 – 2010**

MUNICÍPIOS	% de pobres	% de pobres
	2000	2010
Brasília de Minas (MG)	58,09	31,11
Campo Azul (MG)	49,78	38,16
Capitão Enéas (MG)	58,38	33,63
Claro dos Poções (MG)	50,07	20,98
Coração de Jesus (MG)	59,48	35,73
Francisco Sá (MG)	57,20	31,55
Glaucilândia (MG)	57,31	28,58
Ibiracatu (MG)	73,15	44,38
Japonvar (MG)	70,38	37,13
Juramento (MG)	49,08	20,77
Lontra (MG)	64,19	30,93
Luislândia (MG)	59,81	45,13
Mirabela (MG)	57,74	29,25
Montes Claros (MG)	28,76	11,99
Patis (MG)	68,91	38,04
Ponto Chique (MG)	65,14	33,26
São João da Lagoa (MG)	58,94	32,70
São João da Ponte (MG)	63,82	37,87
São João do Pacuí (MG)	69,31	42,34
Ubaí (MG)	70,25	43,56
Varzelândia (MG)	65,55	43,84
Verdelândia (MG)	73,75	37,92
MICRORREGIÃO		

Fonte: PNUD, Ipea e FJP – Atlas Brasil 2013

Org.: CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão, 2015.